

Apontamentos
PARA
O CODIGO
DO
PROCESSO CIVIL
E
CRIMINAL.



PORTO — 1847.
Typographia Constitucional,
Rua d'Almada N.º 23.



EMIGRANDO eu em 1828 por causa dos acontecimentos políticos daquella epocha, desejei ter na terra estranha, em que fui obrigado a residir por espaço de quasi quatro annos, algum objecto em que me occupasse, que, servindo-me de distracção, fosse tambem util ao meu paiz. Propuz-me pois organizar um Projecto de Processo Civil e Criminal, que contivesse solidas garantias da execução das leis, persuadido de que d'essa execução (sendo boas as leis) é que depende a prosperidade dos Estados.

Mas como procederei na minha tarefa? disse eu comigo. Irei eu indagar o que se passa nesses Tribunaes de justiça — consultarei os Codigos das nações mais cultas — e o que sobre a materia tem escripto os Autores de melhor nota — para na presença de tudo formar o meu plano de processo? Este methodo parecia-me razoavel; como porem elle tivesse os gravissimos inconvenientes que o Snr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa havia assignalado no seu Opusculo = Que é o Codigo Civil? = rejeitei-o, para seguir o methodo aconselhado por aquelle nosso patricio; isto é, para tratar o meu assumpto sem a minima prevenção, seguindo em tudo e por tudo a natureza das cousas.

Foi pois pensando no meu assumpto e tendo sempre em vista a natureza das cousas, que eu tracei uma linha de demarcação clara e distincta entre o Codigo Civil e o Codigo do Processo Civil — que separei o

direito do facto, para nunca mais se confundirem — que classifiquei os factos em essenciaes e accidentaes ou probatorios — que estabeleci a unidade da questão judicial — que reduzi a tres unicas especies as defezas possiveis dos Reos... n'uma palavra, foi pensando no meu assumpto e tendo sempre em vista a natureza das cousas, que surgirão os differentes Titulos do meu Projecto de Codigo de Processo Civil e Criminal, contendo disposições taes, cujo merecimento me não compete avaliar, mas que provavelmente não verião a luz do dia se eu não tivesse adoptado o methodo que adoptei.

Quando em 1832 regressei a Portugal, ainda o meu trabalho não estava acabado, como se vê do = Ensaio sobre o Processo Civil por meio de Jurados e Juizes de Direito = que publiquei durante o memoravel Cerco do Porto; e nem eu pude influir directa ou indirectamente no Decreto n.º 24 de 16 de Maio do dito anno, pelo qual foi encetada a reforma do nosso foro: sendo porém, logo depois, nomeado Juiz de Direito, empreguei todo o tempo que me restava do exercicio de minhas attribuições, em acabar e aperfeiçoar aquelle meu systema de processo; bem como fiz todos os esforços ao meu alcance para que, adoptando-se minhas idéas, se proseguisse na reforma começada até a levar áquelle ponto de perfeição de que ella era susceptivel e o interesse publico reclamava.

E' escusado dizer que os meus esforços forão baldados. Todos sabem que as providencias legislativas sobre o processo, que se seguirão ao citado Decreto de 16 de Maio, com quanto fossem apresentadas debaixo dos titulos seductores de novas e novissimas reformas, forão com tudo retrogradadas; isto é, houve em todas ellas uma bem pronunciada tendencia para o restabelecimento do antigo processo. E tambem é escusado expôr o lamentavel estado a que os novos e novissimos reformadores levárão as nossas cousas judiciaes! Quanto a mim tal desgosto me causou esse estado, que foi um dos motivos que me determinárão a pedir, como pedi, a minha demissão de Juiz de Direito em Outubro de 1844.

Reduzido ao estado de simples particular, pareceo-me que devia publicar pela imprensa e offerecer á Nação essas idéas que tinham sido o resultado das minhas cogitações durante um longo periodo de tempo, em que primeiramente como emigrado, e depois como empregado publico, recebi subsidios e ordenado do Estado. Era uma divida que eu pagava: mas o desejo de dar maior perfeição ao meu trabalho fez com que por então desistisse de o publicar.

Hoje, adverte-me o meu estado de saude de que, para eu haver de pagar aquella divida durante a minha vida, não devo descuidar-me. Ali mando pois para a imprensa o meu escripto no estado em que se acha, menos com tenção de o fazer correr no publico, attenta a sua grande imperfeição, que de o distribuir pelas pessoas que me parecerem mais capazes de o emendar; o que eu lhes peço encarecidamente, sendo certo que é essa a melhor recompensa que me ellas podem dar do bom conceito que a seu respeito formo; porque tambem é a que mais me afiança que os exforços por mim começados para obter uma *verdadeira reforma* do nosso foro hão de ser continuados até ella effectivamente se conseguir.

PORTO 16 DE ABRIL DE 1847.

José Joaquim de Sant'Anna.

THEORIA

DO

PROCESSO JUDICIAL

*Para servir de INTRODUÇÃO a um Projecto
deCodigo de Processo Civil e Criminal.*

SECÇÃO 1.^a

DO PROCESSO CIVIL.

§ 1.

P. O que entendeis por Processo Civil ?

R. Entendo um systema de meios legais, pelos quaes qualquer individuo pôde compellir outro individuo a praticar os factos que o primeiro tem direito de exigir do segundo, e que este não quer praticar voluntariamente (1).

§ 2.

P. Dai-nos uma idéa clara de *facto e de direito* no sentido em que empregaes estas palavras.

R. Por *facto* entendo qualquer successo, acontecimento ou acto, ja occorrido, ou que para o futuro possa ter logar; tambem entendo pela palavra *facto*, o não facto ou a omissão do facto; e algumas vezes emprego esta palavra para significar não tanto um facto, como (permitta-se-me a expressão) um grupo de factos. Por *direito* entendo a faculdade legal que tem um individuo de compellir outro a praticar os factos que, segundo as

(1) Por individuo entendo tambem o Estado ou qualquer outro corpo moral.

leis do Código Civil, são necessarios para satisfazer os direitos que as leis do mesmo Código Civil concedem áquelle primeiro individuo em consequencia d'outro ou outros factos anteriores. De sorte que a palavra direito exprime uma idéa complexa que comprehende — a da existencia de certo facto — a da disposição da lei que liga a esse facto algum direito a favor de qualquer individuo — a da disposição da lei que designa os factos que outro individuo deve praticar para satisfazer o dito direito — e finalmente a da faculdade legal que aquelle primeiro individuo tem de compellir o segundo a praticar estes factos.

§ 3.

P. Traçai uma linha de demarcação clara e distincta entre o Código Civil e o Código do Processo Civil.

R. No Código Civil declara o legislador, em geral, quaes são os factos de que resultão os direitos, e quaes são os factos necessarios para satisfazer os direitos (1). No Código do Processo Civil prescreve a forma pela qual, nos casos particulares; 1.º se ha-de averiguar a existencia dos factos occorridos de que, segundo as leis do Código Civil, resultão os direitos; 2.º se ha-de declarar *judicialmente* quaes são esses direitos; 3.º se ha-de declarar do mesmo

(1) De qualquer maneira que o legislador se expresse no Código Civil, não podem as leis deste Código deixar de ser consideradas como regras de conducta, com as quaes devem os respectivos cidadãos conformar as suas acções, a fim de evitar o prejuizo, ou augmentar o bem-estar, de todos ou de parte dos outros cidadãos, que por isso tem direito a que as ditas regras sejam exactamente observadas. Isto é claro, e justifica plenamente os termos de que me servi ácerca do Código Civil para marcar a differença que ha entre elle e o Código do Processo Civil; porque devendo a conducta dos cidadãos ser differente segundo a diversidade de circumstancias em que se elles achão (o Pai não deve obrar como o filho, o amo como o creado, nem o que pediu dinheiro emprestado como o que contrahio esponsaes) não pode o legislador, no Código Civil, deixar de indicar o *caso*, a *hypothese*, as *circumstancias* em que ha de ter logar a conducta que elle prescreve; isto é, não pode deixar de declarar *quaes são os factos de que resultão os direitos*. E porque a conducta de qualquer individuo senão pode prescrever sem se indicarem os factos que elle deve praticar, tambem o legislador, no Código Civil, não pode deixar de declarar *quaes são os factos necessarios para satisfazer os direitos*.

modo quaes são, segundo as leis do dito Código Civil, os factos necessários para satisfazer os referidos direitos; 4.º finalmente se ha de fazer praticar estes factos.

§ 4.

P. Quaes são então os fins que o legislador se deve propor d'alcançar no Código do Processo Civil, e que meios deve elle empregar para os conseguir.

R. Os *principaes* fins que o legislador se deve propor d'alcançar no Código do Processo Civil são — a recta decisão ácerca dos factos occorridos de que resultão os direitos — a justa applicação das leis do Código Civil na declaração *judicial*, assim dos direitos que resultão daquelles factos, como dos factos necessários para satisfazer os ditos direitos — e a prompta execução do julgado. A maior economia possível — e a indemnisação da Parte vencedora, são tambem qualidades, posto que secundarias, indispensaveis em um bom Processo Civil. Quanto aos meios de conseguir os referidos fins do Processo Civil, deve o legislador empregar os que lhe parecerem mais proprios e adequados segundo a natureza das cousas.

§ 5.

P. Antes de entrarmos na indagação dos meios mais proprios e adequados para conseguir os differentes fins do Processo Civil, deveis tirar-me d'uma duvida, e vem a ser — que achando-se em vosso systema o Código do Processo Civil tão estreitamente ligado ao Código Civil, não será talvez praticavel aquelle em quanto este se não organisar.

R. Assim parece á primeira vista, mas não o é na realidade; porque apezar de não termos um Código Civil em que se achem methodicamente tratados os dous objectos do mesmo Código referidos no §. 3.º temos com tudo espalhadas no cahos da nossa legislação patria e subsidiaria (porque não é dado aos homens o destruir a natureza das cousas) essas leis que declaram os factos de que resultão os direitos e designão os factos necessários para satisfazer os direitos, as quaes porisso constituem por ora o nosso

Código Civil, ao qual pode, sem duvida, ser applicado o systema do processo que proponho (1).

§ 6.

P. Como conseguirá o legislador a recta decisão ácerca dos factos occorridos de que resultão os direitos (§. 4.º)?

R. Confiando a dita decisão, não de um Juiz só, mas sim de um razoavel numero delles, e dispondo as causas de modo que os Juizes de facto ou Jurados (ao menos a maior parte) conheçam a verdade dos factos controversos de que resultão os direitos — votem segundo a sua convicção — e seja a sua decisão conforme á maioria dos votos dos ditos Juizes; porque conseguidos estes tres pontos, impossivel será que a dita decisão seja erronea.

§ 7.

P. Porque se não deve confiar de um Juiz só, mas sim de um razoavel numero delles, a decisão ácerca dos factos occorridos de que resultão os direitos (§. 6.º)?

R. Porque, com quanto as mais das vezes sejam verdadeiros os juizos que os homens dotados de censo common formão ácerca dos actos ordinarios da vida social, não se póde com tudo negar que todo o homem está sujeito ao erro, e que effectivamente algumas vezes erra. Supponhamos então que cada individuo, de tres juizos que forma, acerta em dous e erra n'um. — Se confiarmos de um Juiz só a decisão ácerca dos factos occorridos de que resultão os direitos, teremos $\frac{1}{3}$ das suas decisões em opposição com a verdade: mas se a confiarmos da maioria dos votos de certo numero de Juizes, veremos que, por via de regra, passa a dita decisão sem pagar tributo á fraqueza da razão humana; porque, mesmo na hypothese

(1) Dizei mais: O meu systema de processo pode ser applicado á legislação civil de qualquer nação; porque nenhuma pode haver em que os direitos cuja satisfação qualquer individuo possa exigir d'outro individuo, não resultem de certos e determinados factos a que as leis ligão estes direitos — e em que os direitos se não satisfação com os factos que as leis declarão como necesarios para os satisfazer. Vide a nota ao § 3.º

figurada em que se deve suppor em erro $\frac{1}{3}$ dos Juizes, não podem os votos destes, por seu diminuto numero, empecer á rectidão da decisão.

§ 8.

P. Demonstrei a verdade da hypothese em que fundaes o vosso raciocinio, e outro sim que o facto de que nas causas civeis resulta o direito, está na mesma razão desses actos ordinarios da vida social, a respeito dos quaes cada um dos Jurados, ou qualquer Juiz letrado, pôde ajuizar com igual exactidão á vista dos motivos que tiver para os acreditar ou deixar de acreditar; porque ha quem diga que a existencia do proprio facto nas causas civeis offerece já uma questão de direito, a saber se existem, ou não, as provas que segundo a disposição das leis são necessarias para o dito facto se dizer provado.

R. A hypothese de que os homens acertão mais vezes do que errão em seus juizos é verdadeira; porque se o não fosse conviria aos homens, por via de regra, obrar em sentido opposto ao que elles entendião; o que por certo nenhum quererá fazer, até mesmo para evitar que se diga com muita propriedade que perdêra o juizo. Agora pelo que pertence á ultima parte da vossa objecção, verdade é que os legisladores que incumbirão um Juiz só, ou Juizes certos e determinados, de decidir sobre os factos controversos de que resultão os direitos, não podendo fiar-se de individuos assim expostos a toda a qualidade de seducções, tratarão logo de enumerar differentes generos de provas ou motivos de convicção, e marcando-lhes a sua força probatoria, disserão aos ditos Juizes: Julgai por esta *tarifa* (permitta-se-me a expressão) muito embora vades contra a vossa consciencia ou convicção. Mas como uma *tarifa* de provas seja uma verdadeira quimera; porque o legislador não pode enumera-las todas, nem tão pouco marcar o valor de cada uma na sua applicação pratica, por este depênder de circumstancias que o mesmo legislador não pode prever, é tempo e mais que tempo de quebrarmos um instrumento tão nocivo (cujo mais constante effeito tem sido dar a decisões iníquas a aparen-

cia de justas) e substitui-lo pelo mui rasoavel systema de confiar a decisão sobre os factos controversos de que resultão os direitos , da maioria de votos de certo numero de Juizes de facto não expostos áquellas seducções , aos quaes o legislador , sem se embaraçar com o valor das provas , diga sómente: Decidi segundo a vossa convicção. Ora como neste systema o valor das provas ou motivos de convicção não está determinado por lei , mas sim se acha , por assim dizer , escripto no livro da experiencia e do uso do mundo , no qual o Juiz letrado (a quem a decisão sobre o facto podia ser incumbida) não lê melhor nem com mais aproveitamento que cada um dos Jurados, segue-se que cada um destes não é menos apto que aquelle para conhecer a verdade , vindo desta maneira a ser exacto o raciocinio que fiz no § antecedente.

§ 9.

P. Mas segundo o vosso systema de exclusão de provas legaes não poderá o legislador decretar , por exemplo , que os filhos naturaes só possam provar a filiação pelo reconhecimento expresso e authentico do Pai — que os contractos sobre bens de raiz e outros objectos de grande valor se não possam provar sem escriptura publica & ! O que , a ser assim , vai tolher o legislador de prestar aos povos um grande serviço, qual o de fazer depender os direitos dos individuos, não de factos incertos occultos e mal definidos , que se podem facilmente contestar , mas sim de factos authenticos, claros e manifestos, cuja certeza passa , por assim dizer , dos ditos factos para os direitos que dos mesmos resultão.

R. Como o legislador pôde ligar os direitos aos factos que melhor e mais conveniente lhe parecer , e goza desta faculdade em toda a sua plenitude no meu systema (§. 3.º) não tem a vossa objecção peso algum ; porque tanto o legislador não fica inhibido de prestar aos povos o indicado serviço , que para lh'o prestar não precisa de recorrer ao systema de prôvas legaes , antes para conseguir seu fim outro meio mais simples e efficaz se lhe offerece, qual é o de ligar logo os direitos dos individuos

directa e exclusivamente a esses factos authenticos claros e manifestos que no systema de provas legaes só servem de provar os factos occultos incertos e mal definidos de que os direitos resultão (1).

§ 10.

P. Que deve fazer o legislador para os Jurados, conhecerem a verdade dos factos controversos de que resultão os direitos (§ 6.º) ?

R. Deve separar esses factos de quaesquer direitos que dos mesmos possam resultar — fazer redigir as questões ou quesitos respectivos aos dictos factos em termos claros e precisos antes da sua investigação — fazer investigar separadamente cada um dos ditos factos quando forem muitos e distinctos — e dispôr as cousas de modo que os motivos de convicção *pro* ou *contra* a existencia do facto em questão operem nos Jurados pelo seu peso natural e verdadeiro — e bem assim que os mesmos Jurados tenham a capacidade intellectual necessaria para conhecer a verdade dos factos controversos submettidos á sua decisão.

§ 11.

P. Dizeis vós que o legislador deve fazer separar o *facto* do *direito*: mas será isso possível? Não se tem dicto que a separação do facto do direito nas causas civis é difficil se não impossível?

R. Verdade é que se tem dito isso, e com muita razão no systema de provas legaes, em que o legislador, depois de haver declarado no Código Civil quaes são os factos de que resultão os direitos, e quaes são os factos necesarios para satisfazer os direitos (§. 3.º), quiz tambem no Código do Processo Civil designar as provas necesarias para aquelles primeiros factos se dizerem provados. No meu systema porem de exclusão de

(1) No systema de provas legaes os direitos dos filhos naturaes resultão da filiação provada pelo reconhecimento expresso e authenticico do Pai. No meu systema resultão do proprio facto desse reconhecimento.

provas legaes (§§. 8 e 9) não só é possível a dita separação, mas mesmo facil; porque nunca qualquer facto pôde confundir-se com a disposição da lei que liga a esse facto algum direito; isto é, que liga a esse facto a faculdade que algum individuo, depois d'elle occorrido, fica tendo de poder compellir outro individuo a praticar outros factos (1).

§ 12.

P. E quem ha de separar em cada causa os factos dos direitos que dos mesmos factos resultão, e redigir as questões ou quesitos respectivos aos ditos factos antes da sua investigação?

R. O Juiz de Direito (2) a quem o legislador deve incumbir de fazer por escripto nos autos, logo depois dos articulados das partes, um Relatorio claro e succinto da contenda entre ellas agitada, no qual indique os pontos assim de facto como de direito na mesma contenda comprehendidos, com declaração daquelles em que as Partes estão de acôrdo e dos em que ellas não concordão, redigindo por esta occasião o dito Juiz em termos claros e presisos os quisitos que hão de ser submittidos ao Jury sobre os factos controversos essenciaes á causa.

§ 13.

P. Porque dizeis = factos controversos *essenciaes á causa*?

R. Para excluir os factos *accidentaes* que nunca devem ser objecto de quesitos, ainda que as Partes não concordem nelles.

§ 14.

P. O que são *factos essenciaes* le *factos accidentaes*, e por que razão hão de aquelles e não estes ser submittidos á decisão do Jury?

R. *Factos essenciaes* são aquelles de que resultão os

(1) Todavia nas causas crimes não é possível em o meu systema separar o facto do direito, como veremos em logar mais opportuno

(2) O estabelecimento da questão é sempre uma questão de direito.

direitos das Partes segundo as leis do Código Civil — e *factos accidentaes* são os que só servem de persuadir a existencia, ou não existencia, dos factos essenciaes (1). Ora desta definição segue-se que, com quanto os factos *accidentaes* devam ser tomados na devida consideração quando se trata de decidir sobre a existencia dos factos essenciaes, não se carece com tudo da decisão sobre a existencia dos ditos factos *accidentaes*, por isso que não é delles que resultão os direitos das Partes.

§ 15.

P. Dizeis vós que factos essenciaes são aquelles de que resultão os direitos das Partes: mas se por Partes se entende também o Reo, não comprehendendo bem a definição que acabais de dar de facto essencial; por quanto, concebendo com clareza o que são factos essenciaes relativamente ao Autor (que são aquelles a que as leis do Código Civil tem ligado o direito que elle pertende se lhe faça effectivo) não formo idéa clara do que sejam factos essenciaes relativamente ao Reo, que não pertende se lhe faça effectivo direito algum, e so trata de impugnar o do Autor para se livrar de praticar os factos necessários para satisfazer esse direito.

R. Verdade é que o Reo na simples qualidade de Reo, isto é, quando não reconvem o Autor, não pertende se lhe faça effectivo direito algum, e debaixo deste ponto de vista pôde com razão ser taxada de pouco exacta a definição que demos no § antecedente de facto essencial. Todavia a pouca exactidão da dita definição ficará cessando, e vós concebereis o que é facto essencial relativamente ao Reo como concebeis o que é facto essencial relativamente ao Autor pela analyse das poucas *especies* de defeza de que o Reo pôde usar.

§ 16.

P. Como assim! Pois as infinitas defezas de que

[1] Pôde. com tudo acontecer que um facto *essencial* deva ser considerado como facto *accidental* relativamente a outro ou a outros factos essenciaes.

os Reos podem uzar nas causas civeis reduzem-se a *poucas especies ?*

R. Reduzem-se a tres unicas, ás quaes para fixar melhor minhas idéas chamarei (em relação á pertença do Autor) *ex defectu legis* — *ex defectu facti* — e *ex alio facto*.

§ 17.

P. Quando tem lugar e em que consiste a defeza *ex defectu legis*?

R. Tem lugar todas as vezes que o direito que o autor pertende se lhe faça effectivo, se não deduz, segundo as leis do Codigo Civil, dos factos essenciaes pelo mesmo Autor allegados. E como nesta especie não ha questão de facto, consiste a dita defeza n'uma allegação juridica, tendente a demonstrar a não existencia do direito do Autor.

§ 18.

P. Quando tem lugar e em que consiste a defeza *ex defectu facti*?

R. Tem lugar quando todos ou alguns dos factos essenciaes allegados pelo Autor não existem. Nesta especie nega o Reo os ditos factos inexistentes, e a questão fica versando sobre a existencia, ou não existencia, dos referidos factos essenciaes allegados pelo Autor.

§ 19.

P. Quando tem lugar e em que consiste a defeza *ex alio facto*?

R. Tem lugar quando, além dos factos essenciaes allegados pelo Autor, existem outros que juntos áquelles formão todos um grupo a que, segundo as leis do Codigo Civil, já não quadra o direito que o Autor pertende se lhe faça effectivo. Nesta especie allega o Reo os factos que assim são essenciaes á sua defeza, e a questão fica versando sobre a existencia, ou não existencia, destes factos. Eis aqui o que são *factos essenciaes relativamente ao Reo*.

§ 20.

P. As tres especies de defeza de que tendes tratado são incompativeis umas com as outras?

R. Não ; e devem mesmo cumular-se quando a especie de que se tratar assim o exigir. Mas, apesar dessa accumulção, sempre a presente theoria, e a certeza que da mesma resulta de que em materia de defeza do Reo se não pôde sahir do pequeno circulo de idéas que temos traçado, ha de prestar grande auxilio ao Juiz no Relatorio de que trata o § 12, depois de o haver prestado aos Advogados para maior precisão e clareza, assim da exposição da pertença do Autor, como da deducção da defeza do Reo.

§ 21.

P. Como concorre a separação dos factos dos direitos que dos mesmos factos resultão, para os Jurados conhecerem a verdade dos ditos factos (§ 10) ?

R. Evita-se desta maneira que, na investigação do facto, se distraião os Jurados com objectos alheios das suas attribuições.

§ 22.

P. Visto isso, não devem as questões de direito ser tratadas perante o Jury ?

R. Certamente que não, nas causas civeis.

§ 23.

P. Que differença ha entre as causas civeis e as crimes que possa justificar a que pertendeis introduzir no modo de applicar o Jury ; quando este tem até agora sido constantemente empregado, tanto n'umas como n'outras, para decidir somente sobre o facto depois da plena discussão da causa ?

R. Discutida plenamente a causa de facto e de direito perante o Jury, não pode a decisão deste deixar de ser subordinada ao todo da causa ; isto é, não pode deixar de participar do juizo, verdadeiro ou falso, que os Jurados fizerem da justiça ou injustiça da mesma causa. Ora, com quanto isto seja mui conveniente e mesmo essencial nas causas crimes, em que, attenta a sua clareza e simplicidade, e bem assim a impossibilidade que ahi ha no meu systema, de separar o direito do facto, os Jurados tem de conhecer daquelles dous objectos, co-

§ 26.

P. Como concorre o previo estabelecimento das questões de facto para os Jurados conhecerem a verdade do facto controverso (§ 10) ?

R. O estabelecimento das questões de facto antes da sua investigação é necessario, porque sem elle impossivel é que as provas ou motivos de convicção, apresentadas aos Jurados no acto da investigação, lhes fação a devida impressão, e que os mesmos Jurados fação das ditas provas a conveniente applicação (1).

§ 27.

P. Como concorre, para os Jurados conhecerem a verdade do facto controverso, o investigar-se separadamente cada uma das questões de facto (§ 10) ?

R. Esta providencia acabará de fixar a attenção dos Jurados sobre o so ponto de facto em actual discussão.

§ 28.

P. O vosso systema analytico, com quanto á primeira vista pareça proprio e adequado para descobrir a verdade, não deixará talvez de apresentar algumas difficuldades praticas, principalmente a separação da investigação dos differentes pontos de facto controverso de que resultão os direitos; porque casos haverá em que a discussão d'um desses pontos de facto possa e deva influir no juizo que a respeito dos outros se deva formar. E de mais disso, não vos parece que pelo vosso systema se ha de tornar mui morosa a investigação do facto relativamente ao todo da causa ?

R. A primeira parte da vossa objecção, fundando-se, como se funda, na natureza das cousas (Vid. a nota ao § 14) deve determinar o legislador, não a renunciar o *principio* de separação da investigação dos differentes factos controversos de que resultão os direitos, mas a permittir a modificação do dito *principio* quando

(1) Todas as nossas Reformas Judiciarias tem ordenado que se estabeleção os quesitos depois da discussão. — Em todas pois se tem discutido sem se saber o que!

ao Presidente do Jury pareça conveniente ; e é por isso que no § 10 se disse = quando forem muitos e distintos (os ditos factos). Agora pelo que pertence á segunda parte da objecção , são vossos receiões infundados ; porque, apenas o legislador introduzir no Processo , logo d'elles dos articulados das Partes, o interessantissimo acto do estabelecimento da questão (§ 12 e seguintes) vereis o Juiz de Direito, mediante a separação das questões de facto das de direito , e da não menos importante separação dos factos essenciaes dos accidentaes ou probatorios, reduz , por via de regra , os factos essenciaes á causa a bem poucos e ao mesmo tempo bem simples pontos. E como destes se devem ainda separar os que as Partes não contestão , submittendo-se á discussão somente os controversos , vem o facto essencial respectivo a cada causa a ficar reduzido ao menos possivel no acto da sua investigação ; que tanto se não demora pela separação dos differentes pontos de facto essencial , que é nessa mesma separação que se encontra o meio mais efficaz de abreviar a discussão ; porque, verificada a não existência d'um facto essencial , torna-se ordinariamente desnecessaria a investigação dos restantes pela razão de que ja não é possivel deduzir delles direito algum.

§ 29.

P. Que deve fazer o legislador para os motivos de convicção *pro* ou *contra* a existencia dos factos controversos de que resultão os direitos operarem nos Jurados pelo seu peso natural e verdadeiro (§ 10) ?

R. Deve incumbir o Juiz de Direito (imparcial por sua posição) de interrogar as testemunhas e peritos quando os houver — de ler os documentos n'uma palavra deve incumbi-lo da investigação desses factos perante o Jury , e regular as funções dos Advogados por tal forma, que neste assumpto se limitem ás de meros factos da imparcialidade do Juiz , sem que jamais lhes seja permittido fazer discursos oratorios perante o jury sobre a existencia, ou não existencia, dos factos em questão (1).

(1) Note-se que estamos aqui tratando das causas civéis.

§ 30.

P. Que deve fazer o legislador para os Jurados terem a capacidade intellectual necessaria para conhecer a verdade dos factos controversos de que resultão os direitos (§ 10) ?

R. Tudo o que se disse (e é por esta razão que nós tratámos em ultimo logar um ponto pelo qual parece que devêramos começar) ácerca da separação das questões de facto das de direito — do previo estabelecimento das questões de facto — da separação de cada uma destas questões no acto de sua investigação — e do modo de conseguir que os motivos de convicção operem nos Jurados pelo seu peso natural e verdadeiro — vem a ser outros tantos meios indirectos de conseguir que os Jurados tenham a capacidade intellectual necessaria para conhecer a verdade dos factos controversos ; por que menos capacidade intellectual lhes é necessaria para a conhecer, sendo aquelles factos submettidos á sua deliberação pelo sobredito modo. Deve porem o legislador, álem dos referidos meios indirectos , empregar directamente os que lhe parecerem mais proprios e adequados para excluir quaesquer incapacidades, assim do quadro geral dos Jurados, como do Jury particular para cada causa.

§ 31.

P. Quaes são esses meios ?

R. Quanto ao quadro geral dos Jurados, o mais proficuo é, por certo , a eleição popular. E pelo que toca ao Jury para cada causa, deve o legislador assegurar aos litigantes, por meio da recusação por escrutinio secreto, uma perfeita liberdade na exclusão dos Jurados que por qualquer motivo lhes pareçam menos capazes de bem exercer suas funcções.

§ 32.

P. Que deve fazer o legislador para os Jurados votarem segundo a sua convicção (§ 6) ?

R. Todos os meios acima referidos, de que convem lançar mão para os Jurados conhecerem a verdade do facto controverso , concorrem tambem para elles votarem segundo a sua convicção ; porque , á proporção que esta

for maior, mais fortes motivos seductores são necessários para elles se afastarem della. O que porem aqui ha de mais essencial, é o enfraquecer o legislador a acção desses motivos seductores de modo que elles não influão, ou influão o menos possivel, na votação dos Jurados.

§ 33.

P. Como o conseguirá o legislador ?

R. Fazendo-os votar por escrutinio secreto e com taes precauções que se torne *impossivel* o saber-se com certeza o voto de cada Jurado ; porque neste caso pouco ou nada tem elles a esperar ou a recear do modo por que votarem, que os faça aberrar dos ditames da sua consciencia.

§ 34.

P. Que deve fazer o legislador para a decisão do Jury ser conforme á maioria dos votos dos Jurados (§ 6) ?

R. Deve coloca-los, no acto da investigação do facto, em cadeiras que tenham entre si uma separação que obste a que elles se communiquem suas idéas ; e bem assim prohibir-lhes toda e qualquer conferencia antes da votação, tudo a fim de conseguir que os votos da minoria, ou mesmo d'algum Jurado influente, não arras-tem consigo (por motivos secretos a favor dos quaes nenhuma garantia ha) os genuinos votos da maioria, que por serem a expressão da convicção que ella obteve durante a investigação publica, constituem a unica e verdadeira base da rectidão da decisão

§ 35.

P. A providencia de que acabais de fallar não se torna necessaria ainda por outro motivo ?

R. E' tambem necessaria para assegurar o segredo da votação dos Jurados, do qual tratámos no §. 33., e cujas consequencias são, sem duvida, da maior importancia.

§ 36.

P. Como conseguirá o legislador a justa applicação das leis do Código Civil na declaração judicial, assim dos direitos que resultão dos factos, como dos factos necessários para satisfazer os direitos (§. 4) ?

R. Dispondo as cousas de modo que os Juizes de Direito *sabão* fazer a dita applicação, e *queirão* effectivamente faze-la.

§ 37.

P. Como conseguirá o legislador o primeiro ponto ?

R. Para o conseguir devo, antes de mais nada, substituir o exercicio da advocacia, ou do Ministerio Publico, que actualmente se exige como tirocinio dos Aspirantes á magistratura judicial para serem promovidos a Juizes de Direito, por ensaios praticos da dita applicação das leis, feitos pelos referidos Aspirantes sob a inspecção dos proprios Juizes de Direito; porque, sendo as funcções dos Advogados e dos Agentes do Ministerio Publico essencialmente differentes das dos Juizes, não é naquella escola, mas sim nesta, que os Aspirantes á magistratura judicial podem adquirir os conhecimentos e os habitos de que precisão.

§ 38.

P. Que mais deve fazer o legislador para os Juizes de Direito *saberem* fazer a justa applicação das leis aos factos (§ 35) ?

R. Deve banir das *causas civeis* as allegações oraes sobre pontos de direito como improprias para taes discussões — fazer tratar por escripto estas questões — e ordenar que os Juizes de Direito, assim de 1.^a como de 2.^a instancia, as não decidão em publico, mas sim no seu gabinete, aonde possão consultar seus livros e até seus amigos.

§ 39.

P. Mas dessa maneira ides vós suprimir a publicidade das decisões judiciaes, que, sem duvida, é uma das melhores garantias da recta administração da Justiça.

R. Não : a publicidade das decisões judiciais sobre pontos de direito não fica supprimida no meu systema, antes sim consideravelmente augmentada e aperfeiçoada, como se verá dos §§ 41 e 46.

§ 40.

P. Como conseguirá o legislador o segundo p. isto é, que os Juizes de Direito *queirão* effectivamente fazer a justa applicação das leis aos factos (§ 36) ?

R. Ligando o pundonor e o interesse individual dos mesmos Juizes ao exacto cumprimento deste seu dever.

§ 41.

P. Como ligará o legislador o pundonor dos Juizes de Direito á justa applicação das leis ?

R. Pelo que respeita aos Juizes de 1.^a instancia, estabelecendo a appellação de suas decisões para Juizes, em quem haja maiores garantias da rectidão do julga sendo porem a sentença da 2.^a instancia proferida no mesmo estado do processo, em que o fôra a da 1.^a Em quanto aos Juizes da 2.^a instancia, estabelecendo tambem ali a *unidade* de Juiz. E em quanto a todos os Juizes de Direito, decretando a regular impressão das decisões judiciais sobre pontos de direito, a fim do Publico conhecer o talento juridico dos mesmos Juizes.

§ 42.

P. Para que se ha de proferir a sentença da 2.^a instancia no mesmo estado do processo em que se proferira a da 1.^a ?

R. Para que o Juiz de 1.^a instancia não possa attribuir a reforma da sua sentença na 2.^a instancia a considerações que lhe não forão presentes.

§ 43.

P. Mas parece que então não podem as Partes fazer sobre a sentença do Juiz da 1.^a instancia as reflexões que bem lhes parecer : o que é um grave inconveniente ; porque só depois de proferida a dita sentença, e de conhecidos os seus fundamentos, é que estes podem ser analysados.

R. Para evitar esse inconveniente deve o legislador admittir as ditas reflexões na 1.^a instancia, e permittir ao Juiz desta o confirmar ou reformar, á vista dellas, a sua primeira decisão. Mais simples, deve permittir a apellação somente das sentenças em que os Juizes da 1.^a instancia, á vista das mencionadas reflexões, confirmarem ou reformarem a sua primeira desisão.

§ 44.

P. Como concorre a unidade de Juiz para ligar o pundonor dos Juizes da 2.^a instancia á justa applicação das leis (§ 41) ?

R. Recahindo em um Juiz so todo o louvor ou vituperio que as decisões sobre pontos de direito trazem consigo no meu systema de publicação das ditas decisões pela imprensa, ha de necessariamente a perspectiva desse louvor ou vituperio obrar com mais força no dito Juiz, do que em muitos, pelos quaes o mesmo louvor ou vituperio podesse ser repartido. De sorte que, nas questões de direito, mais esforços para acertar temos nós a esperar de um Juiz so, no systema que proponho, do que de muitos Juizes no systema de julgamento collegial.

§ 45.

P. Assim será. Mas o que é certo, é que no caso de se reformar, na 2.^a instancia, a sentença da 1.^a, nada mais fazeis que trocar a decisão de um Juiz pela decisão d'outro Juiz ! Acaso vos esquecestes já de ter estabelecido a pluralidade de Juizes como uma garantia da rectidão da decisão sobre pontos de facto (§ § 6 e 7) ?

R. Verdade é que, reformando-se a sentença na 2.^a instancia, trocámos a decisão de um Juiz pela decisão de outro juiz ; porem d'outro juiz, que, alem de maior capacidade proveniente de mais longa experiencia de negocios juridicos, tem mais meios d'acertar que o Juiz da 1.^a instancia ; porque até se pôdem arranjar as cousas de modo que a decisão da 2.^a instancia seja precedida do voto meramente consultivo d'alguns Juizes. Agora pelo que diz respeito á contradicção de que nos arguis, não passa ella de aparente, attenta a grande diferença que ha entre as questões de facto e as questões de direito. Naquellas

depende a opinião dos Jurados das provas, ou motivos de convicção, que sobre a existencia do facto lhes são apresentadas, as quaes, devendo operar nos mesmos Jurados pelo seu peso natural (§§ 8, 10 e 21) não presisão elles para as avaliar d'alguma outra sciencia não seja a pratica e uso do mundo. Nestas dependa a opinião dos Juizes da sua maior ou menor sciencia de direito, sciencia que, como todos sabem, so se adquire com grande trabalho, para suportar o qual são necessarios mui fortes motivos. De mais disso, nas questões de facto, nada resta depois da investigação do mesmo, que possa attestar o acêrto ou desacêrto da decisão; quando nas questões de direito, a propria decisão fica constituindo um monumento para attestar perpetuamente a capacidade ou incapacidade de quem a proferio. Foi pois tendo em vista tão salientes differenças entre estas duas especies de questões, que nós, nas questões de facto, em que, para assim dizer, não é necessario augmentar a capacidade dos Jurados, e nem mesmo isso é possível, falta de meios adequados, adoptámos a pluralidade de Jurados, e a maioria de votos, como a melhor garantia da rectidão da decisão, e nas questões de direito, adoptámos agora como garantia da rectidão da sua respectiva decisão a unidade de Juiz, pelo que esta tende a augmentar a capacidade do mesmo Juiz (§ 44) da qual a dita rectidão da decisão incontestavelmente depende.

§ 46.

P. Tambem receio que não seja possível a regular impressão das decisões judiciaes sobre pontos de direito (§ 41).

R. A impossibilidade que se vos afigura sobre esse objecto desaparecerá á vista do modo por que a dita impressão se ha de levar a effeito.

§ 47.

P. Como ligará o legislador o interesse individual dos Juizes de Direito á justa applicação das leis (§ 40) ?

R. Depois de decretar a perpetuidade dos logares da magistratura judicial de modo que os providos nelles

os não possam perder senão por sentença legalmente proferida, deve estabelecer a promoção gradual dos Juizes *segundo o seu merecimento*, augmentando quanto, possivel seja os grãos, da escala judicial (1).

§ 48.

P. Que entendeis por augmento de grãos na escala judicial?

R. Como quaesquer divisões do territorio não possam ser iguaes a todos os respeitos, deve o legislador aproveitar esta desigualdade para classificar os logares de justiça de tal modo, que offereção aos respectivos Empregados uma escala pela qual vão subindo para logares de maior ordenado, ainda que nem sempre sejam de maior jurisdicção.

§ 49.

P. Quem ha de julgar do merecimento dos Juizes para effeito de serem promovidos segundo elle (§ 47)?

R. O Supremo Tribunal de Justiça em Proposta ao Governo com referencia ás decisões e mais circumstancias demonstrativas do dito merecimento, imprimindo-se esta Proposta ou Consulta, para que o Publico possa verificar a existencia, e apreciar o valor das provas em que ella se fundar (2).

§ 50.

P. O vosso systema de perpetuidade dos Empregos — publicidade dos actos do processo pela imprensa — promoção gradual dos Empregados segundo o seu merecimento, não se pode estender dos Juizes aos de mais Empregados de Justiça?

R. Certamente; e deve o legislador dar-lhe toda a amplitude possivel; porque so assim é que elle pode crear para os ditos Empregados, na sua respectiva carrei-

(1) A antiguidade vai incluída no *merecimento* posto que este se não forme somente della.

[2] O Supremo Tribunal de Justiça, em o meu systema de processo, não so preside á administração da Justiça em todo o reino, mas gosa dos meios necessarios para conhecer o merecimento, assim dos Juizes, como dos mais Empregados de Justiça.

ra, um futuro e uma esperança capazes de os fazer servir gostosos, não só pelo ordenado que recebem, mas também pelo que hão de vir a receber, achando-se assim o seu interesse individual em perfeita harmonia com o pontual desempenho de seus deveres.

§ 51.

P. Como se hão de promover os Empregados subalternos de Justiça?

R. Transferindo-os, segundo o seu merecimento, dos logares de menor para os de maior ordenado.

§ 52.

P. O vosso systema de promoção gradual não offerece ainda outra vantagem?

R. Offerece a de proporcionar o augmento do trabalho á capacidade presumida dos Empregados pelo exercicio que hão tido em outros logares de menos affluencia de negocios.

§ 53.

P. Como conseguirá o legislador a prompta execução do julgado (§ 4)?

R. Reconhecendo um facto incontestavel; a saber, que na execução do julgado *não se julga — opera-se*; e admittindo as consequencias que naturalmente se derivão do mesmo facto, a saber, que a execução do julgado não deve ser incumbida ao *Juiz*, mas sim a um mero *executar*; e que da execução do julgado se não deve formar um *processo*, mas lavrar-se um *auto*.

§ 54.

P. Como conseguirá o legislador a maior economia possível (§ 4)?

R. Reduzindo os actos do processo aos sóz necessários, e dispondo as cousas de modo que estes actos custem ao Thesouro Publico e ás Partes o menos possível, em dinheiro, em tempo perdido, e em incommodos.

§ 55.

P. Como reduzirá o legislador os actos do processo aos necessários ?

R. Os actos do processo ficarão naturalmente reduzidos aos necessários, desde que o legislador se deixar possuir plenamente do seu objecto, que nas causas civis consiste essencialmente em estabelecer os meios mais proprios e adequados para averiguar a existencia dos factos occorridos de que resultão os direitos — para declarar judicialmente os direitos que resultão desses factos — para designar, do mesmo modo, os factos necessários para satisfazer aquelles direitos — para fazer praticar estes ultimos factos (§ 3). O que porem o legislador deve ter muito a peito, é estabelecer uma garantia capaz de conter o processo dentro dos seus limites naturaes, preservando-o das excursões da chicana e das ciladas que os interesses divergentes dos litigantes não poderão deixar de lhe armar, garantia esta de que logo fallaremos.

§ 56.

P. Que deve fazer o legislador para os actos do processo custarem o menos possivel em dinheiro (§ 54) ?

R. Os actos do processo custarão o menos possivel em dinheiro, quando as quantias, com que cada um dos litigantes concorrer, calculadas em relação ao valor da causa, e sobre o numero e importancia dos termos que ella progredir, não excederem em todo o reino a somma necessaria para o pagamento d'ordenados razoaveis a todos os Empregados de Justiça, segundo a gradação de cada um, e a importancia de suas attribuições. Por tanto para o legislador conseguir que os actos do processo custem o menos possivel em dinheiro, deve abolir o systema de emolumentos, e substitui-lo por ordenados, pagos pelo Thesouro Publico, o qual, para fazer face a esta despesa, receberá dos litigantes vencidos uma quota parte do valor das demandas, calculada da maneira sobredita (1).

(1) O argumento de que o systema de ordenados não offerece, como o de emolumentos, aos Empregados Publicos um estímulo ou incen-

§ 57.

P. Que deve fazer o legislador para os actos do processo custarem o menos possível em tempo perdido e incommodos (§ 54)?

R. Para o legislador minorar a perda de tempo e os incommodos dos litigantes e mais pessoas que intervem no processo, deve fixar as épocas e os dias em que hão de ter logar os differentes actos do mesmo processo por tal forma, que aquellas épocas e dias dependão da disposição da lei, e o menos que for possível do arbitrio do Juiz ou d'outra alguma pessoa; e deve outro sim estabelecer a *marcha officiosa do processo* por tal forma, que o seu regular andamento fique a cargo dos Empregados de Justiça, independentemente de solicitação das Partes, desde que estas tiverem feito os depositos a que são obrigadas, ou prestado as devidas fianças. E é esta *marcha officiosa do processo* (tal qual eu a concebo) a garantia de que acima fallámos no § 55 de conservar o processo em toda a sua pureza; por quanto desde que os Empregados de Justiça não receberem emolumentos por cada um dos actos do processo, e por todo o decurso d'elle, cessará sua natural tendencia para augmentar esses actos, e espaçar a conclusão do negocio; e como por outro lado fiquem responsaveis por aquelles actos que a lei marca, e que devem ter logar nas épocas e nos dias designados na mesma lei, resultará desta combinação a perfeita regularidade do processo, a qual muito ha de concorrer para a boa administração da Justiça; porque o *= quod abundat non nocet =* é uma maxima falsa quando se applica ao processo.

§ 58.

P. Como conseguirá o legislador a indemnisação da Parte vencedora (§ 4)?

R. Para a conseguir deve fixar quanto for possível

tivo para o trabalho, não procede no meu systema de processo, attenta a estreita relação que ha de haver entre o pagamento do ordenado e a effectividade do serviço.

as despesas das demandas. Pelo que, estabelecida a *marcha officiosa do processo*, e substituído o systema de emolumentos pela quota parte do valor da causa, que a Parte vencida paga ao Thesouro Publico, ja o legislador tem avançado tanto no transcendente assumpto da indemnisação da Parte vencedora, que pouco lhe resta a fazer para o levar áquelle ponto de perfeição que é necessaria para assegurar os beneficos effeitos da mesma indemnisação; isto é, para tornar circumspectos os litigantes temerarios, e afugentar do foro os injustos e dolosos.

§ 59.

P. E não ha outros objectos, alem dos referidos no §. 4.º, de que o legislador se deva occupar no Codigo do Processo Civil?

R. Deve tambem ahi dispor as cousas de modo que se possa obter uma decisão prompta nos casos urgentes ou de Justiça manifesta — providenciar ácerca dos factos essenciaes supervenientes — estabelecer um processo adequado para as causas de pouco valor — e regular a forma d'alguns actos estranhos á ordem do processo.

§ 60.

P. Como disporá o legislador as cousas de modo que se possa obter uma decisão prompta nos casos urgentes ou de justiça manifesta?

R. O meio mais natural e simples de prover neste interessante assumpto é, por certo, o de permittir em os ditos casos uma decisão provisoria, exequivel desde logo, dando o Autor as necessarias garantias de indemnisar o Reo de quaesquer prejuizos, e de repor o negocio no antigo estado, se, não se contentando as Partes com a decisão provisoria, esta vier a ser reformada por sentença definitiva.

§ 61.

P. O que entendeis por factos essenciaes supervenientes (§ 59)?

R. Entendo os que occorrem desde a instauração do processo até á effectiva execução do julgado, os quaes, segundo as leis do Codigo Civil, alterão d'alguma manei-

m o direito que o Autor pertende se lhe faça effectivo, ou os factos necesarios para satisfazer esse direito.

§ 62.

P. Que processo deve adoptar o legislador para averiguar a existencia dos factos essenciaes supervenientes — declarar *judicialmente*, os direitos que resultão desses factos — e designar os factos necesarios para satisfazer estes direitos ?

R. O mesmo processo que elle tiver estabelecido para obter os mesmos fins na causa principal ; porque, devendo este processo ser o melhor que se possa imaginar, claro está que não pode haver outro pelo qual deva ser substituido.

§ 63.

P. Que processo deve estabelecer o legislador para as causas de pouco valor (§ 59) ?

R. A observação que fizemos no § antecedente parece levar-nos tambem a concluir que para as causas de pouco valor se não deve fazer excepção alguma na regra geral do processo. Todavia o diminuto valor destas causas authorisa o legislador a substituir aquelle processo por outro, cuja imperfeição, pelo lado das garantias da rectidão do julgado, seja compensada por maior simplicidade e expedição; por quanto é na curta duração de taes demandas que consiste o verdadeiro interesse dos litigantes e do Estado.

§ 64.

P. Que entendeis por actos estranhos á ordem do processo, dos quaes deve o legislador occupar-se no Código do Processo Civil (§ 59) ?

R. Entendo os necesarios, ou seja para as Partes poderem litigar, ou para assegurar a execução do futuro julgado, ou para deduzir do dito acto algum direito ou cessação de direito, ou finalmente para adquirir a prova d'algum facto de que se deduza algum direito ou cessação de direito (1). E deve o legislador no Código do Pro-

(1) Poderíamos dizer, e talvez com mais propriedade, — cessação de

cesso Civil regular a forma destes actos sob pena de ficar incompleta a sua obra ; por quanto , depois de estabelecidos os meios mais proprios e adequados para averiguar a existencia dos factos de que resultão os direitos — para declarar judicialmente os direitos que resultão desses factos — para designar, do mesmo modo , os factos necessarios para satisfazer os referidos direitos — e para fazer praticar estes ultimos factos (tudo isto com a maior economia possivel , e da maneira mais adequada para se verificar a indemnisação da Parte vencedora) ; depois de dispostas as cousas de modo que nos casos urgentes se possa obter uma decisão prompta ; depois de dadas as necessarias providencias ácerca dos factos essenciaes supervenientes occorridos desde a instauração do processo até a effectiva execução do julgado , que d'alguma maneira alterão o direito que o Autor pretende se lhe faça effectivo , ou os factos necessarios para satisfazer esse direito ; depois finalmente , de estabelecido um processo adequado para as causas de pouco valor ; é evidente que , para o legislador possuir a convicção de que tem estabelecido *todos* os meios necessarios para tornar effectivos os direitos que a qualquer individuo possão competir , ainda lhe resta (mas so isso) regular a forma dos actos estranhos á ordem do processo , que acima ficão indicados.

§ 65.

P. Como regulará o legislador a forma desses actos ?

R. Deve ordenar que elles sejam praticados perante a respectiva authoridade administrativa , e outro sim que esta jamais permitta aquelles que envolverem violação do direito de propriedade , ou que de qualquer maneira offenderem a liberdade individual , ou a inviolabilidade da casa do cidadão , sem primeiro obter exactas informações ácerca das circumstancias que tornão legitimos os ditos actos , e sem que o requerente preste fiança idonea á

obrigação — ; porque não é o possuidor do direito , mas sim aquelle que tem a obrigação de satisfazer a esse direito , o que ordinariamente promoverá taes actos.

indemnisação de quaesquer prejuizos que a Parte contraria indevidamente haja de sofrer.

§ 66.

P. Porque razão hão de estes actos ser praticados perante a authoridade administrativa e não perante a authoridade judicial?

R. Porque realmente elles não são materia de julgamento; isto é, d'applicação das leis ao facto. E se alguns ha que como taes possam ser considerados (1) não são susceptiveis das formas judiciaes pelo segredo, e muitas vezes pela rapidez, com que convém proceder; sendo, sem duvida, as authoridades administrativas as que estão em circumstancias d'obrar com mais acêrto a este respeito, pelo conhecimento que devem ter das cousas e das pessoas dos seus administrados, como ao diante se dirá quando, na theoria do processo criminal, tratarmos da prisão dos delinquentes.

[SECÇÃO 2.^a

DO PROCESSO CRIMINAL.

§ 67.

P. O que entendeis por processo criminal?

R. Entendo um systema de meios legais, pelos quaes o Estado inflige aos delinquentes uma pena proporcionada ao delicto, para emenda dos mesmos delinquentes, e exemplo publico; tudo a fim de taes delictos se não repetirem na sociedade (2).

(1) Por exemplo; o embargo ou arresto permittido pela lei em certas circumstancias.

(2) Se ao legislador fosse possível declarar precisamente no Código Penal, quaes são os factos de que resultão ao Estado direitos relativamente à punição dos autores desses factos, e os factos com que esses direitos se devião satisfazer; isto é, as penas que os autores daquelles factos devião sofrer para satisfazer os mencionados direitos [Vid. o § 3] não teria eu necessidade de definir aqui o processo criminal de um

§ 68.

P Segundo a definição que acabais de dar do processo criminal, não pôde intervir nelle como Autor qualquer particular, nem mesmo a Parte offendida!

R. Certamente que não : porque , com quanto todos os cidadãos sejam interessados na repressão dos delictos e na manutenção da ordem publica , não deve por isso a punição dos delinquentes andar a reboque do capricho e das paixões de um simples particular. A direcção deste negocio deve ser incumbida ao Ministerio Publico para que os respectivos Empregados , no exercicio de suas funcções , so tenham em vista os verdadeiros interesses do Estado.

§ 69.

P. O que acabaes de dizer prova que o M. P. é d'absoluta necessidade. Mas porque não ha de o legislador , para melhor conseguir a punição dos delinquentes, reunir aos esforços do M. P. os dos particulares , permitindo-lhes o intervirem como co'autores no processo criminal ?

R. A Parte offendida, e quaesquer outras pessoas que se sintão com disposição para accusar o Reo, hão de naturalmente coadjuvar o M. P. participando-lhe tudo o que souberem ácerca do delicto ; e para isto não precisa o legislador de dar a mais pequena providencia. Agora

modo differente daquelle porque defini o processo civil. As cousas podem correr incontestavelmente d'outro modo ; porque tão facil é ao legislador o declarar no Codigo Civil quaes são os factos de que resultão os direitos, e quaes são os factos necessarios para satisfazer esses direitos, quanto é difficil, no Codigo Penal, o declarar precisamente os factos de que ao Estado resultão direitos pelo que respeita á punição dos delinquentes, e os factos, isto é, as penas necessarias para satisfazer esses direitos. Que um homem fure um pão estando farto ou a morrer de fome, que o pão seja de um rico ou de um pobre, que estivesse bem ou mal arrecadado &c &c. nada disto influe no direito civil que o legislador deve ligar ao facto daquelle furto, a favor do dono do pão ; direito, que se satisfará com a restituição do pão ou do seu valor. Mas quem poderá dizer outro tanto a respeito da punição do autor daquelle furto, o da pena que lhe deva ser infligida?! Fique pois notada a differença que ha entre o Codigo Civil e o Codigo Penal, para justificar a differença da definição de um e d'outro processo.

pelo que pertence a intervirem ellas como Autores no processo criminal juntamente com o M. P. não lh'o deve permittir o legislador, porque convem muitissimo para a regularidade das funcções do M. P. que os seus ~~Emp~~ empregados não tenham a quem se ater nem com quem se desculpar.

§ 70.

P. Como assim = com quem se desculpar = ! Pois a intervenção dos particulares como Autores no processo criminal juntamente com o M. P. pode obstar ás intenções do mesmo M. P. ?

R. Certamente que pode; porque, admittidos os particulares como co'autores no processo criminal, forçoso é conceder-lhes o allegarem factos e o produzirem provas, com o que podem prejudicar ao exito da causa, desde o momento em que tiverem (como podem ter) qualquer motivo que o isso os mova. E eis ahí um argumento sem replica para não deverem os particulares ser admittidos como Autores no processo criminal juntamente com o M. P., *salva a indemnisação da Parte offendida.*

§ 71.

P. Mas como assegurará então o legislador a indemnisação da Parte offendida ?

R. Concedendo-lhe a acção civil para ella haver do delinquente a dita indemnisação no caso de que qualquer pena pecuniaria imposta ao delinquente no processo criminal, applicada para a Parte offendida, não seja sufficiente para a mesma indemnisação.

§ 72.

P. Visto isso sempre se trata no processo criminal da indemnisação da Parte offendida, quando não intervindo ella no dito processo, parecia mais simples estabelecer uma linha de demarcação entre a dita indemnisação e a pena que de mais a mais deve ser imposta aos delinquentes, para dar á primeira a natureza de um negocio meramente civil, e fazer da segunda o objecto do processo criminal. Porque não adoptaes este systema ?

R. Porque elle tem o gravissimo inconveniente de se não poder combinar a pena imposta ao delinquente

com a indemnisação] da Parte offendida, sendo certo que de todos as penas as mais rasoaveis são aquellas que se convertem em proveito da dita Parte offendida, pelas quaes se deve sempre começar todas as vezes que ellas não forem incompativeis com as faculdades do Reo.

§ 73.

P. Como conseguirá o legislador os fins do processo criminal referidos no § 67 ?

R. Para os conseguir deve empregar os meios que lhe parecerem mais proprios e adequados; 1.º para que os Empregados do M. P. tenham noticia dos delictos apenas commettidos; 2.º para que os ditos Empregados obtenhão as necessarias informações, assim dos delictos como dos delinquentes; 3.º para que estas informações, e os mesmos delictos, sejam devidamente avaliados, quando se tratar de submeter o negocio ao Poder Judicial; 4.º para que as provas dos delictos e dos delinquentes, e os mesmos delictos, sejam devidamente avaliados, quando se tratar d'absolver o Reo, ou de o condenar em menor ou maior pena; 5.º para que aos delinquentes se imponha a pena que for mais proporcionada ao delicto; 6.º para que esta pena seja effectivamente infligida aos delinquentes, tanto quanto o exigir o interesse do Estado; 7.º para que as sentenças proferidas no processo criminal tenham toda a publicidade.

§ 74.

P. Que deve fazer o legislador para os Empregados do M. P. terem noticia dos delictos ?

R. Alem de permittir a todo o cidadão o denunciar ao M. P. quaesquer delictos, deve impor essa obrigação, para com seus superiores, não so aos Empregados subalternos do M. P., mas tambem aos da administração propriamente dicta, e bem assim deve colocar na comarca, que for séde de districto administrativo, um Procurador Regio, o qual, tendo com a principal authoridade administrativa conferencias regulares, e estando por isso ao facto do que no mesmo districto se passa, possa suprir pelas participações das authoridades administrativas qualquer falta que porventura tenha havido nas dos seus subalternos, a fim de dirigir com acêrto a acção do M. P.

por si na comarca cabeça do districto, e pelos seus Delegados nas de mais comarcas de que o districto se compozer.

§ 75.

P. Que deve fazer o legislador para os Empregados do M. P. obterem as necessarias informações dos delictos e dos delinquentes (§ 73) ?

R. Deve empregar os meios mais proprios e adequados para que os dictos Empregados; 1.º tenham a capacidade e aptidão necessarias para as obter; 2.º desejem sinceramente obtê-las; 3.º não encontrem nesta tarefa mais difficuldades que as provenientes e inseparaveis da natureza do objecto.

§ 76.

P. Como conseguirá o legislador que os Empregados do M. P. tenham a capacidade e aptidão necessarias para obter as necessarias informações dos delictos e dos delinquentes ?

R. Para o conseguir deve fazer do exercicio das funcções do M. P. não o tirocinio para o exercicio das funcções judiciaes (Vid. o § 37) mas sim uma profissão separada, que seja continuamente exercida por uma classe de Empregados que não tenham outras attribuições, e que de mais a mais passem por um tirocinio proprio daquellas que exercitão.

§ 77.

P. Como conseguirá o legislador que os Empregados do M. P. tenham desejo sincero d'obter as necessarias informações dos delictos e dos delinquentes (§ 75) ?

R. Ligando o pundonor e o interesse individual dos ditos Empregados do M. P., em cada uma das comarcas, ao exacto cumprimento deste seu dever.

§ 78.

P. Como ligará o legislador o pundonor dos Empregados do M. P. ao exacto cumprimento do dito seu dever ?

R. Dispondo as cousas de modo, que do desleixo ou prevaricação dos ditos Empregados se não siga a

impunidade dos delinquentes, e só sim o descredito das respectivos Empregados, por passarem as devidas averiguações a ser immediatamente feitas por outros de maior confiança e de mais provada aptidão.

§ 79.

P. Como ligará o legislador o interesse individual dos Empregados do M. P. ao exacto cumprimento do seu dever (§ 77) ?

R. Empregando a respeito dos ditos Empregados os meios de que tratão os §§ 47 e 50 relativamente aos Juizes de Direito e mais Empregados de Justiça.

§ 80.

P. Como conseguirá o legislador que os Empregados do M. P., na tarefa de explorar as provas dos delictos e dos delinquentes, não encontrem mais difficuldades que as provenientes e inseparaveis da natureza do objecto (§ 75) ?

R. Permittindo-lhes o colligirem todas as informações que poderem obter sobre os ditos dous assumptos sem mais formalidades que aquellas com que procedem os particulares para se certificarem de seus direitos, e deliberarem ácerca da instauração de qualquer causa civil.

§ 81.

P. Como conseguirá o legislador que as informações ácerca dos delictos e dos delinquentes, e os mesmos delictos, sejam devidamente avaliados, quando se tratar de submeter o negocio ao Poder Judicial (§ 73) ?

R. Incumbindo a deliberação sobre este ponto a uma Junta composta das principaes authoridades administrativas (entre estas contámos os Empregados do Ministerio Publico) encarregadas da manutenção da ordem publica em cada districto administrativo; porque impossivel será que ellas não desejem ver punidos os delinquentes, para effeito de se conservar aquella ordem publica; e de mais disso, se alguma das referidas authoridades não tiver, por motivos seductores, esse desejo, não é de presumir que elle falte na maioria da Junta.

§ 82.

P. Como conseguirá o legislador que as provas dos delictos e dos delinquentes, e os mesmos delictos sejam devidamente avaliados, quando se tratar d'absolver o Reo, ou de o condemnar em menor ou maior pena (§ 73) ?

R. Eis ahí o ponto principal; e tambem aquelle que so deve ser confiado de quem não possa ter interesses differentes dos do povo; isto é, deve ser incumbido a um Jury que represente a parte do povo mais intelligente e moral (1).

§ 83.

P. Como se obterá esse Jury ?

R. Pelo modo indicado no § 31.

§ 84.

P. As de mais providencias de que trata o § 10 até o § 35 para assegurar nas causas civeis a recta decisão ácerca dos factos occorridos de que resultão os direitos, não são tambem applicaveis ao processo criminal ?

R. São certamente; menos as que dizem respeito á separação do facto do direito, por não convir esta separação, nem mesmo ser possivel, nas causas crimes como ja mostrámos nos §§ 23 e 24 e na nota ao § 67.

§ 85.

P. Como conseguirá o legislador que a pena imposta aos delinquentes seja proporcionada ao delicto (§ 73) ? E (antes disso) que vantagens resultão dessa proporção ?

R. De ser proporcionada ao delicto a pena imposta aos delinquentes, resulta o terem estes, durante mesmo a execução do delicto, motivos de interesse individual para parar a cada momento, e deixar de praticar quaesquer actos, que, considerados como novos delictos, ou como circumstancias aggravantes do primeiro, possão

(1) O nosso systema de processo criminal não admite pronuncia dos Reos. Ficando pois em todo o vigor o disposto no § 2 art. 9 da Carta Constitucional, desaparece inteiramente o objecto do § 3 art. 67 que por isso se deverá ter como eliminado.

augmentar a sua culpabilidade, vantagem esta tão ponderosa que me dispensa de relatar outras. Agora pelo que pertence aos meios d'obter a mencionada proporção entre o delicto e a pena, como os ate agora empregados são manifestamente defeituosos, deve o legislador recorrer áquelle que lhe parecer mais proprio e efficaz para conseguir um fim tão transcendente.

§ 86.

P. Que meios se tem adoptado ate ao presente para obter a proporção entre o delicto e a pena, e quaes são os defeitos desses meios?

R. O meio mais proprio que se tem empregado para conseguir aquelle fim é, sem duvida, o de fazer declarar pelo Jury d'entre os grãos de culpabilidade marcados pelo legislador (por exemplo 1.º 2.º 3.º) aquelle em que o Reo se acha, a fim de lhe ser imposta a pena que no Codigo Penal corresponde a esse grão de culpabilidade. Como porem o legislador não pode marcar todos os grãos de culpabilidade, porque estes são infinitos como as circumstancias attenuantes ou aggravantes de que o delicto se pode revestir; e não pode outro sim conhecer o grão de sofrimento que qualquer pena vai produzir no delinquente, por este sofrimento tambem variar ate o infinito segundo as circumstancias particulares do mesmo delinquente, acontece ordinariamente não coincidir o verdadeiro grão de culpabilidade do Reo com nenhum dos marcados pelo legislador, e menos coincidir ainda a pena correspondente a qualquer destes grãos, marcados pelo legislador, com o dito verdadeiro grão de culpabilidade do Reo, attentas as circumstancias particulares em que elle se acha relativamente áquella pena: na qual hypothese tem de se impor ao Reo uma pena duplicadamente desproporcionada, se o Jury, para evitar esse inconveniente, não toma (como muitas vezes succede) o expediente, não menos nocivo, de declarar não provado o delicto.

§ 87.

P. Que deve pois fazer o legislador para obter a proporção entre o delicto e a pena?

R. Deve incumbir o Jury de declarar a qualida-

de e quantidade da pena que deve ser imposta ao Reo, depois de serem presentes ao mesmo Jury todas as circumstancias, que, como dito fica, podem e devem influir nesta decisão.

§ 88.

P. Visto isso, não seguis vós o *principio* — me em materia penal tudo deve ser claro e expresso — :

R. O systema que se funda nesse principio lucha com tão grandes difficuldades que por impossivel tenho o realisa-lo. Demais disso, tendo-se nelle em vista offerecer alguma garantia a favor dos governados, quando estes são julgados por commissarios do Governo e Agentes do Poder, é na verdade essa garantia bem fraca, se a compararmos com a que resulta de serem os Reos julgados por um Jury que represente, como dito fica, e ainda mais uma vez repetimos, a parte do povo mais intelligente e moral.

§ 89.

P. Mas se o Jury ha de declarar a qualidade e a quantidade da pena que deve ser imposta ao Reo no caso especial de que se tratar, que tem o legislador a fazer no Codigo Penal ?

R. O Codigo Penal em o meu systema reduz-se a dous cathalogos, um de delictos e outro de penas, e a um so artigo, no qual o legislador diga que todo o individuo que commetter qualquer dos delictos, de que trata o primeiro Cathalogo, será obrigado a indemnisar a Parte offendida, e a soffrer d'entre as penas, enumeradas no segundo, aquella que em qualidade e quantidade for mais proporcionada ao delicto, attenta a gravidade do mesmo, a culpabilidade do Reo, e suas particulares circumstancias, tudo isto segundo o Juizo de Jurados que representem o paiz.

§ 90.

P. Que deve fazer o legislador para que a pena imposta aos delinquentes lhes seja effectivamente infligida, tanto quanto o exigir o interesse do Estado (§ 73) ?

R. Primeiramente deve conceder ás authoridades administrativas a faculdade de mandar prender o Reo an-

tes de sentença condemnatoria, nos delictos graves, quando houver indícios fortes contra elle, e a prisão se tornar necessaria para assegurar a inflicção da pena, por o dito Reo não offerer garantias sufficientes de estar em juizo até final. E deve outro sim ordenar que as penas impostas aos delinquentes lhes sejam infligidas debaixo da inspecção das authoridades administrativas, depois destas haverem informado o Governo de todas as circumstancias que possam influir de alguma maneira no exercicio do Poder Moderador, pelo que respeita ao perdão ou minoração das penas. Isto pelo que pertence ás penas corporaes; porque, em quanto ás pecuniarias, deve o legislador ordenar que o Reo seja executado por ellas, como por qualquer outra divida julgada por sentença.

§ 91.

P. Porque razão ha de o legislador encarregar as authoridades administrativas e não as judiciaes de proceder antes de sentença á prisão dos presumidos delinquentes, para assegurar a inflicção da pena?

R. A prisão dos delinquentes antes de sentença condemnatoria, para assegurar a inflicção da pena, é uma medida de pura prevenção, a qual, por isso, compete mais propriamente ás authoridades administrativas que ás judiciaes. Demais disso, é este um negocio que se reves-te de tantas e tão variadas circumstancias, que so as authoridades administrativas podem, pelo conhecimento que devem ter das pessoas e das cousas dos seus administrados, proceder nelle com a necessaria promptidão e devido acêrto (§ 66).

§ 92.

P. Mas como evitará o legislador o abuso que da parte da authority administrativa pode haver em objecto de tanta importancia?

R. Empregando os correctivos que a natureza das cousas lhe offerece; a saber 1.º limitação do tempo da prisão ao so necessario para o proseguimento dos termos legaes da accusação; 2.º indemnisação do Reo pelo Estado, no caso de o julgar innocente o Jury; 3.º acção criminal contra a authority administrativa que ordenou

a prisão, quando o mesmo Jury a declarar suspeita de dolo.

§ 93.

P. Que deve fazer o legislador para que as sentenças proferidas no processo criminal tenham a possível publicidade (§ 73)?

R. E' este um ponto de muita importancia, para conseguir o qual, não basta, por certo, a publicidade do julgamento da causa, nem a que resulta da publicação da sentença nos Periodicos. Deve por tanto o legislador ordenar que os Parochos de todo o reino, nos delictos graves, e os do respectivo districto administrativo, nos menos graves, em as suas respectivas Igrejas na occasião de maior concurso do povo para satisfazer os preceitos da religião, leião aos freguezes as sentenças criminaes, acompanhando esta leitura de convenientes explicações, e de uma pratica tendente a inspirar o amor á virtude e o horror do crime.

§ 94.

P. O que se disse no § 54 e seguintes ácerca da economia e da indemnisação da Parte vencedora não é tambem applicavel ao processo criminal?

R. O que se disse ácerca de dever o legislador reduzir os actos do processo aos necessarios — marcar as epochas em que os ditos actos hão de ter logar — e estabelecer a *marcha officiosa do processo*, é, sem duvida, applicavel ao processo criminal. Quanto porem a substituir os emolumentos dos Empregados de Justiça por certa quantia paga pela Parte vencida ao Thesouro Publico, não tem logar esta providencia no processo criminal; porque, assegurada *alimide* (Vid. o § 56) a decente sustentação dos Empregados de Justiça, deve o dito processo criminal ser, alem d'officioso, gratuito.

§ 95.

P. Porque deve ser gratuito o processo criminal?

R. Por duas razões; 1.^a para que a acção do Ministerio Publico seja exercida com perfeita igualdade sem fazer distincção entre o rico que tem com que pague as custas do processo, e o pobre que não tem com que

as pague ; 2.^a para que a condemnação nas custas não va transtornar a proporção que deve haver entre o delicto e a pena , visto que a mesma quantia de custas , que arruinaria um Reo pouco abastado , seria indifferente a um rico.

§ 96.

P. O que dissesstes á cerca de deverem as provas dos delictos e dos delinquentes , e os mesmos delictos , ser avaliados pelas autoridades administrativas quando se tratar de submetter o negocio ao Poder Judicial (§ 81) , e por um Jury que represente a parte do povo mais intelligente e moral , quando se tratar de impor ao Reo alguma pena (§. 82) , constitue uma regra tão geral que não admitta excepção ?

R. Devem exceptuar-se da dita regra geral os delictos commettidos pelos Empregados de Justiça (entre estes contâmos os da administração que figurão no processo criminal) , e bem assim os commettidos pelos particulares contra os Empregados de Justiça ; porque são estes delictos de tal natureza , que so o Supremo Tribunal de Justiça (que em nosso systema preside á administração da Justiça em todo o reino , e cujos Membros se achão já , para assim dizer , n'uma região sobranceira ás paixões) pode avalia-los devidamente , para effeito de punir com justa severidade , assim os máos Empregados de justiça , como quaesquer individuos que os não respeitarem , como é do dever de todo o cidadão , e a ordem publica exige.

§ 97.

P. Quem ha de conhecer dos delictos de que trata o § antecedente , commettidos pelos Membros do Supremo Tribunal de Justiça ou contra os Membros do supremo Tribunal de Justiça ?

R. Como então se trata do — qui gardera les gardiens — indispensavel é um Jury nacional. Pelo que , sendo a Camara dos Pares de pura nomeação da Coroa , e a dos Deputados de eleição popular , forçoso é que de taes delictos conheça um Jury extrahido d'ambas as camaras.

§ 98.

P. E nenhuma outra excepção da regra geral do processo deve haver, além da referida nos dous §§ antecedentes?

R. Deve também haver um pequeno Jury permanente para julgar com promptidão aquelles Reos, cujos delictos parecerem, ás authoridades administrativas, menos graves. Deste Jury porem (que se poderá impor penas mui leves) poderão os Reos condemnados recorrer para o Jury regular, a fim de ali se tratar o negocio (1).

SECÇÃO 3.^a

PLANO DO CODIGO DE PROCESSO CIVIL E CRIMINAL, E COMO SE DEVERA' POR EM PRATICA.

§ 99.

P. Dai-nos uma idéa da ordem das matérias ou plano que se deverá seguir em um Projecto de Codigo de Processo Civil e Criminal, no qual se adoptem e desenvolvão os principios que acabais de expender — e outro sim dizei-nos como se poderá pôr em pratica um processo tão differente do actual, que por isso mesmo ha de ter inimigos.

R. Respondo á vossa pergunta com o Artigo sobre o processo e organização judicial, que escrevi ha annos (2), e ao diante se segue, — e com o Elenco (que também ao diante se segue) dos Livros Titulos e Capítulos do meu Projecto de Codigo de Processo Civil e Criminal

[1] Como os Reos podem ali ser condemnados em maior pena, offerece esta circumstancia uma garantia de que elles não hão de abusar do recurso, e de que effectivamente os Reos de delictos pouco graves hão de ser prompta e definitivamente punidos pelo pequeno Jury de uma maneira que se poderá dizer a contento do Estado e dos proprios Reos. Vid. o § 63.

[2] Em 1839.

Sobre o Processo e Organização Judicial.

A experiencia é uma especie de pergunta que a Arte faz á Natureza para a obrigar a fallar.

BACON.

Há quem diga que a legislação, na parte que diz respeito ao Processo e Organização Judicial, não é como as outras sciencias; porque, tendo-se em todas procurado simplificar os methodos para se obterem maiores e mais perfectos resultados, em menos tempo, com menor trabalho e maior economia, parece que nesta parte da legislação se tem seguido um rumo diverso, complicando-se os methodos, e dispondo-se tudo para se augmentar o trabalho e as despesas, como se fôra este, e não outro, o fim da sciencia.

Não sabemos até que ponto são exactas estas idéas; é porem certo que desde 1832 se tem emprehendido tres reformas judiciaes — que ainda é geral a opinião de que precisâmos de nova reforma — e que não falta mesmo quem diga que com as reformas effectuadas nada se tem melhorado, antes peorado.

Acaso não poderemos nós collocar a sciencia do processo a par das outras sciencias? Não será possivel pôr termo a que as nossas cousas judiciaes vão de mal em peor?

Parece-nos que isso é possivel — que é mesmo facil; mas que so o conseguiremos quando, para reformar o nosso foro, nos não dermos ao trabalho de copiar leis nacionaes ou estrangeiras, mas sim de organizar um processo fundado *unicamente* na natureza do seu objecto — e quando do dito processo não fizermos logo! Lei ge-

ral para todo o reino, mas o fizermos previamente ensaiar em algum logar designado com o triplice fim de emendar os defeitos que elle mostrar na pratica, de redigir bem pensadas formulas para todos os actos do processo, e de mostrar praticamente á nação os vantajosos resultados de novo systema, dispondo-a desta maneira para ella em tempo opportuno o abraçar com avidez (1).

Tal é o methodo que nos parece mais facil e seguro de conseguirmos uma verdadeira Reforma Judicial. E' o mothodo experimental, ao qual devemos o progresso de todas as Artes e sciencias, e nós o lembrámos á Nação como o *unico* meio de conseguirmos, dentro de trez ou quatro annos, um Processo definitivo, em que a Justiça seja administrada com tal perfeição que o publico conheça que se faz Justiça — em que os litigantes despendão apenas metade do que hoje despendem — e em que o Thesouro Publico fique desonerado do pagamento aos Juizes e mais Empregados de Justiça, assim da 1.^a como da 2.^a instancia, que em nada menos podêmos avaliar as vantagens do processo natural e simples, que mui facil será estabelecer e consolidar pelo methodo que propomos. (2)

[1] A Reforma Judiciaria do Senhor D. João III de 1524 experimentou-se dous annos pelos Juizes da Côte antes de ser sancionada para todo o reino em 1526.

(2) Não pareça que sou contraditorio em suppôr aqui que o Thesouro Publico ficará desonerado do pagamento dos ordenados dos Juizes e mais Empregados de Justiça, tendo proposto no § 56 da Theoria do Processo Judicial a abolição dos emolumentos, e o estabelecimento de ordenados razoaveis pagos pelo Thesouro Publico aos ditos Empregados; porque ahi mesmo se diz que o Thesouro Publico ha de receber dos litigantes vencidos uma quota parte do valor das demandas, que seja sufficiente para o dito pagamento. Causará, sim, admiração o pagar os litigantes essa quota parte do valor das demandas, e suppor eu não gastarão nem ainda metade do que hoje gastão: mas essa admiração cessaria, de certo, se nós tivéssemos uma estatistica que nos mostrasse o verdadeiro estado das consas no systema do processo actual!

ELENCO

DOS LIVROS TITULOS E CAPITULOS DO PROJECTO DE CODIGO DO PROCES- SO CIVIL E CRIMINAL, SEGUN- DO OS PRINCIPIOS DA PRECE- DENTE INTRODUCCÃO.

LIVRO PRIMEIRO.

Da organização Judicial.

TITULO I. *Da Divisão do Territorio (§ 48 da Introd.).*

TITULO II. *Do numero e qualidade dos Juizes e mais
Empregados de Justiça.*

TITULO III. *Da nomeação ou eleição dos Juizes e mais
Empregados de Justiça.*

TITULO IV. *Por quem hão de ser substituidos os Juizes
e mais Empregados de Justiça nos seus im-
pedimentos temporarios.*

TITULO V. *Das attribuições dos differentes Emprega-
dos de Justiça.*

CAP. 1. *Das attribuições dos Juizes e Jurados.*

CAP. 2. *Das attribuições dos Empregados do M. P.*

CAP. 3. *Das attribuições dos outros Empregados
de Justiça.*

TITULO VI. *Dos ordenados dos Empregados de Jus-
tiça, e dos meios de serem pagos em dia
(§ 57 da Introd.).*

TITULO VII. *Da estabilidade dos Empregos de Justiça,
e direitos dos Empregados á sua promo-
ção, condecorações e aposentação (§ 47
da Introd.).*

TITULO VIII. *Disposições geraes.*

LIVRO SEGUNDO.

Do Processo nas Causas Cíveis.

TITULO I. *Da averiguação dos factos occorridos de que resultão os Direitos (§ 3 da Introd.).*

CAP. 1. Da Exposição da pertença do Autor.

CAP. 2. Da citação do Reo.

CAP. 3. Da tentativa de conciliação.

CAP. 4. Da sentença provisoria nos casos urgentes ou de Justiça manifesta (§ 60 da Introd.).

CAP. 5. Da Resposta do Reo á Exposição da pertença do Autor.

CAP. 6. Da Replica e da Treplica.

CAP. 7. De algumas disposições relativas á Resposta do Reo, Replica e Treplica.

CAP. 8. Da Reconvenção do Reo.

CAP. 9. Do Estabelecimento da questão (§§ 12 e 28 da Introd.).

CAP. 10. Dos actos preparatorios do Jury.

CAP. 11. Da investigação dos factos essenciaes controversos, e decisão sobre a sua existencia (§ 6 da Introd.).

TITULO II. *Da declaração Judicial dos Direitos que resultão dos factos occorridos (§ 3 da Introd.).*

CAP. 1. Da Sentença do Juiz de Direito (§ 36 da Introd.).

CAP. 2. Da Appellação (§ 41 da Introd.).

CAP. 3. Da Revista.

TITULO III. *Da designação Judicial dos factos necessarios para satisfazer os direitos (§ 3 da Introd.).*

TITULO IV. *Como se ha de fazer praticar os factos necessarios para satisfazer os direitos (§ 3 da Introd.).*

CAP. 1. Quando os factos forem de tal natureza que so possam ser praticados pelo executado.

CAP. 2. Quando os factos podem ser praticados por pessoa differente do executado.

CAP. 3. Quando os factos consistirem em o executado entregar certa quantia de dinheiro ao exequente.

CAP. 4. Dos meios de evitar, ou pelo menos de diminuir, as execuções forçadas.

TITULO V. *Dos factos essenciaes supervenientes (§ 61 da Introd.).*

TITULO VI. *Das epochas em que hão de ter logar os differentes actos do Processo Civil (§ 57 da Introd.).*

TITULO VII. *Do Processo nas Causas de pouco valor (§ 63 da Introd.).*

TITULO VIII. *Dos actos estranhos á ordem do Processo (§ 64 da Introd.).*

LIVRO TERCEIRO.

Do Processo nas Causas Crimes.

TITULO I. *Disposições geraes.*

TITULO II. *Da participação dos delictos ao M. P. (§ 74 da Introd.).*

TITULO III. *Das subseqüentes e immediatas averiguações do M. P. para obter as necessarias informações, assim dos delictos como dos delinquentes (§ 75 da Introd.).*

TITULO IV. *Da prisão dos delinquentes em flagrante delicto, ou quando for necessaria para assegurar a inflicção da pena (§ 90 da Introd.).*

- TITULO V.** *Do libello accusatorio, da defeza do Reo, e dos actos preparatorios do Jury.*
- TITULO VI.** *Do julgamento das causas crimes (§ 82 da Introd.).*
- TITULO VII.** *Dos recursos.*
- TITULO VIII.** *Da execução do Julgado nas causas crimes (§ 90 da Introd.).*
- TITULO IX.** *Das epochas em que hão de ter logar os differentes actos do processo criminal (§ 94 da Introd.).*
- TITULO X.** *Do processo nos delictos de pouca gravidade (§ 98 da Introd.).*
- TITULO XI.** *Do processo nos delictos commettidos pelos Empregados de Justiça, ou contra os Empregados de Justiça, no exercicio de suas attribuições (§ 96 da Introd.).*

LIVRO QUARTO.

Este Livro conterá as formulas e instrucções necessarias para os differentes actos do processo, tanto civil como criminal.

Projecto.

***DeCodigo do Processo Civil,
e Criminal.***

PROJECTO
DE
C O D I C O
DO
PROCESSO CIVIL E CRIMINAL.

LIVRO PRIMEIRO.
Da Organização Judicial.

TITULO I.

Da Divisão do Territorio.

Artigo 1. **O** REINO de Portugal será dividido em districtos judiciaes, os districtos judiciaes em comarcas, e as comarcas em pequenos circulos, compostos d'uma ou mais freguezias.

2. As comarcas serão classificadas, segundo sua extensão e notabilidade das Cidades ou Villas que forem suas cabeças, em comarcas de 1.^a 2.^a e 3.^a entrancia. Os circulos serão também classificados, segundo sua grandeza e mais circumstancias, em circulos de 1.^a 2.^a 3.^a 4.^a 5.^a e 6.^a entrancia (§§ 47, 48, e 50 da Introduc.).

3. A cidade de Lisboa será dividida em 8 bairros, que serão cabeças de outras tantas comarcas, reunindo-se-lhes o mais adequadamente que ser possa os circulos dos arredores da mesma cidade.

4. A cidade do Porto será dividida em 4 bairros , que tambem serão cabeças d'outras tantas comarcas , reunindo-se-lhes do mesmo modo os circulos dos arredores desta cidade.

5. Nas cidades de Lisboa e Porto cada duas comarcas reunidas formarão uma comarca criminal.

6. Uma lei especial designará o numero dos districtos judiciaes, e o das comarcas e circulos; bem como fixará os limites, e indicará a séde de cada uma destas divisões (1).

TITULO II.

Do numero e qualidade dos Juizes e mais Empregados de Justiça.

7. Haverá na Capital do reino um Supremo Tribunal de Justiça com o numero de Conselheiros necessario para o expediente dos negocios da sua competencia. Haverá no mesmo Tribunal um Secretario , um Sub-Secretario , os Amanuenses necessarios , e quatro Continuos.

8. Em cada districto judicial haverá uma Relação, que tambem terá o numero de Juizes de Direito necessario para o expediente dos negocios da sua competencia (2). Haverá em cada uma das Relações um Secretario,

(1) A divisão do territorio, de que trata este Titulo, e o numero e qualidade dos Empregados de Justiça, de que trata o Titulo seguinte, é tudo, para assim dizer, uma consequencia do systema de processo que adoptámos, do qual estes objectos são muitissimo dependentes. Quanto aos districtos judiciaes, parece-nos digno de adoptar-se o arbitrio de duas Relações no continente do reino, por algumas razões de utilidade publica, alheias com tudo da boa administração da Justiça; pois que, para obter esta no grau da appellação, uma só Relação bastava, attenta a forma do processo. As comarcas, em o nosso systema, tambem são susceptiveis de maior extensão que as actuaes, attento o modo pratico do expediente do serviço. Quanto aos circulos substituímo-los na ultima redacção ás freguezias, e dividimo-los em 6 classes para empregar ácerca dos respectivos Empregados as mesmas garantias de bom serviço, que empregamos a respeito dos outros.

(2) Qual deva ser o numero, assim dos Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, como dos Juizes de Direito das Relações, em o

um Sub-Secretario, os Amanuenses necessários, e dous Continuos.

9. Em cada comarca (á excepção das criminaes de Lisboa e Porto) haverá um Juiz de Direito, um Aspirante á magistratura judicial, um Secretario, um Sub-Secretario, os Amanuenses necessários, e um Continuo. Haverá tambem em cada uma das ditas comarcas um Juiz Electivo e dous Adjuntos.

10. Em cada uma das comarcas criminaes de Lisboa e Porto haverá os mesmos Empregados de que trata o Artigo antecedente, menos o Aspirante á magistratura, e o Juiz Electivo e seus Adjuntos. Haverá por em Lisboa dous Juizes de Direito com graduação de 1.^a entrancia, e no Porto um, para substituirem os Juizes Criminaes nos seus impedimentos temporarios.

11. As 12 comarcas de Lisboa (civeis e criminaes) serão consideradas como uma só comarca, que terá um quadro de dous mil e quatrocentos Jurados. As 6 comarcas do Porto (civeis e criminaes) serão tambem consideradas como uma so comarca, que terá um quadro de mil e oitocentos Jurados. As demais comarcas do reino terão cada uma um quadro de duzentos Jurados.

12. Haverá na capital do reino um Procurador geral da Coroa com dous Ajudantes.

13. Na cidade de Lisboa haverá um Procurador Regio com quatro Delegados, um em cada comarca criminal da dita cidade. No Porto haverá tambem um Procurador Regio com dous Delegados, um em cada comarca criminal desta cidade.

14. Em cada uma das outras comarcas do reino, que for cabeça de districto administrativo, haverá igualmente um Procurador Regio, e naquellas que o não forem, um Delegado subordinado ao Procurador Regio do respectivo districto administrativo (§ 74 da Introd.).

15. Cada Procurador Regio (á excepção dos de Lisboa e Porto) e cada Delegado terá um Ajudante (1).

nosso systema de processo, so a experiencia o poderá mostrar. Forçoso é pois que este objecto seja regulado por uma Lei posterior.

(1) Os Procuradores Regios de Lisboa e Porto não tem Ajudantes,

16. Haverá em cada uma das comarcas criminaes de Lisboa e Porto, e em cada uma das outras comarcas do reino, um Defensor Publico.

17. Haverá em cada circulo um commissario.

TITULO III.

Da nomeação ou eleição dos Juizes e mais Empregados de Justiça.

18. Serão da nomeação do Governo os Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, os Juizes de Direito das Relações, os das comarcas, os Aspirantes á magistratura judicial, os Secretarios, e os Commissarios.

19. Os Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e das Relações serão nomeados pelo Governo d'entre os membros do respectivo Tribunal.

20. O Procurador Geral da Coroa será nomeado pelo Governo d'entre os Procuradores Regios de todo o reino. Os Ajudantes do Procurador Geral da Coroa serão por este nomeados d'entre os Delegados. E tanto o primeiro como os segundos poderão ser livremente demittidos, passando em tal caso a exercer as funcções do logar que occupavão ao tempo da nomeação, ou daquelle a que tiverem sido promovidos.

21. Serão tambem de nomeação do Governo os Procuradores Regios, e todos os mais Empregados do Ministerio Publico com os seus respectivos Ajudantes.

22. Os Sub-Secretarios e Amanuenses serão nomeados pelos respectivos Secretarios, sob cuja responsabilidade trabalham. A nomeação porem dos Sub-Secretarios do Supremo Tribunal de Justiça e das Relações será confirmada pelo respectivo Presidente, e a dos Sub-Secretarios das comarcas pelos respectivos Juizes de Direito.

23. Os Continuos serão nomeados pelos Presiden-

porque não exercem em detalhe as funcções do M. P., como se verá do Art. 54. Os Ajudantes, de que aqui se trata, podem e devem ser considerados como Aspirantes na carreira do M. P. (§ 26 da Introd.).

tes dos respectivos Tribunaes , e pelos Juizes de Direito das respectivas comarcas.

24. Os defensores Publicos serão nomeados pela Junta Geral do Districto Administrativo d'entre os Advogados mais distinctos da respectiva comarca.

25. Os Juizes Electivos e seus Adjuntos serão eleitos pelo povo da respectiva comarca por listas de 6 pessoas das quaes a mais votada será Juiz, e Adjuntos as duas immediatas.

26. O quadro dos Jurados , cujo numero fica indicado no Art. 11 , será tambem formado por eleição popular , procedendo-se a esta no mez de Junho de cada anno nos termos d'uma lei regulamentar sobre este objecto.

27. Do quadro geral dos Jurados , assim formado, se'llirão extrahindo por sorte em tempo oportuno as Pautas necessarias para o expediente das causas, tanto civeis como criminaes , que tiverem de ser julgadas no anno seguinte ao da formação do dito quadro. As referidas Pautas serão de 50 Jurados cada uma.

28. Quando se extrahir cada uma das mencionadas Pautas , se extrahirá tambem uma Pauta supplementar de 10 Jurados para substituirem os que estiverem impedidos.

29. O Jury para cada causa será de 13 Jurados nas causas civeis , e de 15 nas criminaes.

TITULO IV.

Por quem hão de ser substituidos os Juizes e mais Empregados de Justiça nos seus impedimentos temporarios.

30. O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça será substituido nos seus impedimentos temporarios pelo Conselheiro mais antigo do dito Tribunal. Os Presidentes das Relações pelo Juiz de Direito mais antigo da respectiva Relação. Os Secretarios do Supremo Tribunal de Justiça e das Relações pelos respectivos Sub-Secretarios. Os Continuos do Supremo Tribunal de Justiça e das

Relações por pessoas por elles nomeadas e aprovadas pelos respectivos Presidentes.

31. Os Juizes de Direito das comarcas serão substituidos pelos Aspirantes á magistratura , á excepção dos das comarcas criminaes de Lisboa e Porto, que o serão pelos Juizes de que trata o Art. 10. Os Aspirantes á magistratura serão substituidos, nas suas attribuições respectivas á inspecção sobre o andamento officioso das causas, e execução do julgado (Art. 56 e 58) pelos Secretarios das comarcas. Os Secretarios das comarcas pelos respectivos Sub-Secretarios. Os Continuos das comarcas por pessoas por elles nomeadas e aprovadas pelos respectivos Juizes de Direito.

32. Os Juizes Electivos e seus Adjunctos serão substituidos pelos immediatos em votos (1).

33 Os Jurados da Pauta para o serviço da respectiva audiencia serão substituidos pelos da Pauta suplementar (Art. 28).

34. O Procurador Geral da Coroa será substituido por aquelle de seus Ajudantes que elle designar. Se porem o não designar, será substituido pelo mais antigo, preferindo o mais velho em igualdade de antiguidade.

35. Nas cidades de Lisboa e Porto serão os Procuradores Regios substituidos pelos Delegados que elles designarem d'entre os das respectivas comarcas criminaes. Se não nomearem, serão substituidos pelos mais antigos, e em igualdade de antiguidade pelos mais velhos dos ditos Delegados. Estes serão substituidos pelos seus respectivos Ajudantes ou por aquelle que o respectivo Procurador Regio nomear.

36. Nas de mais comarcas do reino serão os Procuradores Regios e Delegados substituidos pelos seus respectivos Ajudantes. Se porem o não poderem ser por estes , sê-lo-hão por aquella pessoa que nomearem , e não a nomeando, nomeará o Juiz de Direito aquella que lhe parecer mais idonea para exercer as funcções do Minis-

(1) E' para isso que elles são eleitos por listas de 6 pessoas, segundo o Art. 25.

terio Publico em quanto o Empregado superior do mesmo Ministerio Publico (a quem o dito Juiz fará immediatamente a competente participação) não nomear outra pessoa.

37. Os Defensores Publicos serão substituidos por outros Advogados da sua escolha. Se não nomearem quem os substitua, nomeará o Juiz de Direito o que para taes funcções lhe parecer mais proprio.

38. Os Commissarios serão substituidos por pessoas por elles nomeadas e aprovadas pelo Governo.

39. Os Empregados de Justiça, chamados a substituir outros Empregados, não deixarão pos isso de exercer as funcções proprias do seu cargo. Mas se assim mesmo acontecer que as providencias dadas neste Titulo para a substituição dos Empregados de Justiça nos seus impedimentos temporarios não sejam sufficientes, nomearão os Presidentes das Relações e do Supremo Tribunal de Justiça nos seus respectivos Tribunaes, e os Juizes de Direito nas suas respectivas comarcas, uma pessoa idonea para substituir os proprios substitutos durante o impedimento destes, por tal forma, que os actos do processo nunca soffrão interrupção.

TITULO V.

Das attribuições dos differentes Empregados de Justiça.

CAPITULO I.

Das attribuições dos Juizes e Jurados.

40. Aos Juizes Electivos compete conciliar as Partes; e hem assim presidir á formação do processo preparatorio das causas civeis, exercendo por todo o decurso delle a sua acção conciliatoria para com as mesmas Partes (1).

(1) Chamamos *processo preparatorio* á tentativa de conciliação, e ao offerecimento [nas competentes audiencias] da Exposição da pertença do Autor — Resposta do Reo — Replica — e Treplica; isto é, a todo o

41. Aos Juizes de Direito das comarcas compete, nas causas civeis; 1.º examinar se o processo preparatorio foi formado segundo a disposição da Lei (Art. 153); 2.º estabelecer o estado da questão (§ 12 da Introdução Art. 158); 3.º presidir ao Jury, que ha de decidir sobre a existencia dos factos controversos essenciaes á causa, dirigindo o mesmo Juiz a investigação dos ditos factos (§ 29 da Intr. Art. 178 e seguintes); 4.º depois de verificada a existencia dos factos occorridos essenciaes á causa, applicar a disposição das leis aos ditos factos, declarando procedente, ou improcedente, no todo ou em parte, a Pertença do Autor ou Reconvinte (Art. 196 e seguintes).

42 Compete aos mesmos Juizes de Direito, nas causas crimes; 1.º presidir ao Jury de julgamento, dirigindo a discussão dos quesitos de que trata o Artigo 49 (Art. 336 e seguintes); 2.º impôr aos Reos a pena que o Jury declarar como mais proporcionada ao delicto (§ 87 da Intr. Art. 352), e bem assim condemnar o Reo ou o Estado nas indemnisações que pelo mesmo Jury forem arbitradas (cit. Art. 352).

43. Os Juizes de Direito das comarcas do Reino, á excepção dos de Lisboa e Porto, exercerão todas as attribuições de que tratão os dous Artigos antecedentes. Nas cidades porem de Lisboa e Porto, serão as attribuições relativas ao processo criminal de que trata o Art. 42 exercidas exclusivamente pelos Juizes de Direito das respectivas comarcas criminaes (1).

44. A's Relações compete conhecer por via d'appel-

processo anterior á apresentação dos autos ao Juiz de Direito, para este estabelecer o estado da questão. Quanto a incumbirmos da conciliação das Partes o proprio Juiz que preside á formação do *processo preparatorio*, tivemos em vista conseguir a não pequena vantagem d'elle trabalhar ao mesmo tempo naquelle processo, e na conciliação das Partes; tornando-se esta mais verosimil pela razão de que so depois dos reciprocos articulados das Partes, pelos quaes se conhece o verdadeiro estado da questão, é que ellas se achão habilitadas para entrar n'uma razoavel transacção.

(1) Nas cidades de Lisboa e Porto convem, em razão da grande affluencia de causas, separar as crimes das civeis, para que o processo d'umas e outras possa ser perfeitamente regular.

lação das decisões dos Juizes de Direito das comarcas do respectivo districto judicial proferidas nas causas civis (1).

45. Ao Supremo Tribunal de Justiça compete presidir á administração da Justiça em todo o reino , e procurar pelos meios, que a lei lhe faculta, que a dita administração seja a mais perfeita que ser possa. Estes meios são :

§ 1.º Conceder a revista das causas civis nos casos em que a lei permittir este recurso , e rever elle mesmo as causas crimes (Art. 219 e 355).

§ 2.º Fazer publicar um Periodico redigido debaixo da direcção d'uma commissão composta de Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, nomeada pelo Presidente e pelo mesmo presidida, no qual Periodico se tratem as questões de direito sobre que mais convier fixar a jurisprudencia, e se transcrevãõ todas as decisões do Supremo Tribunal de Justiça, e quaesquer outras que pareçãõ proprias para instrucção do Publico. Publicar-se-hãõ tambem neste Periodico os mappas estatísticos de que tratãõ os Art. 94 95 e 96 — as Propostas ou Consultas de que trata o § 4 do presente Art. (§ 49 da Introd.) , e bem assim quaesquer outros assumptos, que digãõ respeito á administração da Justiça, segundo o plano do mesmo Periodico que fará o objecto d'um Regulamento especial (2).

§ 3 Indicar ao Poder Legislativo e ao Executivo as providencias de que carecer a boa administração da Justiça , fazendo no fim de cada anno um Relatorio do estado em que se ella acha, o qual Relatorio será publicado no Periodico de que acima se trata.

§ 4 Abrir concurso para o provimento de todos os Empregos de justiça da nomeação do Governo (á

(1) Nas causas crimes não ha, no nosso systema de processo, recurso para as Relações, e so sim para o Supremo Tribunal de Justiça por nullidade proveniente d'alteração ou preterição de formulas legaes [Artigo 354].

(2) Como o Supremo Tribunal de Justiça, em nosso systema de processo, preside á administração da Justiça em todo o reino, indispensavel é que elle tenha um meio pelo qual se faça ouvir por toda a parte. — Tal é o espirito da disposição do presente §.

excepção dos do M. P.) e consultar o mesmo Governo sobre a antiguidade e bons serviços dos concorrentes (§ 49 da Introd.).

§ 5. Consultar o governo sobre as transferencias dos ditos Empregados de Justiça de uns para outros logares, e bem assim sobre a conveniencia da sua aposentação, ou isto seja a requerimento dos mesmos Empregados, ou por ao Supremo Tribunal de Justiça parecer que assim convem ao serviço.

§ 6. Consultar o Governo sobre licenças que os referidos Empregados peção por mais dos 60 dias de que trata o Art. 98 e seg.

§ 7. Impôr, mediante o competente processo, a condigna pena a todos os Empregados de Justiça que prevariarem, ou tiverem culpaveis descuidos no exercicio de suas attribuições; e bem assim punir com justa severidade quaesquer individuos que os offendão, ou embarcem no exercicio das mesmas attribuições (§ 96 da Introd. Art. 379 e seg.).

§ 8. Processar as folhas para o pagamento dos ordenados dos Empregados de Justiça de 1.^a e 2.^a instancia á vista do serviço dos mesmos, constante dos mappas de que tratão os Art. 94 e 95, por tal forma, que o Empregado, que tiver commettido alguma falta, por esse simples facto não seja contemplado na folha em actual processo, e so sim na fuctura por adicionamento a esta com todo ou parte do respectivo ordenado, como ao Tribunal parecer de Justiça, á vista da resposta do interessado. (1) que sem demora lhe será exigida (1)

46 Um Jury extrahido por igual da camara dos Pares e da dos Deputados conhecerá dos delictos de que trata o § 7. do Art. antecedente, commettidos pelos Membros, ou contra os Membros, do Supremo Tribunal de Justiça (§ 97 da Introd. Art. 379); e as folhas de que trata o § 8 do mesmo Art., para o pagamento dos ordenados dos

(1) Vid. a nota ao § 56 da Introducção. Todas as attribuições concedidas ao Supremo Tribunal de Justiça em os differentes §§ deste Art. podem considerar-se como outros tantos corolarios da *Presidencia*, que lhe é conferida, da administração da Justiça em todo o reino.

Conselheiros do referido Tribunal, também serão processadas por este Jury, á vista do mappa de que trata o Art. 96, que lhe será facultado pelo Governo.

47. Aos Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e das Relações compete regular o serviço em os seus respectivos Tribunaes, e formar os mappas estatísticos de que tratão os Art. 95 e 96.

48. Aos Jurados compete nas *causas civeis* deliberar (depois da competente investigação) sobre os quesitos que o Juiz de Direito, por occasião do estabelecimento da questão, tiver redigido para lhes serem propostos (§§ 12 e 24 da Introd. Art. 189 e seg.).

49. Nas *causas crimes* compete aos Jurados decidir sobre os quesitos; 1.º se o Reo commetteo o delicto de que tracta o Artigo doCodigo Penal citado no libello accusatorio (§ § 82 e 89 da Introd. Art. 337 e seg.); 2.º (no caso de decisão affirmativa) se o Reo deve á Parte offendida alguma indemnisação, e qual esta deva ser (§ § 71 e 72 da Introd. Art. 344 e seg.); 3.º se deve sofrer mais alguma pena, e qual esta deva ser, tanto em qualidade como em quantidade (§ 87 da Introd. Art. 347 e 348); 4.º (no caso de decisão negativa do 1.º quesito) se o Estado deve ao Reo alguma indemnisação, e qual esta deva ser; 5.º finalmente (quando o Reo tiver estado preso) se a authoridade administrativa, que o mandou prender, é suspeita de dolo (§ 92 da Introd. Art. 349 e 350).

50. Tanto nas causas civeis como nas crimes, votarão os Jurados por escrutinio secreto (§ 33 da Introd. Art. 189 e seg. e Art. 343 346 e 348) — sem conferenciarem entre si, e sem mesmo poderem communicar as suas idéas durante a discussão (§ 34 da Introd.) e vencer-se-ha a decisão do Jury por simples maioria de votos (§ § 7 e 8 da Introd. Art. 191, e 343 e seg.).

CAPITULO 2.

Das attribuições dos Empregados do M. P.

51. Aos Commissarios dos circulos compete; 1.º participar ao Procurador Regio ou Delegado da respectiva comarca quaesquer delictos commettidos no seu circulo (§ 74 da Introd. Art. 305); e bem assim fazer-lhe quaesquer outras participações em que possa interessar o Estado ou as pessoas a quem o Estado deve especial protecção; 2.º satisfazer as requisições que forem feitas pelo Secretario da comarca relativamente á citação de qualquer pessoa do circulo, ou a respeito de outra qualquer diligencia do serviço; 3.º de combinação com a respectiva authoridade administrativa conservar o estado das cousas depois de commettido qualquer delicto, de modo que se não apaguem as provas materiaes ou indicios d'elle, em quanto não chega o competente Empregado do M. P.

52. Aos Procuradores Regios nas comarcas que forem cabeça de districto administrativo, e aos Delegados naquellas que o não forem, compete; 1.º Colligir por si e seus Ajudantes as informações e provas tanto da existencia dos delictos como das pessoas dos delinquentes (§ 75 e seguintes da Introd. Art. 311 e seg.); 2.º decidido que seja pelas competentes authoridades administrativas levar o negocio ao Poder Judicial (§ 81 da Introd. Art. 314) offerecer contra o Reo a competente accusação e sustenta-la até final (Art. 327 e seg. e 368 e seg.); 3.º representar activa e passivamente o Estado, a fim do mesmo poder demandar e ser demandado; 4.º advogar os legitimos interesses das pessoas a quem o Estado deve especial protecção.

53. Os Procuradores Regios dos districtos administrativos, alem de exercerem na comarca cabeça do districto as sobreditas funcções, dirigem a acção do M. P. em todo o dito districto por meio dos seus Delegados, com quem estarão em activa correspondencia (§ 74 da Introd.).

54. Os Procuradores Regios dos districtos administrativos de Lisboa e Porto dirigem a acção do M. P.

em todas as comarcas dos seus respectivos districtos , e são o centro da acção do M. P. em as ditas cidades , para o que terão conferencias regulares com os Delegados das respectivas comarcas criminaes (1).

55. O Procurador Geral da Coroa é debaixo das immediatas ordens do Governo o centro da acção do M. P. em todo o reino , e compete-lhe ; 1.º transmittir aos seus subalternos as ordens do Governo , e dar-lhes as instrucções que julgar necessarias ; 2.º ser Parte accusadora no processo de que trata o § 7 do Art. 45 , e o Art. 46 ; 3.º informar o Governo dos bons ou maos serviços dos Empregados do M. P. a fim de serem promovidos segundo o seu merecimento (§ 79 da Introd.) ; 4.º propôr ao Governo a transferencia dos ditos Empregados do M. P. quando o bem do serviço assim o exigir ; 5.º fiscalisar por si e seus subalternos a exactidão dos mappas , de que tratão os Art. 94 , 95 e 96 ; 6.º formar os mappas estatísticos dos delictos e de todos os mais objectos da competencia do M. P.

CAPITULO 3.

Das attribuições dos outros Empregados de Justiça.

56. Aos Aspirantes á magistratura compete dar impulso á *marcha officiosa do processo* , para que os actos de que elle se compõe tenham logar nas epochas marcadas na lei (§ 57 da Introd.).

57. Os Aspirantes á magistratura exercem a attribuição , que lhes confere o Art. antecedente , de combinação com os Secretarios das comarcas.

58. Tambem compete aos Aspirantes á magistra-

(1) Centralisar a acção do M. P. , nas duas grandes cidades de Lisboa e Porto , em um Procurador Regio , que tenha com os respectivos Delegados conferencias regulares para o bom e prompto expediente do serviço — tal é o pensamento que a ultima parte deste Art. encerra. E é para os ditos Procuradores Regios melhor poderem exercer a fiscalisação que lhes é confiada , que elles fiquem isentos do serviço em detalhe , ue aos de mais Procuradores Regios compete nas comarcas , cabeças dos districtos administrativos.

tura a execução do julgado em materias civeis (1). a cujos actos assistirão, indicando ás Partes os inconvenientes, que de suas menos reflectidas deliberações podem resultar (2).

59. Os Aspirantes á magistratura tem por conselheiros legaes, no exercicio de suas attribuições, os respectivos Juizes de Direito.

60. Quando o processo chegar ao ponto de se estabelecer o estado da questão, conferenciarão os Juizes de Direito com os respectivos Aspirantes sobre este objecto; e lhes permittirão juntar aos autos a exposição da sua opinião, quando esta divergir da delles Juizes. Outro tanto farão os Juizes de Direito, quando a final se tratar de julgar procedente, ou improcedente, a Pertenção do Autor ou Reconvinte (§ 37 da Introd.).

61. Aos Secretarios do Supremo Tribunal de Justiça, das Relações, e das comarcas, compete praticar os actos e lavrar os termos, que a lei do processo lhes incumbe. Os Secretarios das comarcas serão Depositarios das quantias que as Partes são obrigadas a depositar, na conformidade da Tabella junta a este Livro, para ter logar a marcha officiosa do processo (§ 57 da Introduc. Art. 72 e seg.).

62. Aos Continuos compete o arranjo e aceio da casa do respectivo Tribunal. Os das comarcas assistirão tambem, como officiaes de justiça, ás audiencias, assim dos Juizes de Direito, como dos Juizes Electivos, e serão os guardas da Casa destinada para a Feira dos bens de raiz e moveis de que trata o Art. 253 e seg.

(1) As sentenças penaes são executadas sob a inspecção das Authoridades Administrativas [§ 90 da Introd. Art. 357].

(2) Incumbimos o Aspirante á magistratura da execução do julgado em materias civeis, e de dar impulso á *marcha officiosa do processo*, porque confiamos muito da actividade de um mancebo, que acaba de sahir da Universidade e se acha na flor dos annos no principio da carreira a que se dedica. A objecção de que nesta epoca ainda elle não terá os conhecimentos e prática sufficientes, para bem desempenhar taes funcções, não tem peso algum, attenta a simplicidade das mesmas funcções em o nosso systema de processo; e de mais disso, lá está o Juiz de Direito para na conformidade do Art. que se segue, o dirigir em qualquer difficuldade em que o mesmo Aspirante porventura venha achar-se.

63. Os Substitutos dos Continuos das comarcas, não so servem no impedimento dos Substituidos, mas tambem nas audiencias de Jurados, para maior regularidade do serviço.

64. Os Defensores Publicos fazem as vezes d'Advogados dos Reos accusados criminalmente, se estes não escolherem outro Advogado; e bem assim representam os mesmos Reos, quando forem menores ou estiverem ausentes, na qualidade de Curadores dos mesmos (1).

TITULO VI.

Dos ordenados dos Empregados de Justiça, e dos meios de serem pagos em dia.

65. O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça terá de ordenado annual 2:800,0000 rs. (2). Cada um dos Conselheiros do mesmo Tribunal 2:000,0000 rs. O Secretario do dito Tribunal, com obrigação de pagar ao Sub-Secretario e Amanuenses, 2:000,0000 rs. Cada um dos Continuos do mesmo Tribunal 300,0000 rs.

(1) Quando mandámos para a Imprensa o nosso escripto, estivemos a ponto de eliminar o precedente Titulo — Das attribuições dos diferentes Empregados de Justiça — com os seus respectivos Capitulos. De que servê, reflectimos nós, dizer, por exemplo, nos Art. 48 e 49 quaes são as attribuições dos Jurados, se essas mesmas attribuições são as que lhes vão marcadas na forma do processo de que tratão os dous seguintes Livros: De mais disso, se no referido Titulo algumas disposições ha que devão conservar-se, por não irem ao diante repetidas, é em os diferentes Titulos e Capitulos dos mencionados Livros que ellas podem, e mesmo devem, ser introduzidas. Como porem esta eliminação hia trans-tornar a numeração dos Artigos do nosso Projecto, e consequentemente as referencias que a cada passo se fazem a elles, resolvemos conservar o dito Titulo, contentando-nos com deixar aqui estampada esta Nota para quem, depois de nós, se propozer aperfeiçoar um trabalho, cujos defeitos francamente reconhecemos.

(2) Os ordenados dos Empregados Publicos de uma Nação pobre não podem, ou pelo menos não devem, ser tamanhos como os dos Empregados d'uma Nação rica. Sendo pois a materia, de que estamos tratando, dependente das circumstancias em que qualquer Nação se acha, fique entendido que os ordenados fixados neste Art. e seg., não o são *taxativamente*, e so sim *exemplificativamente* para se conhecer a proporção que entre elles deverá haver.

66. Cada um dos Presidentes das Relações 1:600,000 rs. Cada um dos Juizes de Direito das mesmas 1:000,000 rs. Cada um dos Secretarios das ditas Relações, com obrigação de pagar ao Sub-Secretario e Amanuenses, 1:000,000 rs. Cada um dos Continuos das mesmas Relações 200,000 reis.

67. Cada um dos Juizes de Direito de comarca de 3.^a entrancia 800,000 reis; de 2.^a 600,000 reis; de 1.^a 400,000 reis. Cada um dos Aspirantes á magistratura, tanto como metade do ordenado do respectivo Juiz de Direito. Cada Secretario, com a obrigação de pagar ao Sub-Secretario e Amanuenses, sendo a comarca de 3.^a entrancia, 600,000 rs.; sendo de 2.^a 500,000 rs.; sendo de 1.^a 400,000 rs. Cada Continuo 100,000 rs.

68. O Procurador Geral da Coroa terá de ordenado 2:400,000 rs. Cada um dos seus Ajudantes terá de gratificação, além do seu ordenado, 400,000 rs. O Procurador Regio do districto administrativo de Lisboa, terá 1:200,000 rs. Dito do Porto 1:000,000 reis. Cada um dos Procuradores Regios dos outros districtos administrativos do reino, que excederem a cincoenta mil fogos, 800,000 rs. — dos que, excedendo a trinta mil fogos, não passarem de cincoenta mil, 700,000 rs. — dos que não excederem a trinta mil fogos 600,000 rs.

69. Cada um dos Delegados das comarcas de 3.^a entrancia terá 500,000 reis. Cada dito de comarca de 2.^a entrancia 400,000 reis. Cada dito de comarca de 1.^a entrancia 300,000 reis. Cada Ajudante de Procurador Regio, ou Delegado, tanto como metade do ordenado do respectivo Procurador Regio ou Delegado, em quanto esta metade não exceder a 300,000 reis.

70. Os Juizes Electivos e seus Adjuntos não vencerão ordenado, mas serão isentos de todos os encargos publicos pessoaes. Aos Defensores Publicos será permittido receberem dos Reos seus honorarios como qualquer outro Advogado (1).

(1) Não tratámos aqui do ordenado dos Commissarios dos circuitos, pela razão de que esta nova classe de Empregados do Estado, em o systema geral de organização do serviço publico, que ultimamente concebemos [e que talvez publicaremos em Appendix ao presente trabalho so-

71. Os ordenados, de que acima se faz menção, serão pagos pelo Thesouro Publico em prestações iguaes no fim de cada turno de causas (Art. 93) por folhas processadas no Supremo Tribunal de Justiça nos termos do Art. 45, § 8.º, ou pelo Jury de que trata o Art. 46. E para fazer face a esta despesa, receberá o mesmo Thesouro Publico uma quota parte do valor das demandas, que seja sufficiente para todos os referidos pagamentos (§ 56 da Introd.).

72. Não será pois permittido ao Autor ou Reconvente o apresentar a Exposição da sua pertença na Secretaria da comarca, sem que elles assegurem por meio de deposito, ou fiança nos termos do Art. 79, o concorrerem para as despesas da administração da justiça com as quantias de que trata a 1.ª Parte da Tabella junta a este Livro, das quaes quantias vencerá a Fazenda Publica a sua totalidade, ou parte della, da mapeira seguinte.

73. Se o processo terminar com a decisão provisoria de que trata o Cap. 4.º Tit. I do seguinte Livro, vencerá a Fazenda $\frac{1}{3}$. Continuando porem o processo (haja ou não aquelle incidente) se a demanda terminar por decisão do Juiz de Direito sem a intervenção dos Jurados, vencerá a Fazenda $\frac{2}{3}$; e intervindo Jurados a quantia total.

74. Se a demanda terminar, não por decisão do Juiz de Direito, mas por desistencia do Autor, confissão do Reo, ou transacção das Partes (posto que estes dous ultimos actos sejam julgados por sentença do Juiz de Direito), tendo os referidos actos logar na tentativa de conciliação, nada vencerá a Fazenda (1). Se se veri-

bre o processo] são em os ditos circulos os Commissarios e Agentes, não só das Authoridades Judiciaes mas tambem de todas as outras dos differentes ramos da publica administração; devendo por isso estabelecerem-se-lhes ordenados que estejam em harmonia com o todo de suas attribuições.

(1) Ao tempo da tentativa de conciliação so se tem effectuado por parte da Justiça a citação do Reo: pelo que é uma bem entendida generosidade da parte do Estado nada exigir das Partes, no caso de conciliação, para lhes apresentar mais este incentivo de se conciliarem, e

ficarem depois daquelle epoca até os autos serem submettidos ao Juiz de Direito para este estabelecer o estado da questão, vencerá $\frac{1}{3}$. Se depois do estabelecimento da questão até o comêço dos actos preparatorios do Jury, $\frac{2}{3}$. Se dali por diante, a quantia total (§ 56 da Introd.).

75. Tambem o Recorrente é obrigado a depositar a quantia de que trata a 2.^a Parte da Tabella para ter seguimento o processo da appellação ou revista.

76. Finalmente, para ter logar a execução forçada do julgado, será o Exequente obrigado a depositar a quantia de que trata a 3.^a Parte da dita Tabella.

77. As quantias de que tratão os dous ultimos artigos serão sempre vencidas pela Fazenda na sua totalidade, seja qual for o modo porque o negocio termine ulteriormente.

78. As quantias que pertencerem á Fazenda serão pagas pela Parte que fez o deposito ou prestou a fiança; a qual Parte porem, sendo vencedora, haverá da Parte vencida a dita quantia na execução do julgado.

79. Quando as quantias de que tratão os Art. 72, 75 e 76, excederem a 5,000 reis, poderá o deposito ser substituido por fiança idonea.

80. As mesmas quantias serão (por acto do Poder Legislativo) augmentadas ou diminuidas segundo a experiencia mostrar que o seu producto, em todo o reino, é inferior, ou superior, á somma necessaria para o pagamento dos ordenados de todos os Empregados de Justiça (1).

81. Com as referidas quotas partes do valor das demandas ficão cessando os emolumentos que os litigantes até agora pagavão aos Empregados de Justiça. Fica tambem cessando a multa imposta á Parte vencida.

82. Além das quantias que as Partes são obr

remover um obstaculo que algumas vezes se oppõe á effectividade da conciliação, por não concordarem as Partes sobre qual dellas deva pagar as custas daquelle acto.

(1) A' vista da disposição deste Art. não se poderá dizer que o nosso systema não apresenta os meios necessarios para o pontual pagamento dos ordenados dos Empregados de Justiça.

das a depositar, ou a prestar fiança ao seu pagamento, para fazer face ás despesas da administração da justiça, tanto o Autor como o Reconvinte serão obrigados, nas causas que excederem a 5,000 reis, a depositar a quantia de que trata a 4.^a Parte da Tabella, para indemnizar a Parte contraria. quando aquelles desistão do pleito, ou esta venha a ser vencedora: a qual indemnização se verificará a 1,000 reis por cada um dos seguintes actos do processo pertencentes ao Reo ou Reconvinte, a saber — Resposta á Exposição da pertença do Autor ou Reconvinte — Treplica — Reflexões juridicas sobre o estabelecimento da questão — e sobre a sentença definitiva. Se porem for vencedor o Autor ou Reconvinte, alem de levantar do deposito aquella quantia, haverá tambem do Reo ou Reconvindo na execução do julgado 1,000 reis por cada um dos seguintes actos do processo pertencentes ao dito Autor ou Reconvinte; a saber — Exposição da sua pertença — Replica — Reflexões juridicas sobre o estabelecimento da questão — e sobre a sentença definitiva.

83. O Estado nas demandas que intentar, será isento do deposito ou fiança relativamente ás quantias destinadas para as despesas da administração da justiça, mas não o será a respeito do deposito da quantia destinada para a indemnização da Parte contraria.

TITULO VII.

Da estabilidade dos Empregos de Justiça e direitos dos Empregados á sua promoção, condecorações e aposentação

84. Todos os Empregos de Justiça conferidos pelo governo, á excepção do de Procurador geral da Coroa, são vitalicios e consequentemente não poderão os respectivos Empregados ser privados delles se não por virtude de Sentença legalmente proferida (§ 47 e 79 da Introd.)

85. Todos os Empregados de Justiça da nomeação do Governo terão direito a ser promovidos na sua res-

pectiva classe aos logares immediatos de maior graduação e ordenado; a saber os Juizes de Direito desde Aspirante de comarca de 1.^a entrancia, até Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Os Empregados do M. P. desde Ajudante de Delegado de comarca de 1.^a entrancia, até Procurador Regio do districto administrativo de Lisboa. Os Secretarios, de Secretario de comarca de 1.^a entrancia, até Secretario do Supremo Tribunal de Justiça. (Art. 65 até 69 inclusive). Os commissarios, desde commissario de circulo de 1.^a entrancia, até commissario de circulo de 6.^a entrancia.

86. O Governo, precedendo o competente concurso e Consulta do Supremo Tribunal de Justiça, ou informação do Procurador geral da Coroa, quanto aos Empregados do M. P. promoverá os sobreditos Empregados segundo a sua antiguidade, combinada com a sua aptidão e bom serviço (§ 47 e 79 da Introd.).

87. Todos os Empregados de Justiça da nomeação do Governo por cada dez annos de bom serviço adquirirão direito a uma condecoração, que o mesmo Governo lhes concederá na conformidade d'um Regulamento especial a este respeito.

88. Com a nomeação para Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça conferirá o Governo ao nomeado todas as condecorações honras e titulos de que se tiver feito digno; mas não poderão os Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, depois de nomeados, receber do Governo Mercê alguma honorifica ou lucrativa, sem que pelo simples facto de a aceitarem fiquem privados do seu logar (1).

89. Tambem os Empregados de Justiça da nomeação do Governo, que completarem 10, 20, 30, ou 40 annos de serviço, e sem culpa sua se impossibilitarem para continuar a servir seus empregos, terão direito a ser aposentados; os primeiros com $\frac{1}{4}$ do seu ordenado; os segundos com $\frac{1}{2}$ do mesmo; os terceiros com $\frac{3}{4}$; e os ut-

(1) Desta maneira gozará o Supremo Tribunal de Justiça da independência necessaria para exercer com inteireza e imparcialidade as altas funcções de que fica encarregado. Vid. o Art. 45.

timos com todo o ordenado, pelo resto da sua vida. Se se impossibilitarem no espaço que decorre entre as referidas epochas, serão aposentados com a porção d'ordenado que lhes competir em relação ás mesmas epochas, e ao tempo que tiverem servido entre uma e outra.

90. A aposentação dos Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça so terá logar depois de verificada perante a Camara dos Deputados a causa da mesma aposentação (1).

TITULO VIII.

Disposições geraes.

91. Todos os actos do processo serão publicos á excepção daquelles em que com a publicidade se offender a moral; e serão os ditos actos praticados em casas decentes, concorrendo a elles os respectivos Empregados de Justiça com os vestidos e insignias proprios dos seus cargos.

92. Depois de feitos os depositos ou prestadas as fianças de que trata o Titulo VI do presente Livro com referencia á Tabella ao diante junta, será officiosa a marcha do processo nas causas civeis, assim na 1.^a como na 2.^a instancia, e na execução do julgado (§ 57 da Introd.) O processo criminal será alem d'officioso gratuito (§ 94 da Introd.).

93. Haverá 3 epochas fixas no anno para em cada comarca começarem a correr as causas civeis, as quaes progredirão igual passo até se ultimarem na 1.^a instancia. Tambem nas Relações e no Supremo Tribunal de Justiça haverá epochas fixas para começar a correr o processo d'appellação ou revista (2).

(1) Se o Governo os podesse aposentar livremente, muito dependerião elles do Governo, e de nada valeria a providencia do Art. 88.

(2) Estas epochas vão marcadas no Titulo VI do Livro Segundo. A nessa intenção é fazer marchar as causas, como os soldados, em *fôrma*, para senão desgarrarem,

94. Os Juizes de Direito das comarcas, findo que seja o turno das causas civeis, formarão e remetterão ao Presidente da respectiva Relação, e ao do Supremo Tribunal de Justiça, um mappa estatístico que conterá; 1.º o numero das causas começadas a processar; 2.º quantas deixaram de chegar ao seu ultimo termo, e por culpa de quem; 3.º que vencimentos houve para a Fazenda em cada uma dellas, 4.º que questões de direito se offereceram a decidir e como farão decididas.

95. Os Presidentes das Relações no fim de cada turno de causas tambem formarão e remetterão ao Supremo Tribunal de Justiça um mappa estatístico que conterá; 1.º o numero de causas apresentadas á distribuição no principio do turno; 2.º em que dias tiverão logar as subseqüentes sessões, e que Juizes faltaram a cada uma dellas; 3.º que vencimentos houve para a Fazenda no gráo da appellação; 4.º que questões de direito se offereceram a decidir — como forão decididas, e por que Juizes.

96. O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça formará igual mappa das causas de revista segundo as disposições do artigo antecedente, no que estas poderem ser applicaveis, e remetterá o dito mappa ao Ministro e Secretario d'Estados dos Negocios da Justiça (1).

97. Todo o Empregado de Justiça, que por qualquer motivo que seja não exercer as funcções do seu Emprego, deixará por esse simples facto de receber a 4.ª parte do respectivo ordenado.

98. Não haverá feras; mas todos os Empregados de Justiça terão direito a gozar em cada anno 60 dias de licença continuos ou por intervallos, como melhor lhes convier.

99. As licenças de que trata o Art. antecedente serão concedidas aos Empregados subalternos da comarca pelo Juiz de Direito da mesma: aos Juizes de Direito das

[1] Os mappas de que trata este Art. e os dous antecedentes são publicados no Periodico de que trata o § 2.º do Art. 45, segundo fica disposto no dito §. E' por este meio que nós nos propomos conseguir a regular impressão das decisões judiciaes sobre pontos de Direito. Vid. os §§ 41 e 46 do Introd.

comarcas e das Relações pelo Presidente da respectiva Relação: aos Presidentes das Relações e aos Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça pelo Presidente do mesmo Tribunal.

100. Aos Empregados do M. P. serão concedidas as ditas licenças pelo Governo, que também as concederá ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

101. Na concessão das sobreditas licenças se terá sempre em vista que os negocios de Justiça não fiquem paralisados pela ausencia simultanea dos Empregados necessarios para o andamento dos processos (Art 39).

102. Dar-se-hão as providencias necessarias para que entre a cabeça da comarca, e os circulos de que ella se compõe, haja meios de communicação regularmente duas vezes por semana.

TABELLA

Das quantias que as Partes são obrigadas a depositar,
ou a prestar fiança ao seu pagamento.

1.ª PARTE.

*Das quantias que o Autor e o Reconvinte são obriga-
dos a depositar, ou a prestar fiança ao seu paga-
mento, para a Exposição da sua pertençaõ
ser admittida em Juizo.*

§ 1.º

Até 1\$000	A quantia de.....	\$200 rs.
De 1\$000 até 2\$000	A quantia correspondente a 1\$000 rs., e mais vinte por cento do excesso, vin- do a ser em 2\$000	\$400 rs.

De 2\$000 rs. até 3\$000 rs.	A quantia correspondente a 2\$000 reis, e mais dezenove por cento do excesso, vindo a ser em 3\$000	\$590 rs.
De 3\$000 rs. até 4\$000 rs.	A quantia correspondente a 3\$000 reis, e mais dezoito por cento do excesso, vindo a ser em 4\$000	\$770 rs.
De 4\$000 rs. até 5\$000 rs.	A quantia correspondente a 4\$000 reis, e mais dezeseite por cento do excesso, vindo a ser em 5\$000	\$940 rs.
De 5\$000 rs. até 10\$000 rs.	A quantia correspondente a 5\$000 reis, e mais dezeseis por cento do excesso, vindo a ser em 10\$000	1\$740 rs.
De 10\$000 rs. até 20\$000 rs.	A quantia correspondente a 10\$000 reis, e mais quinze por cento do excesso, vindo a ser em 20\$000	3\$240 rs.
De 20\$000 rs. até 30\$000 rs.	A quantia correspondente a 20\$000 reis, e mais quatorze por cento do excesso, vindo a ser em 30\$000	4\$640 rs.
De 30\$000 rs. até 40\$000 rs.	A quantia correspondente a 30\$000 reis, e mais treze por cento do excesso, vindo a ser em 40\$000	5\$040 rs.
De 40\$000 rs. até 50\$000 rs.	A quantia correspondente a 40\$000 reis, e mais doze por cento do excesso, vindo a ser em 50\$000	7\$140 rs.
De 50\$000 rs. até 100\$000 rs.	A quantia correspondente a 50\$000 reis, e mais onze por cento do excesso, vindo a ser em 100\$000	12\$640 rs.
De 100\$000 rs. até 200\$000 rs.	A quantia correspondente a 100\$000 reis, e mais dez por cento do excesso, vindo a ser em 200\$000	32\$640 rs.
De 200\$000 rs. até 300\$000 rs.	A quantia correspondente a 200\$000 reis, e mais nove por cento do excesso, vin- do a ser em 300\$000	31\$640 rs.

De 300\$000 rs. até 400\$000 rs.	A quantia correspondente a 300\$000 reis, e mais oito por cento do excesso, vindo a ser em..... 400\$000	39\$640 rs.
De 400\$000 rs. até 500\$000 rs.	A quantia correspondente a 400\$000 reis, e mais sete por cento do excesso, vindo a ser em..... 500\$000	46\$640 rs.
De 500\$000 rs. até 1:000\$000	A quantia coorespondente a 500\$000 reis, e mais seis por cento do excesso, vindo a ser em..... 1:000\$000	76\$640 rs.
De 1:000\$000 até 2:000\$000	A quantia correspondente a 1:000\$000, e mais cinco por cento do excesso, vindo a ser em..... 2:000\$000	126\$640 rs.
De 2:000\$000 até 3:000\$000	A quantia correspondente a 2:000\$000, e mais quatro por cento do excesso, vindo a ser em..... 3:000\$000	166\$640 rs.
De 3:000\$000 até 4:000\$000	A quantia correspondente a 3:000\$000, e mais trez por cento do excesso, vindo a ser em..... 4:000\$000	196\$640 rs.
De 4:000\$000 até 5:000\$000	A quantia correspondente a 4:000\$000, e mais dous por cento do excesso, vindo a ser em..... 5:000\$000	216\$640 rs.
De 5:000\$000 para cima.	A quantia correspondente a 5:000\$000, e mais um por cento do excesso.	

§ 2.º

Para a admissão da Exposição da pertença do Autor ou Reconvinte no caso de facto essencial superveniente, ficão reduzidas a $\frac{1}{3}$ as quantias sobreditas.

2.ª PARTE.

Das quantias que o Recorrente é obrigado a depositar, ou a prestar fiança ao seu pagamento, para ter seguimento o processo da appellação ou revista.

§ unico.

As mesmas quantias do § 1.º, 1.ª Parte.

3.ª PARTE.

Da quantia que o Exequente é obrigado a depositar, ou a prestar fiança ao seu pagamento, para ter logar a execução forçada.

§ unico.

Uma vigessima parte do valor da execução. ,

4.ª PARTE.

Da quantia que o Autor e o Reconvinte são obrigados a depositar para indemnisação do Reo ou Reconvindo, no caso daquelles desistirem ou decahirem de suas respectivas Pertenções.

§ unico.

A quantia de 47800 reis.

LIVRO SEGUNDO.***Do Processo nas Causas Civeis.*****TITULO I.*****Da averiguação dos factos occorridos, de que resultão os Direitos.*****CAPITULO I.****Da Exposição da pertença do Autor.**

103 O Autor exporá por escrito os factos occorridos, que as leis do Codigo Civil exigem para ter logar; 1.º o direito que elle pertende se lhe faça effectivo; 2.º a competencia do Juizo, em que tenciona demandar o Reo; 3.º a capacidade legal, assim do Autor para demandar, como do Reo para ser demandado (1).

(1) O direito, que o Autor pertende se lhe faça effectivo, differe dos direitos que lhe assistem relativamente á competencia do Juizo, e á capacidade legal das Partes, em que o primeiro ha de satisfazer-se com factos por si mesmos proveitosos ao Autor, quando os segundos se satisfazem com factos, que so são proveitosos ao Autor em quanto tendem a tornar effectivos aquell'outros factos, que por si mesmos lhe são proveitosos. Todavia os direitos que assistem ao Autor para a demanda correr em certo Juizo, e para se reputarem Partes legitimas nessa demanda tanto o Autor como o Reo, não dependem menos da existencia de certos factos anteriores, e da disposição da Lei, que o referido direito que o Autor pertende se lhe faça effectivo, e que constitue o principal objecto da demanda. Suppondo pois que o legislador tem declarado no Codigo Civil os factos de que resultão os direitos relativamente á competencia do Juizo, e á capacidade legal das Partes, pareceo-nos que devíamos, para assim dizer, acrescentar aos réquisitos essenciaes de cada acção pelo que pertence ao direito de que principalmente se trata, mais dous requisitos relativos á competencia do Juizo, e capacidade legal das Partes; porque foi reunindo todos os factos de qualquer maneira essenciaes para a procedencia da Pertença do Autor, e sujeitando depois este grupo de factos á nossa theoria da defesa do Reo (de que ja tratámos no § 16 e seg. da Introd. e havemos de tratar ainda no Capitulo 5.º do presente Titulo) que nós conseguimos estabelecer a *unidade* da questão judicial, e livrar-nos dos embaraços e delongas das excepções dilatorias.

104. Alem dos factos, de que trata o art. antecedente (que são essenciaes da acção), exporá de mais a mais o Autor os factos accidentaes ou probatorios, que julgar conducentes a persuadir os Jurados da existencia de qualquer dos referidos factos essenciaes (§ 14 da Introd.).

105. Nos casos de presumpções *juris et de jure* o facto accidental ou probatorio toma o lugar de essencial, e como tal deve ser allegado entre os factos essenciaes da acção.

106. Se as leis do Codigo Civil determinarem que certos factos essenciaes so se possam provar por certo genero de prova, serão os factos que constituem essa prova allegados tambem como factos essenciaes (1).

107. E' permittido ao Autor allegar differentes factos, ou grupos de factos, de cada um dos quaes resulte, segundo as leis do Codigo Civil, a sua pertença em cada uma das 3 partes de que a mesma se compoem, nos termos do art. 103.

108. Depois de expostos os factos de que tratão os artigos antecedentes, declarará o Autor qual seja a sua Pertença; isto é, indicará o direito que, á vista dos factos essenciaes expostos, e da disposição das leis do Codigo Civil (que deverá citar), elle Autor pretende se lhe faça effectivo pelo Juizo, em que tenciona demandar o Reo, e por meio da acção contra elle intentada.

109. Se a pertença do Autor for de natureza tal que exija uma decisão prompta sobre o seu objecto, ou parte d'elle, sem a qual decisão se seguiria algum prejuizo grave ou damno irreparavel — ou se a pertença do Autor se fundar em facto e direito incontestaveis, protestará o

(1) Este artigo, e o antecedente, forão aqui lançados para maior clareza; porque a sua disposição já se achava comprehendida na do Art. 103. Com effecto, se a lei, dada a existencia de um facto, presume outro (a que liga algum direito) de tal modo, que nem ainda admitte prova em contrario — ou se ella não permite que se considere existente um facto (a que tambem liga algum direito) sem que elle se prove por certo genero de prova; isto é por certos e determinados factos, quem não vê que isto vale o mesmo que ligar o direito a esses factos probatorios? Vid. o § 9 da Introd.

Autor por uma decisão provisoria, indicandô qual esta deveser, attenta a especie de que se tratar (1).

110. Quando o petitorio do Autor não consistir em quantia certa e determinada, avaliará o Autor a demanda, declarando em quanto estima o seu objecto, tendo porem em vista que, vencida a mesma demanda, poderá o Reo, como melhor lhe convier, entregar-lhe o objecto della, ou pagar-lhe a quantia da avaliação com mais a 4.^a parte (2).

111. A Exposição da pertença do Autor será assignada por Advogado, que tenha feito ou fizer constar a sua habilitação no juízo aonde a mesma Exposição ha de ser apresentada, e será seguida:

1.^o De uma relação dos nomes moradas e empregos das testemunhas, que hão de depôr sobre os factos expostos, as quaes não poderão exceder o numero de 4 para cada facto, indicando-se aquelles a que cada uma ha de depôr, ou o numero de 12, não se fazendo a dita indicação.

2.^o De outra igual relação dos documentos que provão os ditos factos, os quaes documentos se juntarão por apenso, e serão acompanhados de *publicas formas* os originaes, ou cujos originaes não existirem em actos ou livros publicos.

3.^o De certidão do Secretario da comarca, pela qual conste ter o Autor depositado para as despesas da administração da Justiça a quantia de que trata a 1.^a Parte da Tabela, junta ao Livro Primeiro, ou prestado fiança ao seu pagamento; e bem assim ter depositado a

[1] Vid. o § 60 da Introd. Continua-se a tratar deste objecto no Capitulo 4.^o do presente Título.

(2) Sendo d'absoluta necessidade a avaliação da Causa para regular os depositos ou fianças que o Autor é obrigado a fazer ou prestar segundo o disposto no Título VI do Livro Primeiro e Tabela a elle junta, pareceo-nos que de nenhum modo podiamos conseguir a dita avaliação tão prompta e exacta, como incumbindo-a ao proprio Autor, uma vez que o pozessemos, como pozemos pela disposição deste Artigo, na necessidade de ser justo. A 4.^a parte que o Reo é obrigado a dar ao Autor, alem do valor por este arbitrado, é para contrabalançar o dezejo que o Reo ha de naturalmente ter de não entregar ao Autor o objecto da demanda em que acaba de ser vencido.

quantia, de que trata a 4.^a Parte da mesma Tabela, para indemnisação do Reo, no caso d'elle Autor desistir ou decahir da demanda.

4.^o De nomeação de pessoa residente na cabeça da comarca, em cuja casa se hajão de realizar quaesquer avisos, que no decurso da causa devão ser feitos ao Autor (1).

112. A Exposição da pertença do Autor será entregue em duplicado com as relações de que tratão o 1.^o e 2.^o requesitos do Art. antecedente (tambem em duplicado) pelo Autor ou seu Procurador ao Secretario da comarca, o qual lhe dará o competente recibo, declarando nelle o dia, em que segundo o disposto nos art. 265 e 266 ha de ter logar a tentativa de conciliação; depois do que promoverá o mesmo Secretario a citação do Reo nos termos do cap. seguinte.

CAPITULO 2.

Da citação do Reo.

113. A citação do Reo será feita pelo Commissario do Circulo do domicilio do mesmo Reo (2) por virtude de officio do Secretario da comarca dirigido ao dito commissario.

(1) Temos até aqui indicado como o Autor deve fazer a Exposição da sua pertença, pela qual deve, sem duvida, começar toda a demanda. Reveste-se, é verdade, de circumstancias que difficultão até certo ponto a proposição da acção; mas nós entendemos que o começo de uma demanda não deve depender de um simples requerimento, feito pelo Autor, talvez em um momento de mau humor contra o Reo. Um acto, que pelo menos vai perturbar a paz de duas famílias, não se deve permittir ao Autor, sem alguma garantia da sua justiça — e que melhor garantia que a propria Exposição da sua pertença, sendo ella feita, segundo as regras prescriptas neste Cap., por um Jurisconsulto que mereça este nome? E' assim que nós teremos a porta aberta para as demandas justas e bem fundadas, ao mesmo tempo que as destituídas de fundamento terão difficil entrada em Juizo.

(2) Entendemos por domicilio do Reo a casa da sua habitação, segundo a lista geral dos moradores da comarca fornecida pela authoridade administrativa á judicial, da qual lista haverá uma copia geral na secretaria da comarca, alem das copias particulares dos moradores de cada freguezia, que devem existir em poder dos respectivos Commissarios dos circulos.

114. Logo que o commissario do circulo receber o dito officio, participará ao Reo o conteúdo no mesmo na presença de duas testemunhas, que saibão ler e escrever, e passará a competente certidão da citação, que também será assignada pelo Reo e ditas testemunhas, em seguimento do referido officio, o qual reenviará pelo correio immediato (1) ao Secretario da comarca, depois de o registar, e a certidão da citação, em um livro que deve existir em seu poder, e estar patente a quem o quizer examinar.

115. Não sendo o Reo achado em casa, para se lhe fazer pessoalmente a participação sobredita, será a mesma feita a qualquer pessoa que la se encontre, e a duas outras pessoas da vizinhança.

116. Haverá no Adro da Igreja de cada freguezia um lugar destinado para estar exposta ao publico a lista das pessoas citadas daquella freguezia, que não tiverem comparecido no acto da citação, ou que, comparecendo, se tiverem recusado a assignar a certidão della, por si, ou por outra pessoa a seu rogo quando não saibão escrever. Dada pois esta especie, o commissario do circulo inscreverá o nome do citado na mencionada lista na presença das mesmas testemunhas que o forão da citação, e fará na competente certidão expressa menção desta circumstancia (2).

117. Quando a citação se houver de fazer em dif-

(1) Alludimos aos meios de comunicação de que trata o Artigo 102, pelos quaes o officio de que trata o Art. antecedente deve ser dirigido pelo Secretario da Comarca ao respectivo Commissario do Circulo.

(2) A disposição deste Art., no mesmo tempo que dá toda a publicidade á citação, não poderá deixar de também concorrer para ella se effectuar pelo modo indicado no Art. 114, que é, por certo, o mais natural e livre de duvidas. Demais disso, nós tivemos em vista neste Cap. estabelecer uma forma de citação, que contendo as necessarias garantias do Reo ter noticia della, não exigisse com tudo a presença do mesmo Reo para se poder effectuar; não so porque sempre nos pareceo incompativel com o respeito devido aos Empregados de Justiça o andar o Reo, pelo facto de se esconder, ludibriando os ditos Empregados, e paralizzando a seu bel-prazer os actos do processo, mas também porque, admittida a marcha officiosa do processo, em que os Empregados de Justiça são responsaveis pelo regular andamento do mesmo, cumpria remover todos os obstaculos que a esse regular andamento se podessem oppor.

ferente comarca, será effectuada pelo modo sobredito por virtude d'officio do Secretario da comarca, a quem a Exposição da pertença do Autor foi apresentada, dirigido pelo correio ao Secretario da comarca do domicilio do Reo, e transmittido por este ultimo Secretario ao commissario do circulo da respectiva freguezia; o qual, depois de effectuada a citação, reenviará o mencionado officio ao Secretario que lh'o transmittio, e este ao da comarca aonde pende a demanda (1).

118. A citação para a tentativa de conciliação serve para todos os mais actos do processo (2) á excepção de deducção de facto essencial superveniente, e da execução do julgado.

CAPITULO 3.

Da tentativa de conciliação.

119. Não comparecendo o Autor no dia e hora designados para a tentativa de conciliação (3), quer o Reo compareça quer não, ficará a citação sem effeito. Se comparecer o Autor, e não comparecer o Reo, se lavrará nota de revelia deste, e com ella se proseguirá nos termos do Art. 127, devendo o Reo tomar o processo no estado em que se achar, se depois comparecer em juizo.

120. Comparecendo o Autor e Reo, o Juiz Electivo, em audiencia publica, e por todos os meios possiveis, não

(1) Eis aqui ao que se reduzem as Cartas precatorias citatorias. Da citação edital, que bem se poderia chamar citação feita ao vento, nada dizemos, porque a não reconhece o nosso systema, segundo o qual os ausentes, assim como os menores, prodigos e mentecaptos, serão representados por pessoas nomeadas pela respectiva authoridade administrativa, as quaes são citadas do mesmo modo que o seriam os seus representados, se estes estivessem presentes, ou não tivessem os referidos defeitos.

(2) Note-se que pela apresentação da Exposição da pertença do Autor ao Secretario da comarca nos termos do Art. 112, ficam fixadas as epochas e os dias, em que hão de ter logar os demais actos do processo no decurso da causa, como se verá do Titulo VI do presente Livro.

(3) Este dia e hora vão declarados no officio de que trata o Art. 113. Vid. os Art. 265 e 266.

sendo violentos nem cavilosos (1) procurará conciliar as Partes sobre o objecto da demanda, de modo que se ponha fim á questão, ou seja por o Reo convir na pertença do Autor, ou por este desistir della, ou finalmente por transigirem ambos, devendo neste ultimo caso declarar-se a forma da transacção (2).

121. Não comparecendo o Autor, ou desistindo da sua pertença, lavrar-se-ha termo disso em um livro, que deve existir em poder do Secretario da Comarca. Se porem o Reo convir na pertença do Autor, ou as Partes transigirem, setá o termo lavrado nos autos, e estes apresentados pelo Secretario da comarca ao Juiz de Direito, a fim de ser julgado por sentença o acôrdo das Partes na conformidade do Art. 154.

122 Em todas as especies figuradas no Art. antecedente poderá o Autor levantar o deposito que fizera, bem como ficará sem effeito qualquer fiança prestada na conformidade do Art. 79. Nas duas primeiras especies do dito Art. poderá tambem o Autor receber do Secretario da comarca a Exposição da sua pertença (Art. 74, e Nota ao Art. 147).

123. Por occasião da tentativa de conciliação, se esta se não effectuar, lembrará o Juiz Electivo ao Reo a nomeação de pessoa residente na cabeça da comarca, em cuja casa se hajão de realisar quaesquer avisos que no decurso da causa devão ser feitos ao Reo, e se creverá na acta a declaração que elle fizer a este respeito.

(1) A melhor garantia de que se não hão de [empregar taes meios está na publicidade do acto.

(2) Considerámos a tentativa de conciliação como um acto proprio, não so para as Partes transigirem entre si sobre o objecto da demanda, mas tambem para o Reo convir na pertença do Autor, quando entender que este tem justiça, ou o Autor desistir da demanda, quando, á vista das razões que o Reo expoz, vier no conhecimento de que a justiça está da parte do mesmo Reo. Eis o motivo por que exigimos a tentativa de conciliação em todas as causas, devendo notar-se que com isso não as prolongámos, visto que sendo instructor do processo o proprio conciliador, trabalha ao mesmo tempo nestes dous objectos. Vid. a Nota ao Art. 40.

CAPITULO 4.

Da sentença provisoria nos casos urgentes, ou de Justiça manifesta.

124. Se depois da tentativa de conciliação o Autor insistir na decisão provisoria de que trata o Art. 109, prestará o mesmo Autor fiança idonea a repor o negocio no estado anterior, e a indemnizar o Reo de quaesquer prejuizos, se a decisão provisoria vier a ser revogada por sentença definitiva; com a qual fiança o Secretario da comarca apresentará immediatamente os autos ao Juiz de Direito, para este dentro de 3 dias proferir a sobredita decisão, ou declarar que ella não tem lugar, como lhe parecer de justiça (22 59 e 60 da Introd.).

125. A decisão provisoria será exequivel desde logo; e mesmo ficará valendo de sentença definitiva, se depois de intimada ás Partes, alguma dellas não protestar, dentro de 15 dias, pelo andamento regular do processo. Não havendo este protesto, poderá o Autor levantar immediatamente o resto do deposito, bem como ficará sem effeito qualquer fiança prestada, depois de paga a quantia vencida pela Fazenda nos termos do Art. 73 (1).

126. Ainda que o Autor na exposição da sua pertença não tenha protestado por decisão provisoria, poderá exigir esta, por termo nos autos, depois da tentativa de conciliação, á vista das circumstancias ali occorridas; e outro tanto poderá fazer na Replica, á vista do que o Reo allegar na Resposta á Pertença do Autor; e depois da Treplica (por termo nos autos) á vista do que o mesmo Reo ali allegar; para effeito do Secretario da comarca (apresentada a competente fiança) proceder na 1.^a especie, nos termos do Art. 124, e nas duas ultimas, poder o Juiz de Direito, por ocasião do estabelecimento da questão, proferir a pretendida decisão provisoria, ou declarar que ella não tem lugar (2).

(1) O protesto, de que trata este Artigo, é o unico recurso que ás Partes compete da sentença provisoria.

(2) Na tentativa de conciliação pode o Reo fazer declarações que alterem o estado da questão, e pode esta tambem ser alterada pelo que

CAPITULO 5.

Da Resposta do Reo á Exposição da pertença do Autor.

127. Não se conciliando as Partes, e não havendo decisão provisoria com que ambas se contentem, será a Exposição da pertença do Autor apresentada pelo Secretario da comarca (1) na competente audiencia (2); e então, mediante recibo do Reo, se dará a este vista dos autos, os quaes se comporão d'um dos duplicados da dita Exposição da pertença do Autor, e de todos os documentos a ella juntos, ficando as *publicas formas* dos originaes na Secretaria da comarca com o outro duplicado (3).

128. Sendo muitos os Reos, dar-se-ha vista ao primeiro, ou á pessoa residente na cabeça da comarca, em

elle disser na sua Resposta á Pertença do Autor, ou na Treplica. Eis ali pois o motivo por que no Art. 124 nas palavras — se insistir — se permite ao Autor o desistir da sua pertença relativa á sentença provisoria, por que protestára na Exposição da sua pertença; e pelo presente Art. se lhe permite deduzir essa pertença, não se depois da tentativa de conciliação, mas até depois da Resposta do Reo á pertença do Autor, e mesmo depois da Treplica: por quanto, desde que pôde haver alteração no estado da questão, ninguém pode affirmar que essa alteração não torne improcedente a decisão provisoria que a principio parecera ter logar, ou procedente, util, e mesmo necessaria, a que até ali era inadmissivel.

(1) E' o Secretario da comarca quem apresenta na audiencia a Exposição da pertença do Autor [que lhe fôra entregue nos termos do Art. 112]; porque, depositadas as quantias de que trata a Tabella junta ao Primeiro Livro, ou prestada a competente fiança, é, em nosso systema, officiosa a marcha do processo. Vid. § 57 da Introd. e o Art. 92.

(2) Esta audiencia está marcada no Título VI do presente Livro.

(3) Convencidos de que é essencial á boa administração da justiça o serem os litigantes dirigidos por pessoas que tenham os necessarios conhecimentos juridicos, que nem sempre se encontram naquellas que pelas provincias frequentão os auditorios, como offerecendo-se ás Partes para estas se aproveitarem de seus serviços, tivemos em vista arranjar as cousas de modo, que ás Partes se desse vista dos autos, para ellas poderem leva-los a Jurisconsultos de sua confiança, que ordinariamente não estão em circumstancias de frequentar os auditorios. Procurámos porem com a disposição do 2.º requisito do Art. 111, relativa aos documentos originaes, e com a disposição do presente Art. remedear os inconvenientes, que possam resultar do descaminho dos ditos documentos: bem como com a disposição dos Art. 144 e 155, temos em vista conseguir que os autos não deixem jamais de ser apresentados na competente audiencia.

que elles tiverem concordado por occasião da tentativa de conciliação nos termos do Art. 123. Além disto, o duplicado da Exposição da pertença do Autor, e as publicas formas dos documentos originaes, estarão patentes na Secretaria da comarca a quem os quizer examinar.

129. Continuados os autos com vista ao Reo, se este entender que dos factos essenciaes expostos pelo Autor se não segue, segundo a disposição das leis do Codigo Civil, o direito que o mesmo Autor pretende se lhe faça effectivo, assim o declarará, expondo as razões em que se funda (1).

130. Se o Reo entender que a pertença do Autor não procede, por não existirem todos ou alguns dos factos essenciaes de que o mesmo Autor a deduz, negará aquelles dos referidos factos que julgar inexistentes (§ 18 da Introd.)

131. Se o Reo entender que a pertença do Autor não procede, por existirem, além dos factos essenciaes expostos pelo Autor, outro ou outros factos essenciaes á defesa d'elle Reo, que tornão inefficazes aquelles, ou que, para melhor dizer, juntos a elles, formão todos um grupo de factos, de que já não resulta a dita pertença, exporá o dito facto ou factos essenciaes á sua defesa (§ 19 da Introd.)

132. Nas especies dos dous Art. antecedentes exporá o Reo de mais a mais os factos accidentaes ou probatorios, que julgar conducentes a persuadir os Jurados, ou da não existencia dos factos essenciaes expostos pelo Autor, ou da existencia dos factos essenciaes á sua defesa (§ 14 e seg. da Introd.).

(1) Introd. § 17. Pode com tudo acontecer que o direito que o Autor pretende se lhe faça effectivo se deduza, sim, segundo a disposição das leis do Codigo Civil, dos factos pelo mesmo Autor expostos, porem para uma epoca futura, e não na actualidade. Dada esta especie, deve o Reo proceder nos mesmos termos indicados neste, e nos dous Art. seg.; porque tão ampla e exacta é a nossa theoria da defesa do Reo, que essa mesma falta de actualidade no direito do Autor, não menos que a falta absoluta do dito direito, so pode verificar-se [tomado o negocio depois da Exposição da pertença do Autor] em alguma das hypotheses figuradas em os ditos 3 Art.

133. Também poderá o Reo na Resposta á pertença do Autor dizer o que se lhe offerecer ácerca dos factos accidentaes allegados pelo mesmo Autor na Exposição da sua pertença, e bem assim acerca dos documentos com ella offerecidos (1).

134. Se o Reo impugnar a competencia do Juizo, declarará o que reputa competente para a instauração da causa, sem o que não será a dita impugnação attendida (2).

135. A Resposta do Reo á pertença do Autor será também assignada por Advogado que tenha feito ou fizer constar a sua habilitação no Juizo aonde pende a causa, e será seguida do 1.º 2.º e 4.º requisitos do Art. 111, excepto, quanto ao ultimo, se o Reo tiver ja satisfeito a elle por occasião da tentativa de conciliação nos termos do Art. 123 (3).

CAPITULO 6.

Da Replica e da Treplica.

136. Para a Replica e Treplica se continuará vista dos autos ao Autor, e ao Reo, do mesmo modo que se continua ao Reo para a Resposta á Pertença do Autor, segundo o Art. 127.

137. Se o Reo na Resposta á Pertença do Autor tiver allegado algum ou alguns factos essenciaes á sua defesa, procederá o Autor na Replica a respeito delles do mesmo modo que o Reo na dita Resposta a respeito dos factos essenciaes allegados na Exposição da pertença do Autor, segundo os Art. 129, 130 e 131.

(1) Os documentos ordinariamente podem ser considerados como factos accidentaes.

(2) Desta maneira cessará toda a incerteza sobre este ponto, para effeito de passar o Autor a proceder nos termos do Art. 147, se entender que não pode sustentar a competencia do Juizo que escolhêra.

(3) O que dissemos na Nota ao Art. 111, relativamente á Exposição da pertença do Autor, é igualmente applicavel á Resposta do Reo. A' vista de todo este Capitulo também podemos dizer que fica aberta a porta aos Reos para as suas defesas justas e bem fundadas, ao mesmo tempo que as destituidas de fundamento terão difficil entrada em Juizo.

138. Do mesmo modo, se o Autor na Replica allegar algum ou alguns factos essenciaes, para effeito de tornar inefficazes os allegados pelo Reo na Resposta á Pertença do Autor, e procedentes os por elle allegados na Exposição da sua pertença, procederá o Reo na Treplica nos termos dos Art. 129 e 130.

139. Alem do que fica disposto nos dous Art. antecedentes (que dizem respeito aos factos essenciaes) poderão o Autor na Replica, e o Reo na Treplica, dizer o que se lhes offerecer ácerca dos factos accidentaes allegados pelo Reo na sua Resposta e pelo Autor na Replica; e bem assim ácerca dos documentos offerecidos com esses articulados.

140. A Replica e a Treplica serão tambem assignadas por Advogado nos termos do Art. 111, e seguidas do 1.º e 2.º requisitos do dito Art.

CAPITULO 7.

De algumas disposições relativas á Resposta do Reo, Replica e Treplica.

141. A acção conciliatoria do Juiz Electivo para com as Partes será por elle exercida, não so no dia destinado para a tentativa de conciliação, mas tambem por todo o decurso do processo preparatorio (Art. 40) a cujos actos deverão as Partes assistir por si ou Procurador munido de poderes sufficientes para fazer qualquer desistencia, confissão, ou transacção.

142. As tres formas por que se pode proceder a respeito dos factos essenciaes segundo os Art. 129, 130 e 131, e remissivamente segundo os Art. 137, e 138, não são incompativeis antes devem cumular-se quando a especie de que se tratar assim o exigir (§ 2º da Introducção).

143. Todos os factos essenciaes allegados por qualquer das Partes em seus articulados, que a contraria não

negar expressamente , ou não declarar que os ignora , serão havidos por confessados (1).

144. Todas as vezes, que as Partes apresentarem na competente audiência os autos sêm as suas respectivas Resposta, Replica e Treplica (2), será a exposição dos factos havida por terminada , para effeito de serem os autos apresentados pelo Secretario da comarca ao Juiz de Direito , e este estabelecer o estado da questão. Se porem alguma das Partes, Autor ou Reo, não apresentar os autos na dita audiência , autuará o Secretario da Comarca o duplicado ou duplicados que existirem na Secretaria , e com certidão daquella omissão , fará a sobredita apresentação ao Juiz de Direito , a fim do mesmo proceder nos termos do Art. 155.

145. Na Resposta á Pertença do Autor , ou na Treplica , poderá o Reo pedir tempo para obter alguma informação ou documentos ácerca dos factos essenciaes , declarando o objecto da dita informação ou documentos , e a terra donde pertende have-los ; e o Autor poderá conceder-lhe o espaço pedido , ou um espaço menor , ou progredir na causa como se tal exigencia não houvesse (3).

146. Nos dous ultimos casos, apresentando o Reo a

(1) A disposição deste Art. deve simplificar sobremaneira a questão de facto. Mas negarão as Partes os factos allegados pela contraria, so para fazer recahir nesta o onus da prova? Parece-nos que não: 1.º porque pelo disposto nos Art. 127 e 136 temos feito quanto e possível para livrar os litigantes dessa gente, que , não tendo os necessarios conhecimentos juridicos, entende, ou finge entender, que uma Parte deve sempre negar o que a outra affirma; 2.º porque negando as Partes, ou declarando que ignorão factos que ellas tem razão de saber, dão uma prova tão evidente da sua má fé, que não poderá esta circumstancia deixar de lhes ser muito prejudicial a respeito de quaesquer decisões que o Jury tenha a proferir. As Partes, em nosso systema de processo, tem tanta necessidade de ser sinceras, como até agora tem tido de ser ardilosas, para obter seus fins.

(2) Vid. o Título VI do presente Livro.

(3) Ninguém melhor que o Autor conhece se o Reo na especie figurada neste Art. procede de boa fé, ou com malicia: por isso ninguém melhor que o Autor pode resolver essa questão, uma vez que a resolve por sua conta e risco, facultando-se ao Reo, [como pelo seguinte Art. se lhe facultão] os meios de ser restituído aos anteriores termos do processo, no caso de ter obrado de boa fé.

mencionada informação ou documentos dentro do tempo que pedira, e antes do estabelecimento da questão, poderá o Juiz, por essa occasião, se lhe parecer preciso, admittir o Reo a allegar o que deixou de allegar. E o mesmo poderá fazer o Juiz por occasião da sua sentença definitiva, se a dita informação ou documentos tiverem sido apresentados dentro do tempo pedido, mas depois do estabelecimento da questão.

147. Se o Autor, á vista da Resposta do Reo, ou da Treplica, entender que a sua pertença não procede, desistirá da instancia, e indemnizará o Reo, o qual levantará do deposito, de que trata a 4.^a Parte da Tabela, a quantia que lhe competir a razão de 1\$000 reis por cada um dos seus articulados, Resposta e Treplica. Neste caso lavrar-se-ha, no livro para isso destinado, termo de desistencia; e então o Secretario da comarca, desfazendo os autos, entregará a cada uma das Partes as peças que dos mesmos lhes pertencerem; podendo o Autor levantar o resto dos depositos, ou ficando sem effeito a fiança prestada, depois de paga a quantia vencida pela Fazenda, segundo o disposto no Art. 74 (1).

148. Se o Reo á vista do que o Autor disser na Replica entender que lhe convem confessar a pertença do Autor, assim o praticará, ficando responsavel pela quantia vencida pela Fazenda segundo o disposto no dito Art. 74. Neste caso reduzida a termo nos autos a confissão do Reo, serão os mesmos autos apresentados pelo Secretario da comarca ao Juiz de Direito, a fim deste proceder nos termos do Art. 154. Outro tanto praticará o Secretario da comarca no caso de transacção entre as

(1) Quando se erra o caminho, cumpre, sem demora, procurar o verdadeiro. Pelo que, se o Autor, durante o processo preparatorio, isto é, em quanto se offercem os articulados, e os autos não são apresentados ao Juiz de Direito para estabelecer o estado da questão, desistir na sua Pertença algum vicio, erro ou defeito, que obste ao seu vencimento, ou o torne mais difficil, e entender que para fazer effectivos os seus direitos lhe cumpre obrar d'outro modo, poderá pela disposição do presente Art. desistir da instancia, indemnizando o Reo; e reduzido o negocio ao estado em que se achava antes de ser apresentada em Juizo a Exposição da sua pertença, ir intentar aonde, e contra quem, bem lhe parecer a competente acção, servindo-se até dos materiaes da primeira em quanto estes lhe poderem ter algum prestimo.

Partes, em o qual caso, alem de se declarar a forma da transacção, se dirá qual das Partes fica responsavel pela quantia vencida pela Fazenda na forma do sobre-dito Art. 74.

CAPITULO 8.

Da Reconvenção do Reo.

149. A Reconvenção do Reo terá logar nos proprios autos da acção, quando os factos essenciaes á causa pelo Autor allegados forem taes, ou procedendo o Reo nos termos do Art. 129 e seguintes, ficarem sendo taes, que delles resulte algum direito do Reo contra o Autor.

150. Dada a referida especie poderá o Reo na Resposta á pertença do Autor indicar qual seja tambem a sua pertença contra o mesmo Autor.

151. A Reconvenção do Reo não produz alteração alguma na marcha do processo. Deve porem o Reo, para a dita Reconvenção ser admittida, avaliar o objecto da mesma nos termos do Art. 110, e offerecer com ella a certidão de que trata o 3.º requisito do Art. 111.

CAPITULO 9.

Do Estabelecimento da questão.

152. Apresentados os autos pelo Secretario da comarca ao Juiz de Direito nos termos dos Art. 121, 144 e 148, o mesmo Juiz examinará com toda a circunspecção o processo instaurado perante o Juiz Electivo, e fará por escrito nos autos um relatorio claro e succinto da contenda entre as Partes agitada, o qual terminará por algum dos seguintes modos.

153 Se o Juiz de Direito achar o processo irregular em quanto á sua forma extrinseca por não estar construido segundo o disposto na lei, declara-lo-ha nullo,

e responsavel ás Partes por perdas e dammos o Secretario de comarca que o processou.

154. Se o Reo tiver convido na pertença do Autor, ou as Partes transigido nos termos dos Art. 121, e 148, julgará o Juiz de Direito por sentença o acôrdo das Partes.

155. Dada a especie de que trata a 2.^a parte do Art. 144 julgará o Juiz procedentes as pertenças do Autor ou Reconvinte, ou absolverá o Reo e o Reconvindo das ditas pertenças, conforme for o Reo, ou o Autor, o que tiver deixado de apresentar os autos na competente audiencia.

156. Se ao Juiz de Direito parecer que o processo está regular em quanto á sua forma extrinseca, mas que o não está em quanto á intrinseca, por o Autor ou Reconvinte não ter allegado na Exposição da sua respectiva pertença os factos de que ella podia juridicamente deduzir-se, declarará ineptas as ditas pertenças.

157. Dada a especie de que trata a 1.^a parte do Art. 146, procederá o Juiz, depois de estabelecer o estado da questão (1), na conformidade do mesmo Art., admittindo ou deixando de admittir o Reo aos termos antecedentes do processo, como lhe parecer justo.

158. Não se verificando porem alguma das especies figuradas nos Art. antecedentes, terminará o Juiz de Direito o sen relatorio, indicando quaes sejam d'entre os factos articulados pelas Partes aquelles, que segundo a disposição das leis do Codigo Civil são necessarios para a procedencia da pertença do Autor, ou da defesa do Reo, e d'entre estes quaes são os que ja se achão provados pela confissão expressa ou tacita das Partes nos termos do Artigo 143, redigindo em termos claros e explicitos os quisitos que hão de ser submettidos ao Jury ácerca dos factos essenciaes controversos (2).

[1] E' para que o Juiz, com uma pennada em que restitua o Reo aos termos anteriores, se não livre [ao menos por aquella vez] de examinar o processo, e estabelecer a questão segundo o estado dos autos, sem o que nem ainda elle póde conhecer se o Reo deve, ou não, ser restituído aos ditos termos.

[2] Introd. §. 12 e seg. Nesta especie deve o relatorio do Juiz ser

159. Se o Juiz de Direito achar provados todos os referidos factos essenciaes, procederá nos termos do Artigo 196.

160. Dada qualquer das ultimas duas especies do Art. 126, e não se verificando a do Art. antecedente, deferirá o Juiz de Direito á Pertença do Autor, relativamente á decisão provisoria, como lhe parecer de justiça.

161. Publicado o relatorio do Juiz, de que no presente Capitulo se trata, poderá a Parte que se sentir aggravada com qualquer decisão contida no mesmo relatorio, fazer por escrito as reflexões que bem lhe parecer, as quaes, bem como a resposta que a Parte contraria lhes quizer dar, serão assignadas por Advogado que tenha feito ou fizer constar a sua habilitação no Juizo da comarca aonde se trata a demanda (1).

162. O Juiz de Direito attenderá ou desattenderá as ditas reflexões como achar de Justiça, e se com esta decisão alguma das Partes se sentir aggravada, poderá appellar para a Relação do districto judicial (2)

CAPITULO 10.

Dos actos preparatorios do Jury.

163. Estabelecidos pelo Juiz de Direito os quesitos que hão de ser submettidos ao Jury, indicarão as Partes, por termo lavrado nos autos, d'entre as testemunhas que nomearão aquellas por cujos depoimentos insistem (3).

considerado como um principio ou começo da sentença definitiva, que elle ha de ultimar á vista da decisão do Jury sobre os factos essenciaes controversos, nos termos do Art. 197.

(1) Nos Art. 270 e 271 se achão marcados os dias em que o Juiz ha de publicar o seu relatorio, e em que as Partes podem apresentar contra o dito relatorio as suas observações. Sobre a necessidade destas antes da appellação Vid. o § 43 da Introd.

(2) Esta appellação, sendo de decisão que não põe fim ao processo, so tem seguimento depois da sentença definitiva. Vid. o Art. 205, e outro sim o Art. 278 sobre o tempo em que a appellação se deve interpôr.

(3) Cada uma das Partes, allegando os factos que lhe parecem pro-

164. Se alguma das Partes quizer que a Parte contraria deponha sobre os factos controversos, fará tambem menção do nome desta no acto de que trata o Artigo antecedente, para se praticar a respeito della o mesmo que a respeito das testemunhas.

165. Se as testemunhas do Reo forem moradoras em logares tão distantes, que se não possa obter o seu depoimento a tempo de ser presente aos Jurados na sua primeira reunião, poderá o mesmo Reo, no acto de que trata o Artigo 163, pedir tempo para haver os ditos depoimentos; e o Autor poderá conceder-lho ou negar-lho em todo ou em parte nos termos dos Artigos 145 e 146, no que possam ser applicados á presente especie (1).

166. Um mez antes do dia destinado pela Lei para a abertura da audiencia de Jurados, reunidos os Membros da Camara Municipal, o Juiz de Direito, e o respectivo Empregado do M. P., se extrahirão por sorte do quadro geral dos Jurados (Art. 27) os que hão de constituir a Pauta do serviço da futura audiencia, e bem assim os da Pauta suplementar.

167. Os nomes dos Jurados d'uma e outra Pauta, e os nomes das testemunhas e das Partes, designados no termo de que trata o Art. 163, serão enviados pelo Secretario da comarca aos Commissarios dos circulos das respectivas freguezias a fim de todos esses individuos serem citados pelo modo prescripto no Cap. 2.º do presente Titulo, para comparecerem na cabeça da comarca no dia que lhes for indicado, sob pena, os Jurados

ficios, deve desde logo indicar, nos termos do 1.º requisito do Art. 111, e remissivamente dos Art. 135 e 140, os nomes das testemunhas que hão de depôr sobre os ditos factos, para que a Parte contraria possa formar o seu juizo sobre a probabilidade de se provarem, ou não, os referidos factos perante o Jury. Como porém as mais das vezes os factos allegados por uma das Partes não são todos negados pela outra [o que é bastante segundo o Art. 143 para se haverem por confessados] tornar-se-hia desnecessario, e mesmo nocivo, o comparecimento de todas aquellas testemunhas perante o Jury, tendo apenas de ser inquiridas sobre um ou outro ponto de facto controverso, a que o negocio ficou reduzido depois do estabelecimento da questão. No Art. 272 se marca o tempo em que ha de ter logar o acto de que aqui se trata.

(1) Vid. a Nota ao Art. 145, e o Art. 199.

de 5.000 rs. por cada dia que faltarem ao serviço, e as testemunhas de serem punidas como desobedientes á Justiça, e de ficarem responsaveis ás Partes por perdas e danos (1).

168. As Partes terão o cuidado de saber se as suas testemunhas tem algum impedimento pelo qual não possam comparecer perante o Jury, para effeito d'obterem, em tal caso, com a necessaria anticipação os seus depoimentos pelo modo prescripto no Título VIII do presente Livro. Pelo mesmo modo obterão as Partes com a conveniente anticipação, não so quaesquer exames de peritos, mas tambem os depoimentos das testemunhas moradoras em differente comarca, se ellas não quizerem voluntariamente comparecer perante o Jury (2).

CAPITULO II.

Da investigação dos factos essenciaes controversos, e decisão sobre a sua existencia.

169. Reunidos na cabeça da comarca e casa destinada para o Jury, os Jurados da respectiva Pauta no dia designado pela lei (3), verificará o Juiz de Direito o comparecimento dos mesmos Jurados. Se faltar algum, seráprehendido o numero da Pauta pelos primeiros da Pauta suplementar.

170. Pprehendido o numero de Jurados da Pauta,

(1) Não se commina pena á Parte que não comparecer; porque bem punida fica ella pela impressão desfavoravel que ha de fazer no Jury o abandono do seu posto no dia do combate!

(2) Sendo os litigantes de boa fé interessados em que as suas testemunhas compareçam no Jury, persuadimo-nos de que, mediante as diligencias dos mesmos litigantes, não deixarão ellas de ali comparecer sob falsos pretextos. Quanto aos litigantes de má fé, certos estamos de que, mancomunados com as suas testemunhas, não poucas vezes hão de procurar subtrahi-las ao interrogatorio perante o Jury; mas tambem nos parece que o Jury ha de saber avaliar o credito que o depoimento escrito de taes testemunhas merece, e bem assim o premio que devem ter os litigantes que recorrem a semelhantes estratagemas. Vid. o final da Nota ao Art. 143.

(3) Este dia está marcado no Art. 273.

passará o Juiz de Direito a formar o Jury para a primeira causa designada na Tabella do serviço da audiência de Jurados, o que fará da maneira seguinte (1).

171. Os nomes dos 50 Jurados de que se compõe a Pauta, estarão escritos em bilhetes de cartão semelhantes a cartas de jogar. O Juiz de Direito baralhará os ditos bilhetes, fará partir o maço pelo Autor e Reo, e depois de separar os primeiros 5 (que porá sobre a mesa voltados para baixo) entregará os outros ao Autor.

172. O Autor examinará os ditos bilhetes, excluirá 13 (que igualmente porá sobre a mesa voltados para baixo), e entregará o resto ao Juiz, que os dará ao Reo para este também excluir igual numero.

173. O Juiz, recebendo do Reo o resto dos bilhetes, os baralhará e fará novamente partir pelo Autor e Reo; depois do que, tomando um e um os primeiros 13, que porá sobre a mesa voltados para cima, de forma que as Partes possam ler os nomes nelles inscriptos, irá proclamando os ditos nomes, para os respectivos Jurados tomarem os assentos que na casa da audiência lhes são destinados.

174. Acabado o acto da extracção dos Jurados, o Juiz de Direito lançará mão de todos os bilhetes que estão sobre a mesa, e os baralhará de modo que se não possa jamais saber quaes forão os Jurados excluidos por cada uma das Partes (2).

[1] Dissemos no § 31 da Introd. que o legislador devia assegurar aos litigantes uma perfeita liberdade na exclusão dos Jurados que por qualquer motivo lhes parecessem menos aptos para exercer suas funcções. — Vamos pois nos quatro Art. seg. estabelecer o modo pratico de conseguir essa liberdade.

[2] E com effeito assim é; porque os 5 bilhetes, que o Juiz separa ao principio, encobrem ao Reo os Jurados excluidos pelo Autor, por tal forma que ainda que nos bilhetes, que são entregues ao Reo, na conformidade do Art. 172, não venha, por exemplo, o Jurado da Pauta, Abel, não sabe o Reo se elle foi excluido pelo Autor, ou se é um dos inscriptos nos referidos 5 bilhetes. E também o Autor não sabe quaes forão os Jurados excluidos pelo Reo; porque ficando sobre a mesa 6 bilhetes depois de extrahido o Jury, ainda que nos bilhetes que passam do Autor para o Reo vá, por exemplo, o Jurado da Pauta, Abilio, e este não sãia para formar o Jury, não sabe o Autor se elle foi recusado pelo Reo, ou se é um dos inscriptos nos ditos 6 bilhetes.

175. Se na audiência do Jury comparecer somente o Autor ou o Reo, proceder-se-ha á revelia do que faltar. Os co-autores ou co-reos suppõe-se um so individuo para effeito de excluir (conferenciando entre si) os 13 Jurados que cada uma das Partes deve excluir.

176. O Juiz de Direito deferirá o juramento aos Jurados, que compõe o Jury, empregando a seguinte formula: A presente causa contém um ponto (ou alguns pontos) de facto essencial para a sua decisão, sobre o qual (ou os quaes) as Partes não estão de acôrdo. Logo vos indicarei esse ponto (ou esses pontos) de facto, e passaremos, em seguida, a fazer as convenientes averiguações, para que possaes deliberar com acerto sobre a sua existencia ou não existencia. Vós prometteis diante de Deos e dos homens prestar toda a attenção a este negocio, e decidir o referido ponto (ou cada um dos referidos pontos) de facto segundo o estado da vossa convicção depois da competente averiguação (ou das competentes averiguações)? Cada um dos Jurados, pondo a mão direita nos Santos Evangelhos, dirá em voz alta: Assim o juro.

177. Constituido o Jury, ordenará o Juiz de Direito que as testemunhas e peritos sejam recolhidos a quartos para elles destinados, aonde estarão incommunicaveis por todo o tempo da investigação dos quesitos pertencentes á causa, vindo á audiência acompanhados por um official de Justiça todas as vezes que for necessario para responder ás perguntas que se lhes houverem de fazer.

178. Indicará então o Juiz de Direito aos Jurados o primeiro ponto de facto ou quesito que cumpre investigar, sobre o qual e mais factos que com elle tenham relação interrogará as proprias Partes, estando presentes, e bem assim as testemunhas e peritos que houver — lerá (ou mandará ler pelo Secretario) na parte essencial os documentos apensos, indicando aos Jurados o que a respeito dos mesmos documentos as Partes tiverem allegado (Art. 133 e 139) — lerá tambem os depoimentos das testemunhas inquiridas fóra da audiência — fará as acareações necessarias — n'uma palavra fará todas as possiveis averiguações para se conhecer a verdade do

ponto do facto em questão, procedendo em tudo com a boa fé e imparcialidade proprias do seu cargo (§ 29 da Introd.).

179. Depois do Juiz interrogar qualquer testemunha ou perito, poderão os Jurados, os Advogados das Partes, e estas mesmo, fazer-lhe as perguntas que julgarem a proposito para maior esclarecimento da verdade.

180. Se alguma Parte tiver motivos para suspeitar que qualquer testemunha produzida pela Parte contraria faltará á verdade, declarará esses motivos antes da testemunha ser chamada á audiencia, e então o Juiz fará de mais a mais a esta testemunha, sobre os ditos motivos, as perguntas que forem necessarias para os Jurados virem no conhecimento do credito que a mesma testemunha merece sobre o negocio principal. Se a testemunha negar os defeitos que a Parte contra quem é produzida lhe attribuir, poderá esta prova-los perante o Jury por qualquer modo que lhe seja possivel.

181. Se qualquer testemunha, depois de advertida pelo Juiz de que lhe cumpre ser circumspecta, insistir em alguma asserção evidentemente falsa, e parecer pelas circumstancias que ella obra com dolo, poderá o mesmo Juiz, ex officio ou a requerimento de Parte, mandar escrever a dita asserção pelo Secretario, e submeter immediatamente ao Jury o seguinte quesito: A testemunha F. falta dolosamente á verdade em asseverar que...? (a dita asserção).

182. Se o Jury decidir affirmativa e unanimemente o dito quesito, ficará a testemunha em custodia, e será remettida, como apprehendida em flagrante delicto, á respectiva authoridade administrativa, logo que termine a investigação do ponto ou pontos de facto respectivos á causa em que fôra produzida.

183. Se alguma das Partes tiver arguido de falsos quaesquer documentos offerecidos pela Parte contraria, tudo o que a este respeito se passar na audiencia servirá somente para determinar o grao de credito que os

mesmos documentos devem merecer ao Jury (1). Exceptua-se porem o caso da falsidade do documento ser facto essencial á causa , e fazer o objecto do quesito em questão ; porque em tal caso deliberará o Jury sobre a dita falsidade como sobre outro qualquer facto essencial controverso.

184. O Juiz de Direito , na qualidade de Presidente da audiencia, regulará a investigação de cada um dos quesitos ou factos essenciaes á causa do modo que lhe parecer mais conducente ao descobrimento de verdade.

185. Os Advogados das Partes são os fiscaes da imparcialidade do Juiz na investigação dos ditos quesitos , e podem, durante a mesma investigação, requerer ao Juiz que proceda desta ou d'aquell' outra maneira que lhes pareça mais conveniente; e o Juiz procederá na conformidade das pertençaes dos Advogados , excepto se vir que ellas tendem a confundir a questão ou difficultar a sua decisão ; porque nesse caso proporá o negocio aos Jurados , e obrará como pela maioria dos mesmos for deliberado.

186. As provas ou motivos de convicção *pro* ou *contra* a existencia do facto em questão serão acompanhados de todas as circumstancias que possuão augmentar ou diminuir a força de cada um dos ditos motivos. O Juiz procederá de modo que as ditas circumstancias sejam presentes aos Jurados , e se alguma dellas lhe não occorrer poderão os Advogados lembrar-lha : mas nem o Juiz , nem os Advogados poderão emittir a sua opinião sobre o valor das provas, nem dirigir ao Jury discursos oratorios (§ 29 da Introd.).

187. Acabada a investigação do primeiro ponto de facto ou quesito , perguntará o Juiz aos Jurados se carecem ainda de mais alguma indagação, que seja possivel fazer-se naquelle acto ; e a fará, se elles ou algum delles a exigir.

[1] Equiparámos os documentos aos depoimentos das testemunhas, pois que, em verdade, ha entre uns e outros grande analogia.

188. Em seguida, fará o Juiz de Direito distribuir a cada Jurado uma esfera branca e outra preta, e depois de fazer apresentar a urna ás Partes e seus Advogados, e hem assim aos Jurados, para se certificarem de que ella está vazia, lançará publicamente dentro da mesma urna 12 esferas, 6 brancas, e 6 pretas, dizendo aos Jurados que a lei determina este acto para assegurar o segredo da sua votação, visto que daquella maneira se não poderá jamais saber qual seja o voto de cada um.

189. Praticado este acto dirá o Juiz de Direito aos Jurados: Acabada a investigação sobre o facto se (aqui mencionará o facto que se acaba de investigar) segue-se agora a vossa votação sobre o dito facto. Lembrai-vos do juramento que prestastes de decidir segundo a vossa convicção. Os Snrs. Jurados que estiverem persuadidos de que o referido facto é verdadeiro, lançarão naquella urna (indicando-lha) a esfera branca, e os que não estiverem persuadidos de que elle é verdadeiro, lançarão a esfera preta.

190. Empregada pelo Juiz a dita formula, dirigir-se-hão os Jurados sem conferenciarem, um e um, á dita urna, que estará colocada em a mesma sala, mas em sitio aonde elles possam votar sem a fórma de sua votação ser percebida de pessoa alguma, e para onde também possam passar sem se aproximarem das Partes ou de qualquer outra pessoa, de quem se suspeite que de-seja influir na sua votação; e lançarão na referida urna a esfera branca, ou preta, segundo a sua opinião; e na volta, antes de tomarem o seu lugar, lançarão a outra esfera em outra urna, que para isso estará colocada em logar conveniente.

191 Acabada a votação dos Jurados, um menino menor de 7 annos, com os braços nus, ira buscar a urna, que será posta sobre a meza diante do Juiz de Direito, e então aproximando-se da dita meza as Partes e seus Advogados, e os Jurados que quizerem presenciar este acto, o dito menino extrahirá da urna as esferas uma e uma, até sairem 13 brancas ou 13 pretas. No primeiro caso reputar-se-ha provado o facto em questão, no segundo reputar-se-ha não provado.

192. Depois de extrahidas as esferas na conformidade do Art. antecedente , será á urna da votação emborcada sobre a outra urna aonde os Jurados lançaram as esferas não empregadas na mesma votação , a fim de se confundirem as que restarem de modo que se não possa jamais saber de que qualidade ellas serão (1).

193. A votação dos Jurados sobre os objectos dos Art. 181 e 185 será nominal.

194. Depois da votação sobre o primeiro ponto de facto essencial, passará o Juiz de Direito á investigação do segundo , e depois deste á dos mais , observando-se o que fica determinado desde o Art. 178. Poderá porem o Juiz de Direito , á vista da decisão do Jury ácerca de algum ou de alguns dos quesitos, prescindir da investigação dos restantes, ou de parte delles (§§ 27 e 28 da Introd.). Mas se alguma das Partes requerer que se investigue mais algum dos Pontos de facto anteriormente estabelecidos (pois que de outros se não pode ali tratar), e o Juiz indeferir este requerimento, poderá a mesma Parte appellar (2).

195. De tudo o que se passar na audiencia lavrará o Secretario a competente acta , que será assignada pelo Juiz e dito Secretario depois de lida publicamente; o qual, juntando-a aos autos, os apresentará ao Juiz de Direito, para este proferir a sua Sentença e a publicar na competente audiencia.

(1) Sobre as disposições dos Art. 188 até 192 Vid. os §§ 33, 34 e 35 da Introducção. Quanto a serem necessarias 13 esferas brancas ou 13 esferas pretas para o vencimento da questão [que aliás se vence por simples maioria § 7 da Introd.], procede isso das 6 esferas brancas e 6 esferas pretas lançadas na urna pelo Juiz para encobrir o voto individual dos Jurados, que no caso de unanimidade quasi se descobriria senão fosse o mencionado acto do Juiz.

(2) Esta appellação porem não suspende os ultiores termos do processo e so tem seguimento depois da sentença definitiva. Vid. o Art. 205.

TITULO II.

Da declaração Judicial dos Direitos que resultão dos factos occorridos.

CAPITULO 1.

Da Sentença do Juiz de Direito.

196. Se o Juiz de Direito ao tempo do estabelecimento da questão, de que trata o Cap. 9.º do Titulo antecedente, entender que nenhum dos factos essenciaes á causa deve ser submettido á decisão do Jury, por se acharem provados pela confissão expressa ou tacita das Partes nos termos do Art. 143, proferirá logo a sua Sentença, declarando se a pertença do Autor ou Reconvinte procede, ou não, em todo, ou em parte (Art. 159).

197. Outro tanto fará o Juiz de Direito quando os autos lhe forem apresentados depois do Jury haver decedido os pontos de facto essencial controversos que lhe houverem sido submettidos (Art. 195).

198. Dada a especie da 2.ª parte do Art. 146, procederá o Juiz, depois de dar a sua Sentença segundo o estado dos autos (1), na conformidade do mesmo Art., admittindo ou deixando de admittir o Reo aos termos anteriores do processo como lhe parecer justo.

199. Dada a especie do Art. 165, poderá o Juiz do mesmo modo, isto é depois de dar a sua Sentença, admittir o Reo a nova investigação do facto se lhe parecer preciso, e relevantes os depoimentos das testemunhas por elle apresentados.

200. O Juiz de Direito, nas suas decisões, declarará os motivos juridicos das mesmas decisões, e tratará sepa-

(1) Sobre a disposição deste Art. e do seguinte Vid. a Nota ao Artigo 157.

radamente de cada um dos pontos ou partes de que se compõe a pertença do Autor segundo os Art. 103. e 108. Se porem o Juiz achar procedente a pertença do Autor pelo que respeita ao direito que o mesmo Autor pertende se lhe faça effectivo, e improcedente pelo que respeita á competencia do Juizo, ou á capacidade legal do Autor para demandar, ou do Reo para ser demandado, declarará tambem improcedente aquella primeira parte da pertença do Autor, [depois de ter emittido a sua opinião, sobre ella (1)] por se não verificar a procedencia das outras duas ou d'alguma dellas (2).

201. Quando o Juiz julgar procedente somente em parte o direito que o Autor ou Reconvinte pertende se lhe faça effectivo, declarará a quota parte da quantia depositada ou afiançada (de que trata a Tabella junta ao Primeiro Livro para as despesas da administração da justiça, e para indemnisação da Parte vencedora) por que cada uma das Partes fica responsavel.

202. Se alguma das Partes se sentir aggravada com qualquer das decisões proferidas nos termos do Art. 197 a seguintes (3) poderá fazer por escrito as reflexões que se lhe offerecerem nos termos do Art. 161, e o Juiz de Direito as attenderá ou desattenderá como achar de Justiça, confirmando ou reformando a sua sentença (4).

203. Da decisão do Juiz de Direito proferida nos termos do Art. antecedente poderá a Parte que se sentir

[1] Dá-se aqui a mesma razão do disposto nos Art. 157, 198 e 199. Vid. a Nota ao dito Art. 157. Alem disso, como o Autor ha de concorrer para as despesas da administração da Justiça com a respectiva quota parte do valor da demanda, tem direito a ouvir a opinião do Juiz sobre o principal objecto della, para melhor se determinar a intentar, ou deixar de intentar nova acção, isto quanto ao Autor; e pelo que pertence ao Reo, tambem é claro que a opinião do Juiz sobre o ponto principal da demanda o pode esclarecer para uma razoavel transacção com o Autor.

[2] Vid. a Nota ao Art. 103.

[3] Não se menciona o Art. 196, porque na especie deste Art. 196 ja se acha providenciado pelo disposto nos Art. 161 e 162.

[4] Introd. § 43. Nos Art. 274 e 275 se achão marcados os dias em que o Juiz ha de publicar esta sentença, e aquelle em que as Partes podem offerecer contra ella as suas observações.

aggravada appellar para a Relação do districto judicial (1).

CAPITULO 2.

Da Appellação.

204. A appellação será interposta em audiencia (2) por um terno lavrado nos autos pelo Secretario da comarca e assignado pelo Appellante ou seu Procurador.

205. As appellações interpostas de decisões que não põe fim ao processo na 1.^a instancia (3) não suspendem os actos subsequentes do mesmo processo, e so terão seguimento depois de terminados os ditos actos com a Sentença definitiva. Esta será exequivel não obstante a appellação que se tiver interposto daquellas decisões, ou que se interposer da propria Sentença definitiva (4), prestando o Exequente fiança idonea a repor tudo no estado anterior, se a dita Sentença definitiva vier, de qualquer maneira, a ser reformada (5).

206. Interposta a appellação de Sentença que põe fim ao processo, ou terminados os actos, que o processo deve percorrer na 1.^a instancia no caso da appellação interposta de decisão que lhe não põe fim, apresen-

[1] Sobre o tempo em que a appellação deve ser interposta Vid. o Art. 278.

[2] Esta audiencia está marcada no Art. 278.

[3] Estas decisões são as de que tratão os Art. 157 [quando o Juiz admitte o Reo aos termos anteriores do processo, 158, 194, 198 [quando o Juiz admitte o Reo aos termos anteriores do processo] e 199 [quando o Juiz admitte o Reo a nova investigação do facto].

[4] Desta maneira não se appellará de uma sentença manifestamente justa, so com o fim de espaçar a execução do julgado. E não se diga que, no caso de decisão injusta, fazemos uma violencia ao Executado, não so porque elle fica a coberto dessa violencia com a fiança prestada pelo Exequente, mas tambem porque este, tendo [como em nosso systema tem] de ver dentro de mui pouco tempo confirmada ou reformada a sentença da 1.^a instancia, não se abalará a pertender a execução d'uma sentença, cuja reforma pareça verosimil, não tirando, como realmente não tira em tal caso, proveito algum do seu procedimento.

(5) Dizemos — de qualquer maneira —, porque reformada alguma das interlocutorias que não põe fim ao processo, reformada se deve suppor [pelo menos provisoriamente] a sentença definitiva.

tará o Appellante na audiencia (1) certidão de haver depositado a quantia de que trata a 2.^a Parte da Tabella junta ao Primeiro Livro, ou prestado fiança ao seu pagamento (Art. 79). Esta certidão será junta aos autos pelo Secretario da comarca; o qual, deixando o competente traslado (2) do processado naquella Juizo, enviará os proprios autos pelo correio ao Secretario da Relação, aonde se observará o seguinte (3).

207. Na primeira sessão do turno, em que começar a correr o processo da appellação (4) apresentará o Secretario da Relação os autos, que tiver recebido depois da respectiva sessão do turno antecedente, ao Presidente da Relação, o qual ordenará ao mesmo Secretario que os numere, e fará entrar em uma urna os correspondentes numeros.

208. O Juiz mais antigo dos que concorrerem á sessão (5) tirará da urna tantos numeros quantos lhe competirem, dividido o numero total dos autos per todos os ditos Juizes em quanto couber numero igual a cada um.

209. Depois de conhecidos os numeros extrahidos da urna pelo dito Juiz, ordenará o Presidente ao Secretario que lhe apresente os respectivos autos, e ao mesmo tempo que conferir os numeros extrahidos, com os dos autos, escreverá na primeira folha destes o appellido do Juiz; o qual tambem excreverá o seu appellido em os bilhetes que contem os referidos numeros (6)

210. O disposto nos dous Art. antecedentes se ob-

[1] Esta audiencia está marcada no Art. 279.

[2] No Livro quarto, em que havemos de tratar de formulas e instrucções, se dirá em que consiste este traslado, que, na verdade, é em bem pouco.

[3] Tanto a remessa dos autos, como o mais que vai ter logar na 2.^a instancia é tudo officioso. Vid. o Art. 92.

[4] Esta sessão acha-se marcada no Art. 280.

[5] Os Juizes que não concorrerem ás sessões em que os autos lhes são distribuidos, ou em que elles devem apresenta-los com o seu Parecer ou sentença, terão de soffrer o resultado do seu desleixo quando se processarem as folhas para o pagamento dos ordenados nos termos do § 8 do Art. 45.

[6] O Juiz escreve o seu appellido nos bilhetes para o effeito de que trata o Art. 212, evitando-se assim que nas Sessões futuras se distribuão autos a Juizes que ja tenham dado nelles o seu Parecer.

servará com cada um dos de mais Juizes. Os números e os autos que restarem (1) serão distribuidos pelos Juizes presentes a quem competirem por escala.

211. Na sessão seguinte cada um dos Juizes apresentará os autos, que lhe forão distribuidos, com o seu Parecer nos termos dos Art. 214 e 215, ou sem elle, se por algum caso ineperado o não tiverem podido dar (2). E então para se saber quem ha de dar o seguinte Parecer em cada um dos autos, se procederá á extracção dos bilhetes que contem o numero delles como na sessão antecedente.

212. Se algum dos Juizes, extrahindo o numero de bilhetes que lhe toca, encontrar em qualquer delles o seu appellido, será esse bilhete lançado outra vez na urna, e trocado por outro em que não haja o dito seu appellido. E se algum dos bilhetes extrahidos pelo ultimo Juiz tiver o seu appellido, e não houver na urna outro, por que possa ser trocado, serão os respectivos autos trocados pelos do numero maior extrahido pelo penultimo Juiz, que não tenha o appellido do ultimo, e verificando-se o mesmo em mais de um bilhete se fará a troca dos respectivos autos pelo mesmo modo com o antecedente Juiz, e assim successivamente. O mesmo se observará, se o referido inconveniente se verificar em os autos distribuidos por escala na conformidade da ultima parte do Art. 210.

213. Na terceira sessão, para se saber quem ha de dar o seguinte Parecer em cada um dos autos, se procederá em tudo do mesmo modo que na segunda (3).

214. Os Pareceres dos Juizes so podem ter por objecto confirmar, modificar, ou reformar a decisão de que se tiver interposto a appellação. Se porem esta tiver sido

[1] Vid. o Art. 208 in fine.

[2] Vid. a Nota ao Art. 208.

[3] Precede a distribuição dos autos immediatamente a cada um dos Pareceres, para desta maneira desorientarmos as Partes em seus planos de empenhos para os Juizes; por quanto ainda que os ditos empenhos nada influão na decisão, por lhes resistir a imparcialidade da nossa Magistratura Judicial, são sempre dispendiosos ás Partes, e algumas vezes tem arruinado o crédito dos Juizes na opinião publica.

interposta de mais que uma decisão, sobre cada uma dellas emittirão os Juizes o seu Parecer.

215. Os ditos Pareceres serão escritos em papel separado dos autos, e fechados com lacre ou obreya indicando-se por fora de cada um delles o Juiz que o deo, e o numero dos autos a que pertence. O Presidente receberá de cada um dos Juizes os referidos Pareceres, e os guardará, sem os abrir, em caixa fechada na sala das sessões (1).

216. Na sessão, em que se completar o numero de 3 Pareceres em cada um dos autos, entregará o Presidente os ditos Pareceres ao Secretario, que immediatamente os abrirá, e cozerá aos respectivos autos, para estes serem nesse mesmo acto entregues áquelle dos 3 vogaes a quem couberem por sorte (2); o qual, levando os referidos autos para sua casa (§ 38 da Introd.), proferirá nelles a Sentença da 2.^a instancia como melhor lhe parecer sem ser obrigado a seguir nenhum dos Pareceres, nem mesmo o seu (§ 45 da Introd.); e os apresentará com a referida Sentença na sessão seguinte.

217. Se qualquer dos Juizes, assim incumbidos de proferir a Sentença da 2.^a instancia, a não proferir por algum caso inesperado, não deixará de apresentar os autos na competente sessão (3), para nesse caso serem entregues, para o mesmo fim, áquelle dos outros vogaes que a sorte designar.

218. A sessão de que trata o Art. 207 terá lugar no dia marcado no Art. 280. As outras terão lugar nos dias que forem designados pelo Presidente tendo este em vista o numero d'autos que cabe a cada Juiz, e outro sim que as Sentenças da 2.^a instancia, pertencentes aos autos apresentados naquella primeira sessão do turno, devem ser proferidas, e ha de elle Presidente fazer o mappa estatistico de que trata o Art. 95, tudo antes da

[1] Evita-se desta maneira que os Juizes se previnão com os Pareceres emittidos. Elles terão de estudar a questão e não poderão jamais recorrer a um simples — Concorde —.

[2] Da-se aqui a mesma razão indicada na Nota ao Art. 213.

[3] Vid. ainda a Nota ao Art. 209.

primeira sessão do turno seguinte, por tal forma que o Secretario da Relação (depois de registrar a Sentença da 2.^a instancia em um livro para isso destinado) remetta impreterivelmente, pelo correio anterior ao começo do novo turno, os autos do turno findo, aos Secretarios das respectivas comarcas, a fim dos ditos autos serem immediatamente apresentados ao Juiz de Direito, e este publicar na primeira audiencia a Sentença da 2.^a instancia. (1).

CAPITULO 3.

Da Revista.

219. Quando a Sentença da 2.^a instancia for evidentemente injusta, ou o processo contiver alguma nulidade por falta de formulas legais, que influisse na averiguação do facto, ou na applicação da disposição das leis ao mesmo facto, poderá a Parte que se sentir agravada recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça, a fim deste lhe conceder que o negocio seja submettido a uma nova decisão.

220. A Exposição dos motivos do recurso será apresentada pelo Recorrente ou seu Procurador, juntamente com a certidão do deposito ou fiança de que trata a 2.^a Parte da Tabella junta ao Primeiro Livro, na competente audiencia (2). A Parte contraria lhe responderá, querendo, ate á 2.^a audiencia seguinte; e então o Secretario da comarca remetterá pelo correio os autos ao Secretario do Supremo Tribunal de Justiça.

221. No Supremo Tribunal de Justiça e sessão do turno correspondente áquella de que trata o Art. 207 se

[1] Vid. o Art. 281. A publicação da sentença de 2.^a instancia pelo proprio Juiz de Direito, de quem se appellou, é mais um motivo para elle se esmerar quando proferir a sua. Em todo o caso ficará sabendo como se julga na Relação para sua instrucção; e as Partes, podendo contar com se publicar ali na 1.^a instancia, a tempo certo e determinado, a decisão do recurso, ficão desoneradas de acompanhar a demanda no gráo da appellação.

[2] Esta audiencia está marcada no Art. 279.

procederá na conformidade do dito Art. e seguintes, para effeito de serem distribuidos os autos pelos Conselheiros do mesmo Tribunal (á excepção dos que compozerem a Comissão de que trata o Art. seguinte), os quaes, levando para sua casa os autos que lhes forão distribuidos, e dando nelles o seu Parecer por escrito sobre a concessão ou denegação da Revista, os enviarão, sem demora, ao Presidente do Tribunal.

222. Os Pareceres dos Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça sobre a concessão ou denegação da Revista serão examinados por uma Comissão permanente de 3 Conselheiros presidida e nomeados pelo Presidente do Tribunal (na qual o mesmo Presidente terá voto de qualidade), a qual commissão emittirá por escrito o seu Juizo ácerca dos ditos Pareceres, e enviará sem demora por copia o dito Juizo e respectivo Parecer aos de mais Conselheiros do Tribunal.

223. Ao Presidente do Supremo Tribunal compete, á proporção que os Conselheiros do mesmo Tribunal lhe enviarem os autos com os Pareceres de que faz menção o Art. 221, designar os dias em que se ha de reunir a Comissão, de que trata o Art. antecedente, para examinar os ditos Pareceres; e á proporção que esta Commisão tiver emittido o seu Juizo sobre elles, designar os dias em que se ha de reunir o Tribunal para definitiva decisão do negocio.

224. No dia designado para definitiva decisão do negocio, mandará o Presidente que o Secretario lêa o Parecer do Conselheiro do Supremo Tribunal a quem os autos forão distribuidos, e bem assim o Juizo emittido pela Comissão permanente sobre o mesmo Parecer; e pondo em discussão o dito Juizo da Comissão, dará a palavra sobre elle áquelles dos Conselheiros que a pedirem, até a materia se julgar sufficientemente discutida. A questão decidir-se-ha pela pluralidade de votos dos Conselheiros presentes (1), tendo o Presidente voto de qualidade (2).

(1) Os Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, que não concorrerem ás Sessões ou demorarem os autos sem darem o seu Parecer, terão tambem de soffrer o resultado do seu desleixo, quando no Jury de que trata o Art. 46 se processar a folha dos seus ordenados.

(2) Presidindo o Supremo Tribunal de Justiça em nosso systema á

225. Da decisão do Supremo Tribunal de Justiça lavrará o Secretario a competente acta nos autos, que será assignada pelo Presidente e mais dous dos Conselheiros do mesmo Tribunal. O dito Secretario registará a referida acta, bem como o Parecer e o Juizo da Comissão, em um livro para isso destinado; e desde que o Presidente tiver concluido o mappa estatístico de que trata o Art. 96, remetterá os autos, no caso de denegação da Revista, ao Secretario da respectiva comarca, e no caso de concessão della, ao Secretario da Relação aonde, segundo a diliberação do Supremo Tribunal, se hade proferir a nova decisão da causa.

226. A remessa de que trata o Art. antecedente será feita pelo correio proximo anterior á primeira sessão do novo turno de causas (o que o Presidente terá muito em vista na designação que pelo Art. 223 lhe compete fazer dos dias em que para o expediente do serviço se ha de reunir a Comissão permanente e o Tribunal) a fim de ser publicada a decisão do Supremo Tribunal de Justiça pelo Juiz da 1.^a instancia na audiencia competente (1), para o que, no caso de se haver concedido a revista, enviará o Secretario do Supremo Tribunal ao da respectiva comarca uma certidão da decisão do Tribunal, e de que os autos ja forão remettidos para a competente Relação.

227. Na Relação a que os autos forem remettidos se procederá em tudo e por tudo como nas apellações (2)

administração da Justiça em todo o reino [Vid. o Art. 45] indispensavel é arranjar as cousas de modo que as decisões do mesmo Tribunal tenham o maior nexo e coherencia possiveis. Esta consideração deverá justificar as providencias adoptadas no presente Cap. que são as que nos parecerão mais efficazes para conseguir o fim proposto. A Comissão permanente de que aqui se trata deve ser encarregada da direcção do Periodico mencionado no § 2 do Art. 45.

(1) Esta audiencia está designada no Art. 281.

(2) Se disserem que desta maneira vamos substituir a decisão de um Juiz pela decisão d'outro Juiz de igual graduação, respondemos que o segundo, sobre dever ser mais circumpecto, attenta a natureza do negocio, tem mais meios de acertar, ja no processo de Revista, e já nos Pareceres que de novo precedem a sua decisão. Vid. o § 45 da Introd.

228. Concedida a revista, sobrestar-se-ha na execução do julgado á vista da certidão de que trata o Art. 226.

TITULO III.

Da designação Judicial dos factos necesarios para satisfazer os direitos.

229. Se o Juiz á vista dos direitos julgados ao Autor ou Reconvinte poder logo designar os factos que, segundo a disposição das leis do Código Civil, o Reo ou o Reconvindo deve praticar para satisfazer, em todo ou em parte, os mencionados direitos (1), fará essa designação na mesma Sentença em que decidir ácerca daquelles direitos, e condemnará o Reo ou Reconvindo a praticar os factos por elle designados.

230. Se porem o Juiz de Direito não poder fazer a sobredita designação dos factos necesarios para satisfazer, em todo ou em parte, os direitos do Autor ou Reconvinte, sem primeiramente se verificar judicialmente a existencia d'algum ou alguns factos de que a mesma designação dependa, designará os que poder, e remetterá as Partes a um processo ulterior, em que se verifique a existencia dos factos necesarios para á vista delles se fazer a referida designação.

231. A verificação da existencia dos factos necesarios para se fazer a designação dos que, segundo as disposições das leis do Código Civil, o Reo ou Reconvindo deve praticar para satisfazer os direitos julgados ao Autor ou Reconvinte, e a designação judicial destes ultimos factos, far-se-hão do mesmo modo que a verificação da existencia dos factos de que resultão os direitos, e a declaração judicial destes direitos, segundo os dous Titulos antecedentes (2).

[1] Vid. o § 3 da Introd.

(2) Tem tambem aqui logar o que dissemos no § 62 da Introd.

TITULO IV.

Como se ha de fazer praticar os factos necesarios para satisfazer os direitos.

CAPITULO 1.

Quando os factos forem de tal natureza que so possam ser praticados pelo Executado.

232. Quando o facto ou factos necesarios para satisfazer os direitos do Exequirente (1) forem taes que so o proprio executado os possa praticar (2), declarará o Exequirente por termo nos autos, a que assistirá o Aspirante á magistratura (3), o praso dentro do qual pretende que o Executado pratique o dito facto ou factos.

233. O Executado será citado para comparecer em dia certo e determinado (4) perante o dito Aspirante á magistratura, o qual, dando-lhe uma copia authentica do julgado, o persuadirá de que lhe convem praticar voluntariamente o dito facto ou factos, para evitar os incommodos e despesas da execução forçada.

234. Se o Executado dentro do praso marcado praticar o referido facto ou factos de modo que o Exequirente se dê por satisfeito, disso se lavrará termo, e se haverá por finda a execução.

235. Se porem os não praticar, ou os praticar de modo que o Exequirente se não dê por satisfeito, poderá o mesmo Exequirente usar do processo de que remissivamente trata o Titulo III do presente Livro a

[1] Vid. os §§ 3 e 53 da Introd.

(2) Por exemplo: Uma obra de pintura a que algum artista de merecimento distincto se obrigasse.

(3) Vid. o Art. 56.

(4) A citação far-se-ha pelo modo indicado no Cap. 2 do Titulo I do presente Livro; e o dia em que o Executado deve comparecer vai designado no Art. 282.

fim de se fixarem os factos necessários para satisfazer o direito do Exequente; isto é a quantia necessaria para a sua indemnisação (1).

CAPITULO 2.

Quando os factos podem ser praticados por pessoa differente do Executado.

236. Quando os factos necessários para satisfazer os direitos do Exequente forem taes que possam ser praticados por pessoa differente do Executado (2), proceder-se-ha na conformidade dos Art. 232 e 233. Mas se o Executado não praticar facto algum, ou o Exequente se não der por satisfeito com os que elle praticar, terá logar o seguinte.

237. O Exequente avaliará, nos termos do Art. 110, o objecto da execução, se este for illiquido, e fará o deposito ou prestará a fiança de que trata a 3.^a Parte da Tabella junta ao Primeiro Livro. Depois do que procederá o Aspirante á magistratura com os peritos necessários a uma vistoria, a fim de fazer as competentes averiguações.

238. Se pela dita vistoria se achar que o praso marcado pelo Exequente para a execução do julgado não foi rasoavel, e que o Executado, assim mesmo, fez dentro d'elle o que rasoavelmente podia fazer para cumprir o julgado, designará o Aspirante á Magistratura, no acto da mesma vistoria, o praso ainda necessario para o complemento da execução, e ficará a cargo do Exequente o deposito feito ou fiança prestada, por tal forma que, não se dando o mesmo Exequente por satisfeito com os factos

(1) Se o praso marcado ao Exequente pelo Executado nos termos do Art. 232 para a execução do julgado não tiver sido rasoavel, ou se o mesmo Exequente, devendo dar-se, se não der por satisfeito com o facto ou factos praticados pelo Executado, terá o referido Exequente de soffrer as consequencias do seu injusto procedimento, nesse processo a que pode, sim, recorrer; mas em que nada obterá pela relevante defesa que assiste ao Reo.

[2] Por exemplo: O tapamento d'uma janella, ou a demolição de um muro.

praticados pelo Executado no novo praso, terá de fazer outro deposito ou prestar outra fiança, para ter logar a futura vistoria (1).

239. Se pela referida vistoria se achar que o Executado praticou dentro do praso marcado os factos necessarios para satisfazer os direitos do Exequente, haver-se-ha por finda a execução, ficando tambem a cargo do Exequente o deposito feito ou fiança prestada (2).

240. Se porem se achar que o praso foi rasoavel, e que aquelles factos não forão praticados, ou o não forão completamente, serão os mesmos praticados por operarios, aos quaes o Exequente pagará á custa do Executado, segundo o costume da terra, e ficará o mesmo Executado responsavel ao Exequente por quantia igual ao deposito feito ou fiança prestada (3).

241. Se o facto que o Executado é obrigado a praticar for tal, que não possa concluir-se no acto da vistoria, incumbirá o Aspirante á magistratura a direcção da execução do dito facto áquelle dos peritos que for mais da sua confiança, o qual depois d'elle praticado virá á Secretaria da comarca fazer a competente declaração para se haver a execução por finda.

242. Se a vistoria de que trata o Art. 237 e seguintes, se houver de fazer em outra comarca, será requisitada ao Aspirante á magistratura dessa comarca por aquelle da comarca aonde se executa o julgado.

CAPITULO 3.

Quando os factos consistirem em o Executado entregar certa quantia de dinheiro ao Exequente.

243 Quando os factos necessarios para satisfazer os

[1] Assim fica punido o Exequente de não haver estabelecido ao Executado um praso rasoavel para a execução do julgado.

[2] Nesta especie tambem fica o Exequente punido de se não ter dado por satisfeito com os factos praticados pelo Executado, quando por satisfeito se devêra dar.

(3) Nesta especie fica o Executado punido de se não ter prestado voluntariamente a execução do julgado.

direitos do Exequente consistirem em o Executado lhe entregar certa quantia de dinheiro (1), depois do Exequente declarar por termo nos autos que pertence a execução do julgado, será o Executado citado nos termos do Art. 233 para comparecer perante o Aspirante á magistratura, o qual lhe assignará 10 dias para dentro delles depositar a referida quantia, ou nomear d'entre seus bens os necessarios para pagamento della, acrescendó neste caso á mesma quantia aquella quota parte que as leis do Codigo Civil tiverem estabelecido como indemnisação da coacção que o Exequente sofre recebendo bens em vez de dinheiro, e bem assim os juros da quantia devida, correspondentes ao tempo de um anno.

244. Se o Executado dentro do prazo assignado depositar a quantia devida — ou designar bens com que o Exequente se dê por satisfeito, disso se lavrará termo nos autos, o se haverá a execução por finda, salvo ao Executado o direito de remir os bens nomeados na conformidade do Art. 150 (2). Na 2.^a especie figurada neste Art. ficarão os bens nomeados pelo Executado em poder do mesmo Executado se forem de raiz, e se forem moveis entrarão em deposito; e se dará ao Exequente um Titulo que elle poderá conservar, vender ou negociar como bem lhe parecer (3).

(1) Esta quantia comprehende não só a que fez o objecto da demanda, mas também a vencida pela Fazenda para as despesas da administração da Justiça. Vid. o Art. 78.

(2) Como a designação de bens feitos pelo Executado não importa desde logo a alieação dos mesmos bens, como se vê deste Artigo e seguintes, de supór é que o Aspirante á magistratura, no acto de que trata o Art. antecedente, quando não consiga que o Executado deposite a quantia exigida, para ficar em contas justas com o Exequente, não deixará pelo menos de o persuadir de que lhe convem nomear bens, e taes, que o ponhão a coberto das consequencias que a falta de nomeação, ou uma nomeação insufficiente, trazem com sigio nos termos do Art. 246 e ultima parte do Art. 247. O Exequente, pela sua parte, também não deixará, sem motivo justo, de se dar por satisfeito com os bens designados pelo Executado, receando, como neste ponto deve recear, a punição da sua injustiça, attenta a disposição da 1.^a Parte do dito Art. 247. De sorte que na presente especie de Execução tudo concorre a persuadir-nos de que o negocio se arranjará asmais das vezes a contento d'ambas as Partes sem necessidade de recorrer a outros meios.

(3) O preço deste Titulo não poderá deixar de correr ao par do seu valor nominal attentas as garantias do mesmo, e o vencer juros. Vid. o

245. Se porem o Executado não depositar a quantia devida nem fizer designação alguma de bens — ou fazendo-a o Exequente se não der por satisfeito, terá então logar o disposto no Art. 237 para effeito de se proceder á competente vistoria.

246. Nesta vistoria, dada a primeira especie do Art. antecedente, se designarão d'entre os bens do Executado quantos bastem para o pagamento da quantia devida ao Exequente, respectiva quota parte pela coacção do Exequente receber bens em vez de dinheiro, e importancia do deposito feito ou fiança prestada, segundo o disposto no Art. 76: os quaes bens serão nesse mesmo acto avaliados pelos competentes peritos, e o Exequente empossado delles, do que tudo se fará menção no auto da vistoria, com o qual se haverá por finda a execução, salvo ao Executado o direito de remir (1).

247. Na segunda especie figurada no Art. 245 examinar-se-ha se os bens designados pelo Executado são sufficientes para pagamento do Exequente. Se o forem se haverá a execução por finda, salvo ao Executado o direito de remir, ficando o deposito ou fiança prestada a cargo do Exequente, ao qual se dará oTitulo de que trata o Art. 244 (2). Se não forem sufficientes proceder-se-ha na forma do Art. antecedente (3).

248. Quando o Executado nomear bens para pagamento da divida ao Exequente, não poderá nomear bens de fora da comarca tendo-os nella, nem nomear dous ou mais predios tendo um com que possa satisfazer

Art. 251, e o Art. 252 cuja disposição tem com o presente objecto uma relação manifesta.

(1) Vid. a Nota 2.^a ao Art. seguinte.

(2) Assim fica punido o Exequente de se não ter dado por satisfeito com os bens designados, quando devêra dar-se.

(3) E' esta a justa punição do Executado que tendo bens sufficientes para assegurar o pagamento da divida ao Exequente os não nomeou, ou nomeou menos do que devêra nomear. E dizemos *justa punição*; porque tendo o Executado um anno inteiro para remir os bens nomeados, durante o qual pôde obter o valor real dos mesmos na Feira de que trata o Capitulo seguinte, não deve obstar a que as cousas corraõ de modo que desde logo se dê ao Exequente umTitulo de valor permutavel, com o qual o mesmo Exequente fique satisfeito. Vid. o Art. 251.

a divida ; de sorte que nomeando o Executado bens de fora da comarca tendo-os nella, ou nomeando differentes predios podendo nomear um so, por esse simples facto se procederá (exigindo-o o Exequente) na conformidade do Art. 246, como se elle não tivesse nomeado bens alguns (1).

249. Se o valor de qualquer predio ou objecto movel destinados pelo Executado para pagamento da divida for maior que a mesma divida, proceder-se-ha (ou seja pelo Executado quando os nomear ou pelo Aspirante á magistratura no acto da vistoria de que trata o Art. 246) á divisão dos ditos bens, quando esta se possa fazer sem destruir ou diminuir consideravelmente o seu valor. Se porem a dita divisão se não poder fazer pelo sobre dito modo, far-se-ha com relação ao tempo do usufructo dos mencionados bens.

250. O Executado pôde remir os bens destinados para pagamento da divida, pagando dentro de um anno a dita divida, e nas especies do Art. 244, e 1.^a parte do Art. 247, os juros della até o momento da remissão; depois do que, lavrado o competente termo nos autos, ficarão os ditos bens livres e desembargados para o Executado, que reverterá á posse dos que na especie do Art. 246 forão entregues ao Exequente, recolhendo este os fructos pendentes ao tempo da remissão (2).

251. Passado que seja um anno sem se verificar a remissão, paga a competente sisa, será o Exequente ou qualquer outra pessoa que possuir o Titulo de que trata o Art. 244, e a 1.^a parte do Art. 247 empossado dos bens designados pelo Executado; e nas especies do Art. 246 e ultima parte do dito Art. 247 se haverá por definitiva a posse tomada pelo Exequente.

(1) Tivemos em vista neste Artigo tornar mais facil a execução forçada quando o Exequente se não der por satisfeito com os bens nomeados. E note-se que nenhuma violencia fazemos ao Executado; porque ninguém o impede d'elle vender d'entre todos os seus bens os que melhor lhe parecer, para dentro do anno remir os designados para o pagamento da divida.

(2) Na referida especie do Art. 246 recebe o Exequente os fructos pendentes em compensação dos juros da divida.

CAPITULO 4.

Dos meios de evitar, ou pelo menos de diminuir, as execuções forçadas.

252. Haverá em cada comarca um Estabelecimento destinado a emprestar dinheiro sobre penhores ou hypotheca mediante um premio razoavel (1).

253. Haverá tambem na cabeça da comarca uma Feira permanente de bens de raiz ou moveis, que seus donos pertenderem vender; a qual se effectuará pela maneira seguinte.

254. Todo o individuo que quizer vender alguns dos referidos bens, assim o declarará por Termo lavrado pelo Secretario da comarca em um livro existente na Secretaria, declarando no mesmo Termo os signaes ou confrontações dos ditos bens, em quanto os avalia, os encargos que pesão sobre elles, e bem assim indicará o nome e morada da pessoa que elle authorisa para tratar do ajuste quando queira delegar essa faculdade a outro individuo.

255. Lavrado o referido Termo, extrahirá o Secretario o competente aviso, que será exposto ao publico em uma casa para isso destinada. Estes avisos estarão

(1) Pela disposição do Art. 82, e do requisito 3.º (in fine) do Art. 111 respectivo ao deposito que o Autor é obrigado a fazer para indemnizar o Réo no caso daquelle desistir ou decahir da demanda, ficão cessando todas as execuções por custas que em tal caso o Réo teria de promover contra o Autor senão achasse a sua indemnisação garantida pelo referido deposito. Além deste meio directo de evitar as execuções, o nosso plano de execução pôde tambem ser considerado, até certo ponto, como um meio de as evitar, isto é, de evitar as execuções forçadas. Resta-nos porém empregar ainda dous meios de evitar, ou pelo menos de diminuir, as ditas execuções forçadas, e vem a ser; 1.º um Estabelecimento em cada comarca, que facilite os empréstimos de dinheiro sobre penhores ou hypotheca; 2.º uma Feira permanente de bens, em a qual possa o Executado, com mui pouca despesa, obter o verdadeiro valor de quaesquer bens que lhe pertencão, inclusive dos destinados á execução, para com o preço dell'es pagar ao Exequente, e se utilisar do resto que do mesmo preço possa haver. Tal é o objecto do presente Cap.

ali collocados por frequencias, e retirar-se-hão logo que a venda se effectue, ou o vendedor não insista nella.

256. Durante o anno marcado para a remissão dos bens destinados á execução do julgado na especie do Capitulo antecedente, poderá o Executado vender os ditos bens. Em tal caso porem não se realizará a venda sem que o Exequente se dê por pago da sua divida, ou se deposite a quantia necessaria para o pagamento della.

257. Haverá tambem na Secretaria da comarca um livro destinado para nelle se escreverem as declarações relativas a quaesquer encargos inherentes aos objectos submittidos á venda, não declarados pelos respectivo dono. Estas declarações serão assignadas pelo declarante e duas testemunhas que reconheçam a identidade da pessoa, se esta não for conhecida do Secretario, e será o dito livro facultado a quem o quizer examinar.

258. Para o dono do objecto ser admittido a fazer o Termo de que trata o Art. 254, deverá entregar nesse mesmo acto ao Secretario da comarca um por cento da avaliação do mesmo objecto; quantia esta que tambem será applicada para as despesas da administração da Justiça,

TITULO V:

Dos factos essenciaes supervenientes.

259. Se depois d'apresentada em Juizo a Exposição da pertença do Autor ou Reconvinte, até á completa execução do julgado, occorrer algum ou alguns factos que, segundo as leis doCodigo Civil, alterem d'algunha maneira os direitos que os ditos, Autor ou Reconvinte, pertendem se lhes fação effectivos, ou os factos necessarios para satisfazer esses direitos (1), os mesmos (Autor e Reconvinte) exporão as suas novas Pertenças, fundadas

(1) Vid. o § 61 da Introd.

nos ditos factos essenciaes supervenientes, por addição áquellas que anteriormente tiverem exposto.

260. Apresentada em juizo a nova Pertençaõ do Autor ou Reconvinte fundada no facto essencial superveniente, sobrestar-se-ha na marcha do processo relativamente á primeira Pertençaõ até que a nova chegue aos termos em que aquella se achava.

261. As novas Pertençaõs fundadas em factos essenciaes supervenientes processar-se-hão do mesmo modo que as anteriores Pertençaõs do Autor ou Reconvinte, em quanto não chegão aos termos em que estas se achavão (§ 62 da Introd.). D'ahi por diante serão consideradas ambas uma so Pertençaõ.

262. A deducção de facto essencial superveniente so é permittida ao Autor ou Reconvinte, e não terá logar em quanto o processo estiver concluso ao Juiz de Direito para proferir qualquer decisão, e bem assim desde que se tiver apresentado na audiencia a certidão de que tratão os Art. 206 e 220, até o Juiz de Direito da 1.^a instancia publicar nos termos dos Art. 218 e 226 o resultado da appellação ou revista (1).

TITULO VI.

Das epochas em que hão de ter logar os differentes actos do Processo Civil.

263. Os Juizes Electivos e os Juizes de Direito farão audiencias nos dias 1, 11 e 21 de cada mez não sendo domingo; porque sendo-o será a audiencia no dia

(1) Se ao Reo ou Reconvito fosse permittido alegar o facto essencial superveniente, ao mesmo tempo que faria de Procurador, sem mandato, do Autor ou Reconvinte, podia por esse meio conseguir que nunca terminasse o processo da Pertençaõ do mesmo Autor ou Reconvinte. Quanto a não se poder deduzir o facto essencial superveniente senão depois de publicada a decisão de direito, para se proferir a qual os autos tiverem subido á conclusão, é porque a dita questão de direito pode muito bem ser proferida no estado actual do processo, e deduzir-se depois o referido facto essencial superveniente para que haja de produzir os seus legaes effeitos.

seguinte. Além destas audiências os Juizes Electivos farão também audiência nos domingos para exercerem as suas funções conciliatorias.

264. A todas as referidas audiências assistirá o Secretario da comarca, ou o seu Substituto. A audiência do Juiz de Direito precederá á do Juiz Electivo.

265. A apresentação da Exposição da pertença do Autor ao Secretario da comarca, de que trata o Art. 112 pode ser feita em qualquer tempo. A tentativa por rem de conciliação terá lugar no primeiro domingo que se seguir ao nono dia depois daquella apresentação, se o Reo for morador na cidade ou villa cabeça da comarca ou nos circulos circumvisinhos — ao decimo nono sendo morador nos outros circulos da comarca — e ao vigessimo nono se for morador em differente comarca (1).

266. Sendo muitos os Reos, e moradores em differentes terras, terá lugar a tentativa de conciliação no domingo, que segundo o disposto no Art. antecedente, corresponder ao que morar em maior distancia.

267. O Secretario da comarca na 1.^a e 2.^a especie do Art. 265 officiará dentro de 4 dias (depois da referida apresentação da Exposição da pertença do Autor) ao Commissario do respectivo circulo a fim deste proceder á citação do Reo; e na 3.^a especie officiará dentro do mesmo prazo, e para o mesmo fim, ao Secretario da comarca do domicilio do Reo.

268. Não se conciliando as Partes, nem havendo decisão provisoria com que ambas se contentem, terá lugar o offerecimento da Exposição da Pertença do Autor na audiência do 1.^o de Janeiro, 1.^o de Maio, ou 1.^o de Setembro, que se seguir á tentativa da conciliação.

269. A Resposta á Pertença do Autor será offerecida na audiência de 21 dos mesmos mezes em que se offereceo a Exposição da dita pertença. A Replicá será offerecida na audiência do 1.^o de Fevereiro, 1.^o de Junho, ou 1.^o d'Outubro, que respectivamente se seguir.

[1] Sobre as disposições deste Art. e dos que se seguem Vid. o 657 da Introd. e o Art. 93.

A Treplica será offerecida nas audiencias de 11 dos mesmos mezes em que se offereceo a Replica.

270. Logo que findarem os articulados, o Secretario da comarca apresentará os autos ao Juiz de Direito para este estabelecer o estado da questão, e publicar o seu relatorio nas audiencias do 1.º dos respectivos mezes, de Março, Julho, ou Novembro.

271. As Partes podem apresentar nas audiencias de 11 dos ditos mezes as reflexões de que trata o Art. 161, e a Parte contraria a sua resposta nas audiencias de 21 dos mesmos mezes; com a qual, ou sem ella, o Secretario da comarca apresentará immediatamente os autos ao Juiz de Direito, que proferirá a sua decisão sobre as ditas reflexões, e a publicará nas audiencias de 11 dos respectivos mezes d'Abril, Agosto, ou Dezembro.

272. A declaração dos nomes das testemunhas, de que trata o Art. 163, será feita até o dia 15 dos mesmos mezes.

273. A abertura da audiencia de Jurados, para a investigação e decisão dos pontos de facto essencial controversos, terá logar nos dias 11 de Maio, 11 de Setembro, ou 11 de Janeiro, que respectivamente se seguir.

274. As Sentenças, de que trata o Art. 197, e seguintes, serão publicadas pelo Juiz de Direito nas audiencias de 11 de Junho, 11 de Outubro, ou 11 de Fevereiro, que respectivamente se seguir.

275. As Partes podem apresentar nas audiencias de 21 dos ditos mezes as reflexões de que trata o Art. 202, e a Parte contraria, a sua resposta nas audiencias do 1.º de Julho, 1.º de Novembro, ou 1.º de Março, que respectivamente se seguir; com a qual, ou sem ella, o Secretario da comarca apresentará os autos ao Juiz de Direito, que proferirá a sua decisão sobre as ditas reflexões, e a publicará nas audiencias de 21 dos ditos mezes (1).

(1) Segundo as epochas estabelecidas neste Título tem o Reo 20 dias para responder a Pertenção do Autor; este 10 dias para replicar, e o Reo outras 10 para treplicar. O Juiz tem 20 dias para estabelecer o estado da questão (bem entendido, de todas as causas do turno). As Partes tem 10 dias para fazer as suas reflexões sobre o estabelecimento da ques-

276. As épocas referidas desde o Art. 268 podem ser alteradas nas diferentes comarcas do reino segundo o exigir a commodidade dos povos, começando os quadrimestres para o turno das causas em mezes diferentes dos mencionados no dito Art. 268, a fim de todas as outras épocas indicadas para os subsequentes actos do processo soffrerem a alteração proveniente das dos mezes em que começaõ os ditos quadrimestres.

277. Nas 8 comarcas civis de Lisboa começarão os quadrimestres para cada duas comarcas em os diferentes mezes do mesmo quadrimestre; e o mesmo se observará no Porto a respeito de cada uma das 4 comarcas civis desta cidade (1).

278. Tanto a appellação como a revista serão interpostas na 1.^a ou 2.^a audiência que se seguir áquella em que foi publicada a decisão de que se recorre (2).

179. A certidão do Recorrente haver depositado a

tão, e outros 10 para lhes responder; e o Juiz tem 20 para deliberar sobre as ditas reflexões. Para os actos preparatorios do Jury há quasi um mez. Para a audiência de Jurados, e para o Juiz proferir a sua primeira decisão sobre a applicação das Leis ao facto, há o espaço de um mez. As Partes tem 10 dias para fazer as suas reflexões sobre a dita sentença, e outros 10 para lhes responder; e o Juiz tem 20 dias para as attender ou desattender como for de justiça. Relativamente ao Juiz, eis aqui como o serviço fica distribuido. De 11 de Janeiro até 11 de Fevereiro preside as audiências de Jurados, e proferê a primeira sentença nas causas de turno antecedente. De 11 de Fevereiro até 1 de Março estabelece o estado da questão nas causas do novo turno. De 1 de Março até 21 do mesmo mez ratifica ou reformá, á vista das reflexões das Partes, a primeira sentença das causas do turno antecedente. De 21 de Março até 11 de Abril altera ou ratifica o estado da questão nas causas do novo turno. De 11 de Abril até 11 de Maio forma o mappa estatístico das causas do turno antecedente, segundo o disposto no Art. 94. É este o serviço do Juiz de Direito em cada quadrimestre; porque desde 11 de Maio até 11 de Setembro, e desde 11 de Setembro até 11 de Janeiro, tem o Juiz o mesmo serviço que acima fica indicado para o espaço que decorre de 11 de Janeiro até 11 de Maio.

(1) Fica assim repartido pelos 4 mezes o serviço em Lisboa e Porto, para se evitarem os inconvenientes que da sua accumulção em so 3 épocas naturalmente resultariam para as Partes, Advogados, Procuradores &c.

(2) Não poderá pois interpor-se o recurso sem passarem pelo menos 10 dias. E para que no entretanto possa a Parte aconselhar-se, e pensar maduramente no que lhe convém fazer, e não seja o recurso simplesmente filho do ressentimento que tão natural é nas Partes quando ouvem proferir uma sentença contraria.

quántia de que tratão os Art. 206 e 220, ou prestado fiança ao seu pagamento, será apresentada na primeira audiência que se seguir áquella em que se interpoz o recurso da Sentença definitiva, ou áquella em que a mesma Sentença foi publicada, quando se não appellar della, e se tiver appellado d'algunha decisão anterior (1).

280. As sessões das Relações de que trata o Art. 207 e as do Supremo Tribunal de Justiça de que remissivamente trata o Art. 221, terão logar no 1.º de Janeiro, 1.º de Março, 1.º de Maio, 1.º de Julho, 1.º de Setembro, e 1.º de Novembro.

281. As Sentenças da 2.ª instancia e as decisões do Supremo Tribunal de Justiça sobre a concessão ou denegação da Revista serão publicadas pelo respectivo Juiz de 1.ª instancia nas audiencias de 11 dos referidos mezes (2).

282. As declarações de que tratão o Art. 232, o Art. 236 remissivamente, e o Art. 243, podem ser feitas pelo Exequente em qualquer tempo depois de proferida a Sentença. A citação porem do Executado, e o comparecimento deste na secretaria da comarca perante o Aspirante á magistratura effectuar-se-ha tudo em dias e prazos iguaes aos marcados nos Art. 265 e 266 para a tentativa de conciliação.

283. Feito o deposito ou prestada a fiança de que trata o Art. 237, e o Art. 245 remissivamente, não poderá espaçar-se a vistoria de que ali se trata por mais de 15 dias.

284. Os actos do processo respectivos ao facto essencial superveniente terão logar nas mesmas epochas referidas no presente Titulo (§§ 61 e 62 da Introd. Art. 259).

285. Se por algum motivo acontecer que qualquer dos actos do processo (que no adoptado systema de

[1]. Vid. a 1.ª Nota ao Art. 205.

(2). Os mezes de Janeiro, Março, Maio, Julho, Setembro, e Novembro, sendo aquelles em que começam os turnos das causas nas Relações e no Supremo Tribunal de Justiça segundo o Art. 280, vem a ser os que immediatamente se seguem aos turnos findos, em que se proferirão as decisões de cuja publicação se trata.

marcha officiosa do processo estão a cargo dos diferentes Empregados de Justiça) se não effectue na epoca para elle marcada, não poderá praticar-se senão na correspondente epoca do seguinte turno de causas (1).

286. Por ocasião da tentativa de conciliação , não se effectuando esta, se dará a cada uma das Partes um directorio impresso contendo a integra do presenteTitulo , e as mais instrucções necessarias para as mesmas Partes se regularem no progresso da causa.

TITULO VII.

Do Processo nas causas de pouco valor.

287. As causas, cujo valor não exceder a 50000 rs. serão processadas da maneira seguinte (§ 63 da Introd.)

288. O Juiz Electivo, ou algum dos seus Adjuntos, fará audiencia para estas causas no 1.º e no 3.º Domingo de cada mez.

289. O Autor, ou seu Procurador, comparecerá no 1.º Domingo , e exporá verbalmente a sua pertença contra o Reo, a qual será escrita pelo Secretario da comarca em um Livro para isso destinado.

290. O Reo será citado pela forma que dispõe o Cap. 2.º do Titulo 1, do presente Livro para responder á pertença do Autor na audiencia do 3.º Domingo do mez. Se nesta audiencia não comparecer nem o Autor nem o Reo, ficará o processado sem effeito. Se comparecer somente o Autor, será o Reo condemnado no pe-

(1) Temos esta disposição por muito importante ; por quanto no systema actual, em que ordinariamente o que se não faz n'um dia pode fazer-se nos dias immediatos, o que acontece é fazer-se o serviço sem regularidade , e com grande demora, não se podendo de mais a mais verificar facilmente a responsabilidade de quem assim retarda os actos do processo. No nosso systema porem não ha meio termo entre fazer-se o serviço na epoca designada na lei, e o não se fazer. O desleixo dos Empregados de Justiça apparecerá em toda a luz, e tambem não tardará o castigo desse desleixo pelo que dispõe o Art. 45 § 8.º e o Art. 46, ainda mesmo que elle não forneça motivo para uma accusação formal. Vid. o dito Art. 45 § 7.º, e o Titulo XI do Livro Terceiro.

dido. Se comparecer somente o Reo, será este absolvido da pertença do Autor. E se comparecerem ambas as Partes, procurará o dito Juiz Electivo ou Adjuncto concilia-las de modo que a questão termine. Se o não conseguir, ordenar-lhes-ha que compareção, com as provas que tiverem, no 4.º domingo do mez.

291. Se as Partes ou alguma dellas quizer produzir testemunhas, declarará o nome destas na audiencia de que trata o Art. antecedente, e o Secretario dará a cada uma das Partes que as nomear um bilhete com os nomes das respectivas testemunhas, não excedendo a quatro, a fim da mesma Parte lhes fazer o competente aviso (1).

292. No 4.º Domingo do mez o Juiz de Direito juntamente com o Juiz Electivo e seus Adjuntos, depois de fazerem em audiencia publica as investigações que julgarem a propósito, decidirão a causa como entenderem que é de justiça e equidade. Se na audiencia do 4.º Domingo do mez não comparecerem ambas as Partes ou alguma dellas, proceder-se-ha como no 3.º Domingo segundo o disposto no Art. 290.

293. As Partes devem comparecer pessoalmente, e so com justo motivo poderão ser representadas por Procurador. O ministerio dos Advogados não é admittido nesta especie de causas.

294. Para na audiencia do 1.º Domingo do mez ser admittida a pertença do Autor, deve este entregar ao Secretario da comarca a quantia de que trata a 1.ª Parte da Tabella junta ao Primeiro Livro, segundo o valor da causa, que o mesmo Autor, não sendo liquido o objecto della, avaliará naquelle acto nos termos do Art. 110. Outra igual quantia entregará o Autor ao Secretario da comarca na audiencia do 3.º domingo, para a causa ser julgada no 4.º, se por ventura não terminar no dito 3.º domingo do mez.

295. As quantias de que trata o Art. antecedente serão sempre vencidas pela Fazenda, e ficarão a cargo das Partes segundo estas acordarem na especie do Art. 290,

(1) Este aviso, assim feito da parte do Secretario, equivale á citação nesta especie de causas.

ou se julgar na do Art. 292, dando-se ao Exequente para a execução do julgado, ou acordado, uma simples copia do acôrdo ou do julgamento, a primeira assignada pelo Juiz Electivo ou respectivo Adjunto, e a segunda pelo Juiz de Direito.

TITULO VIII.

Des actos estranhos á ordem do Processo.

296. Sendo necessario praticar algum acto estranho á ordem do processo, ou seja para as Partes poderem litigar (1), ou para assegurar a execução do futuro julgado (2), ou para deduzir do dito acto algum direito ou cessação d'obrigação (3), ou finalmente para adquirir ou conservar a prova d'algum facto donde se deduza algum direito ou cessação d'obrigação, ou que sirva para provar esse facto donde o dito direito ou cessação d'obrigação se deduzem (4), praticar-se-hão os ditos actos perante a competente autoridade administrativa segundo os Regulamentos geraes que prescreverem a fôrma de taes actos.

297. A autoridade administrativa não poderá ordenar aquelles que envolverem violação do direito de propriedade, ou que de qualquer maneira offenderem a liberdade individual, ou a inviolabilidade da casa do cidadão, sem primeiro ter exactas informações ácerca das circumstancias que tornão legitimos os ditos actos, e sem que o requerente preste fiança idonea á indemnisação de quaesquer prejuizos que a Parte contraria haja de sofrer indevidamente (§§ 65 e 66 da Introd.).

(1) Por exemplo: o deposito da mulher casada para esta poder intentar contra o marido a acção de sevicias.

(2) Por exemplo: o Embargo em objecto móvel que o devedor possa subtrahir.

(3) Por exemplo: a denuncia da demanda para gozar do direito de evicção — o deposito da quantia devida, quando o credor recusa acci-la.

(4) Os depoimentos das testemunhas *ad perpetuum rei memóriam* sobre factos essenciaes ou accidentaes.

298. Queixando-se a dita Parte dos referidos prejuizos, será a questão relativa á sua indemnisação decidida pelo Jury, que, no caso de decisão affirmativa, também fixará a quantia necessaria para os satisfazer, e deliberará ácerca do dolo que porventura tenha havido da parte da autoridade administrativa, como nas causas crimes (§ 92 da Introd.).

299. Nenhum dos actos mencionados no Art. 297 será praticado sem ser por ordem escrita da respectiva autoridade administrativa, na qual ordem se diga expressamente que, não apresentando dentro de 30 dias o requerente certidão de ter offerecido em Juizo a competente acção, ficará o dito acto sem effeito algum, independentemente de nova ordem.

LIVRO TERCEIRO.***Do Processo nas Causas Crimes.*****TITULO I.*****Disposições geraes.***

300. A acção para a punição dos delinquentes é da exclusiva competencia do M. P. (§ 68 e seg. da Introd.). Tratar-se-ha porem officiosamente no processo criminal de julgar e fixar a indemnisação da Parte offendida, começando por esta indemnisação a punição do Reo todas as vezes que a dita indemnisação deva ter lugar, e for compativel com as faculdades do mesmo Reo (§ 72 da Introd.).

301. A Parte offendida ou seus herdeiros poderão intentar contra os delinquentes ou seus herdeiros a acção civil para obterem a competente indemnisação no todo, ou na parte, em que a mesma indemnisação lhes não tiver sido julgada no processo criminal (§ 71 da Introd.).

302. Ausentando-se ou homisiando-se o Reo depois de commettido o delicto, correrá o processo com o Procurador que constituir, ou á sua revelia com o Defensor Publico. A Sentença proferida contra o Reo em qualquer dos dous casos será exequivel em quanto ás penas pecuniarias, ou que se possam converter em pecuniarias (Art. 321); mas não o será no que toca a penas corporaes, sem que o Reo seja ouvido pessoalmente com sua defesa.

303. O processo criminal será officioso, e nunca haverá nelle condemnação de custas (§§ 94 e 95 da Introd.).

TITULO II.

Da participação dos delictos ao M. P.

304. As participações dos delictos ao M. P. consistem na exposição por escrito do delicto com todas as circumstancias que o acompanhárão, e a indicação das pessoas e das cousas que possão de qualquer maneira servir para a demonstração da existencia do delicto, ou da pessoa do delinquente.

305. As participações dos delictos serão feitas sob responsabilidade dos respectivos Empregados; 1.º pelos Commissarios, a respeito dos delictos commettidos nos seus respectivos circulos (Art. 51); 2.º pela authoridade administrativa do logar aonde se commetter o delicto; 3.º por qualquer Empregado publico, a respeito dos delictos de que elle tiver noticia pelo exercicio das funcções do seu Emprego. E podem tambem ser feitas; 4.º pela Parte offendida, ou seus herdeiros; e 5.º por qualquer pessoa do povo.

306. As participações das Partes offendidas ou seus herdeiros, e bem assim as de qualquer pessoa do povo, podem ser feitas a qualquer dos Commissarios dos circulos, Delegados, ou Procurador Regio do districto administrativo aonde se commetteu o delicto, ou a qualquer autoridade administrativa do mesmo districto.

307. As participações dos Commissarios dos circulos serão feitas ou transmittidas por estes ao Procurador Regio ou Delegado da respectiva comarca. As das autoridades administrativas, depois de feitas ou transmittidas pelos subalternos á principal autoridade administrativa do districto, serão por esta communicadas ao Procurador Regio do mesmo districto (§ 74 da Introd.). As participações de que tracta o n.º 3 do Art. 305 serão feitas aos Procuradores Regios do respectivo districto administrativo.

308. As participações recebidas pelos Delegados serão por estes transmittidas ao Procurador Regio do dis-

tricto, e este transmittirá tambem aos Delegados as participações que por outra via tiver recebido dos delictos commettidos nas respectivas comarcas dos ditos Delegados. O Procurador Regio transmittirá igualmente á principal autoridade administrativa do districto todas as participações de delictos que por esta lhe não tiverem sido communicadas.

309. Tanto o Procurador Regio como a principal autoridade administrativa do districto participarão (aquelle por intervenção do Procurador Geral da Coroa, e este directamente) ao Governo todos os acontecimentos de algum momento que tiverem logar em o dito districto.

310. Chegando á noticia de qualquer das autoridades superiores referidas neste Titulo o haver-se commettido algum delicto, sem que este lhe fosse participado pela autoridade subalterna immediata, aquella exigirá desta a dita participação, bem como a declaração do motivo da falta commettida (1).

TITULO III.

Das subseqüentes e immediatas averiguações do M. P. para obter as necessarias informações, tanto ácerca dos delictos como dos delinquentes.

311. Logo que o Procurador Regio ou Delegado tiver noticia pelas participações de que trata o Titulo antecedente de que na sua respectiva comarca se commetteo algum delicto, irá sem demora ao logar aonde elle se commetteo, a fim de se informar do facto occorrido, e colligir todas as informações tanto ácerca do delicto como da pessoa do delinquente.

312. Se o delicto parecer de pouca gravidade, poderá o Procurador Regio ou Delegado incumbir ao seu respectivo Ajudante a diligencia de que trata o Art. antecedente.

(1) Não sendo verosimil no presente systema que as autoridades superiores deixem de ter, já por um, já por outro modo, noticia dos delictos, offerece a disposição deste Art. aos Subalternos um motivo bem forte para fazerem pontualmente as competentes participações.

313. O referido Procurador Regio, Delegado, ou Ajudante, indo ao lugar do delicto interrogará quaesquer pessoas que melhor o possam informar do caso, mandando-as vir á sua presença, ou indo ter com ellas, como melhor lhe parecer; e reduzirá elle mesmo a escrito, sem ordem nem figura de processo, todas as referidas informações que poder obter (§ 80 da Introd.).

314. Obtidas as competentes informações ácerca do delicto e pessoa do delinquente pela maneira prescripta no Art. antecedente, serão as mesmas apresentadas pelo Procurador Regio (para o que os Delegados lhe remetterão as que obtiverão nas suas respectivas comarcas) a uma Junta, de que será Presidente, com voto, a principal autoridade administrativa do districto, e vogaes o dito Procurador Regio, e o Conselheiro do districto mais votado, na qual Junta, depois de ouvida por escrito a principal autoridade administrativa do conselho aonde se commetteu o delicto, se deliberará e decidirá á pluralidade de votos; 1.º se deve fazer-se mais alguma averiguação; 2.º se o negocio deve ser submettido ao Poder Judicial; e neste caso, se deve intentar-se uma accusação em fórma contra o Reo, ou se basta faze-lo julgar pelo Tribunal de Policia Correccional (§ 81 da Introducção).

315. No caso de se proceder a novas averiguações designará o Procurador Regio, d'entre os Empregados do M. P. do seu districto, aquelle que ha de ir proceder a ellas, ou irá elle mesmo se assim o julgar conveniente (§ 78 da Introd.) e obtidas que sejam as ditas informações se procederá novamente nos termos do Art. antecedente,

TITULO IV.

Da prisão dos delinquentes em flagrante delicto, ou quando for necessaria para assegurar a infligção da pena.

316. Em flagrante delicto, de qualquer natureza que seja, podem e devem os delinquentes ser presos,

não só pela pessoa offendida, mas por quaesquer outras que força physica tenham para os prender (1).

317. A fóra o caso de flagrante delicto, não poderão os delinquentes ser presos senão por ordem escrita da principal autoridade administrativa do concelho ou districto, e estas só a darão, quando a opinião publica indicar de uma maneira positiva o delinquente, ou qualquer das ditas autoridades souber quem elle seja, concorrendo de mais a mais as circumstancias da gravidade do delicto, e da pouca estabilidade do delinquente, que justifiquem a necessidade da prisão deste, para assegurar a inflicção da pena.

318. No caso de prisão em flagrante delicto será o delinquente conduzido immediatamente pelo aprehensor á presença da principal autoridade administrativa do concelho, a qual, á vista da informação do aprehensor — do que o preso disser em sua defesa — e mesmo de qualquer outra informação que a dita autoridade possa obter, decidirá de plano se a prisão deve ou não vigorar.

319. Effectuada a prisão do delinquente nos termos do Art. 317, ou ratificada nos termos do Art. antecedente, enviará sem demora a mesma autoridade administrativa o preso para a cadeia da cabeça da comarca, remettendo ao respectivo Procurador Regio ou Delegado a competente participação do delicto; e outro sim officiará á principal autoridade administrativa do districto, remetendo-lhe igual participação, e informando-a dos motivos ou circumstancias que a determinarão a ordenar ou a ratificar a prisão do delinquente.

320. Pertence á principal autoridade administrativa do districto, á vista da informação constante do officio

[1] Dizemos nos delictos de qualquer natureza para incluir mesmo os leves; por quanto, ainda que a autoridade administrativa possa, nos termos do Art. 318, declarar não procedente a prisão, attenta a insignificancia do delicto, cumpre todavia armar todos os cidadãos do poder de prender o delinquente em flagrante, não só para se obstar á continuação ou progresso de qualquer delicto, mas tambem para conseguir que todo o cidadão seja circumspecto em sua conducta, achando-se sempre, para assim dizer, na presença do Tribunal, que tem o poder de o julgar, e mesmo de o punir até certo ponto.

de que trata o Art. antecedente, e d'outras quaesquer que possa obter, ou conservar o Reo na cadeia até ser julgado, ou manda-lo soltar antes da Sentença sob fiança, se esta lhe parecer admissivel, ou mesmo sem ella quando a julgar desnecessaria.

321. A obrigação do fiador consistirá em pagar ao Estado o equivalente da pena corporal que foi imposta ao Reo (1) se até um mez depois da sentença o não apresentar, para lhe ser infligida a dita pena; a qual, não obstante aquelle pagamento, será infligida ao Reo logo que este possa ser preso.

322. As autoridades administrativas no que toca á prisão dos presumidos delinquentes, ou á sua soltura, com fiança ou sem ella, antes de sentença, obrarão segundo exigirem as circumstancias sob sua responsabilidade, mas sem que de seus actos haja recurso algum, excepto o de queixa ao Governo. Se porem o Reo for julgado innocente pelo Jury, e esto lhe arbitrar alguma indemnisação, deliberará tambem o dito Jury sobre se é ou não suspeita de dolo a autoridade administrativa que mandou prender o Reo (§§ 90 e seg. da Introd.).

323. A quantia arbitrada pelo Jury para indemnizar o Reo innocente ser-lhe-ha immediatamente paga pelo Estado, ao qual fica competindo a acção criminal contra a autoridade administrativa que mandou prender o Reo, se o Jury a tiver declarado suspeita de dolo (2).

324. Quando o Reo se achar em districto differente daquelle aonde cometteu o delicto, poderá a principal autoridade administrativa deste districto requisitar por um simples officio dirigido á principal autoridade administrativa da residencia do Reo, a prisão do mesmo, a qual autoridade a fará verificar sob a responsabilidade da deprecante.

325. A prisão dos presumidos delinquentes, da qual se trata no presente Titulo, não se estenderá a mais de

[1] Para este effeito [e só para elle] supponho existir uma Tabella que fixa a quantia equivalente ás differentes penas corporaes.

[2] Em o nosso systema é esta acção tambem competente para o Estado haver a sua indemnisação da quantia que pagou ao Reo.

15 dias, se dentro delles não forem chamados ao Tribunal de Policia Correccional, ou se lhes não entregar a copia do libello accusatorio offerecido em juizo pelo M. P.; em cujo ultimo caso ficará a prisão prorogada somente até a audiencia de Jurados, em que o processo do Reo deva entrar segundo os prazos marcados na lei e a marcha officiosa do mesmo processo.

326. A ordem que acompanhar o preso, para o Carcereiro o recolher na cadeia, não será exequivel se não for redigida por tal forma que para o mesmo Carcereiro o soltar, nos termos do Art. antecedente, não precise de nova ordem.

TITULO V.

Do libello accusatorio, da defesa do Reo , e dos actos preparatorios do Jury.

327. Se a deliberação de que trata o Art. 314 for que se intente contra o Reo uma accusação regular, será o libello accusatorio apresentado na Secretaria da comarca aonde se commetteo o delicto, pelo principal Empregado do M. P. da dita comarca.

328. O referido libello conterá a exposição do facto praticado pelo Reo, com todas as circumstancias de que o mesmo facto se revestio; e a sua conclusão será — que á vista da dita exposição, e das provas que sobre ella se hão de produzir, ha de parecer ao Jury que o Reo commetteo o delicto de que trata tal Art. do Codigo Penal (o qual Art. será transcripto no libello); pelo que deverá o mesmo Reo ser condemnado a indemnisar a Parte offendida, e a sofrer aquella pena que ao Jury parecer mais proporcionada ao delicto, attento o grao de culpabilidade do Reo, e as suas particulares circumstancias relativamente á pena que se lhe houver de impor.

329. Quando tiverem parte no delicto mais que um Reo, serão todos accusados em um so libello; posto que este possa conter partes distinctas para cada um delles.

330. Do libello accusatorio se dará ao Reo (ou a cada um dos Reos sendo mais que um) ou a seu Procurador, e na falta de um e outro ao Defensor Publico, a competente copia, para effeito do dito Reo deduzir a sua defesa.

331. O Reo poderá contestar o Libello accusatorio — negando que seja prohibido pela disposição do Código Penal, citada no Libello, o facto que se lhe imputa — negando ter praticado o dito facto — e finalmente negando algumas circumstancias do facto expendidas no libello, acrescentando outras, ou fazendo uma e outra cousa, de modo que o dito facto fique alterado a ponto de ja não ser prohibido pela citada disposição do Código Penal, ou, pelo menos, fique revestido de circumstancias taes que, diminuindo a culpabilidade do Reo hajão tambem de minorar a pena que lhe deve ser imposta

332. Tanto o libello accusatorio como a defesa do Reo (exceptuada a primeira especie de que trata o Art. antecedente) serão acompanhados do 1.º e 2.º requisito do Art. III, com a differença porem de que não são precisas as publicas fórmãs dos documentos originaes.

333. Os actos preparatorios do Jury, nas causas crimes, praticar-se-hão do mesmo modo que nas causas civeis, segundo o disposto no Cap. 10 do Titulo I do Livro Segundo.

TITULO VI.

Do julgamento das causas crimes.

334. O Jury para o julgamento das causas crimes será formado do mesmo modo que nas causas civeis, com a differença porem de que será composto de 15 Jurados.

335. Formado o Jury, deferirá o Juiz de Direito o juramento aos Jurados empregando a seguinte formula: Vós juraes na presença de Deos e dos homens, que haveis de prestar toda a attenção ao negocio de que vamos

tratar, e decidir os quesitos, que vos hei de propor, segundo o estado da vossa convicção, depois das indagações a que vamos proceder sobre cada um delles? Cada um dos Jurados, pondo a mão nos Santos Evangelhos, dirá em voz alta: Assim o Juro.

336. Deferido o juramento aos Jurados, e recolhidas as testemunhas, como nas causas civeis, a quartos para ellas destinados, lerá o Juiz de Direito aos Jurados o libello accusatorio e a defesa do Reo; finda a qual leitura, lhes exporá com precisão e clareza o estado da questão, attenta a especie de defesa de que o Reo tiver usado nos termos do Art. 331, e os quesitos de que trata o Art. 49.

337. Dirá então o Juiz de Direito aos Jurados: O primeiro quesito que cumpre investigar é — se o Reo commetteo o delicto de que trata o Art. doCodigo Penal citado no libello — (Art. 49). O Juiz de Direito lerá novamente o dito Art., e passará a fazer sobre o referido quesito, do mesmo modo que nas causas civeis, todas as indagações para descobrir a verdade.

338. O disposto desde o Art. 178 inclusive até o Art. 186, é applicavel ás causas crimes, á excepção do que dispõe o dito Art. 186 relativamente aos discursos dos Advogados.

339. Depois de qualquer testemunha prestar o seu depoimento, se este divergir essencialmente da informação por ella dada ao Empregado do M. P. nos termos do Art. 313, poderá o mesmo Empregado lêr perante o Jury a dita informação, e interrogar a testemunha sobre os motivos da sua divergencia.

340. Feitas as averiguações respectivas ao 1.º quesito, que ao Juiz, Jurados, Empregado do M. P., Reo e seu Advogado ou Defensor Publico, parecerem conducentes ao descobrimento da verdade, dará o Juiz de Direito a palavra ao Empregado do M. P. e depois deste ao Advogado do Reo ou Defensor Publico, para fazerem sobre o quesito em questão as reflexões que lhes parecerem justas, assim de facto como de direito (§ 24 da Introd.), podendo os sobreditos replicar uns aos outros.

341. Terminadas as reflexões de que trata o Art. antecedente, perguntará o Juiz de Direito aos Jurados se carecem de mais alguma averiguação que se possa fazer naquella acto, e a fará se elles a exigirem. Depois do que, e de ainda ouvir o que o Reo mais quizer pessoalmente allegar sobre o quesito em questão, fará uma exposição clara e succinta dos motivos apresentados na discussão, quer contra, quer a favor do Reo, a fim d'habilitar os Jurados a decidir o mencionado quesito com conhecimento de causa.

342. Logo que o Juiz de Direito acabar a sua exposição, fará distribuir a cada um dos Jurados duas esferas, uma branca e outra preta — fará apresentar a urna ao Empregado do M. P., ao Reo e seu Advogado ou Defensor Publico, e aos Jurados, para se certificarem de que ella está vazia — lançará na mesma urna 12 esferas, 6 brancas e 6 pretas — e explicará aos Jurados a razão porque a lei manda praticar este acto, tudo como nas causas civeis, segundo o Art. 188. Depois do que dirá aos Jurados: O primeiro quesito sobre que tendes a decidir é, como ja sabeis, — se o Reo commetteo o delicto de que trata o Art. do Codice Penal citado no libello — (o Juiz lerá outra vez o dito Art.). Os Snrs. Jurados, que não estiverem persuadidos de que o Reo commetteo o dito delicto, lançarão naquella urna (indicando-lhi-a) a esfera branca, e os que estiverem persuadidos de que elle o commetteo, lançarão a esfera preta.

343. Cada um dos Jurados irá lançar na urna a esfera correspondente á sua opinião, as quaes esferas serão extrahidas da mesma urna, bem como serão confundidas as que nella restarem depois do vencimento da questão, tudo como nas causas civeis segundo os Art. 190, 191, e 192, com a differença porem de que, para a questão se vencer a favor, ou contra, o Reo, são necessarias 14 esferas brancas, ou 14 esferas pretas.

344. Decidindo-se que o Reo commetteo o delicto de que trata o Art. do Codice Penal citado no libello accusatorio, dirá o Juiz de Direito aos Jurados: Vamos agora tratar do 2.º quesito, a saber — se o Reo deve á Parte offendida alguma indemnisação, e qual esta dêva

ser? — (Art. 49). Sobre o qual quesito fará o dito Juiz todas as indagações que possam concorrer para os Jurados o decidirem com acôrto, procedendo em tudo e por tudo na conformidade dos Art. 337, 338, 339, 340, e 341.

345. Acabada a exposição do Juiz ácerca do 2.º quesito nos termos do referido Art. 341, fará o mesmo Juiz distribuir a cada um dos Jurados uma pequena tira de papel e um lapis, e depois de fazer apresentar a urna segundo o disposto no Art. 342 para todos se certificarem de que ella está vazia, dirá aos Jurados: O segundo quesito sobre que tendes de decidir é, como sabeis — se o Reo deve á Parte offendida alguma indemnisação, e (em caso affirmativo) qual esta deva ser? — Determina a lei que a deliberação sobre este quesito preceda a do que diz respeito a qualquer outra pena que deva ser imposta ao Reo, porque, sendo os delinquentes responsaveis pelo damno que causarão, justo é que pela reparação do dito damno comece a sua punição; e é mais razoavel que a quantia, fixada pelo Jury para a indemnisação da Parte offendida, tenda a diminuir as penas que de mais devão ser impostas aos Reos, do que estas tendão a diminuir aquella indemnisação. Ides pois deliberar agora sobre a indemnisação da Parte offendida. Os Srs. Jurados que forem de opinião que esta indemnisação não tem logar, escreverão nas tiras de papel, que lhes forão distribuidas, a palavra — nada —, e os que forem d'opinião que ella deve ter logar, escreverão nas ditas tiras de papel a quantia que para a mesma indemnisação lhes parecer razoavel.

346. As referidas tiras de papel serão lançadas pelos Jurados na urna, e della extrahidas como as esferas, e vencer-se-ha que não tem logar a indemnisação da Parte offendida, se houver 8 votos negativos, álias vencer-se-ha a indemnisação em que concordarem 8 votos, e na falta de concordancia, regulará a quantia menor das 8 maiores.

347. Fixada pelo Jury a indemnisação da Parte offendida, será permittido ao Reo, antes de se passar á discussão do 3.º quesito, prestar fiança ao pagamento

da mesma indemnisação, a fim de que a certeza desta se realisar influa, como é natural, a favor do mesmo Reo na decisão do dito 3.º quesito (Art. 49) relativo á pena que elle de mais a mais deverá soffrer. O Juiz pois advertirá o Reo da faculdade que a lei lhe concede, e terminado este incidente, declarará aos Jurados que se vai tratar do referido 3.º quesito; a saber — se o Reo deve soffrer mais alguma pena, e (em caso affirmativo) qual deva ser esta pena — (1).

348. A respeito do mencionado 3.º quesito procederá o Juiz do mesmo modo que a respeito do 2.º, com a differença porem de que para a resolução deste 3.º quesito são ordinariamente necessarias duas votações; a primeira para decidir se o Reo deve soffrer mais alguma pena e de que especie esta deve ser, e a segunda para determinar o tempo da sua duração. Na primeira vencer-se-ha que não tem logar mais pena alguma, se houver 8 votos negativos, aliás vencer-se-ha a especie de pena em que concordarem 8 votos, e na falta de concordancia regulará a especie de pena menos grave das 8 mais graves (2) Na segunda vencer-se-ha o tempo em que concordarem 8 votos, e na falta de concordancia regulará o tempo menor dos 8 maiores.

349. Se a decisão do 1.º quesito for negativa, procederá o Juiz de Direito, immediatamente depois da dita decisão, a respeito do quesito — se o Estado deve ao Reo alguma indemnisação, e qual esta deva ser? — (Art. 49) do mesmo modo que a respeito do 2.º quesito.

350. Se a decisão do quesito relativo á indemnisa-

[1] O Juiz adverte o Reo da faculdade que lhe concede este Art. mais por fôrma do acto, do que para fazer constar ao Reo uma faculdade legal, que este deve ja saber, e que o deve ter determinado a dispor as cousas de modo que o seu fiador esteja presente na audiencia. Quanto ao fundo da disposição, se eu me não engano, ha de ella muitas vezes fazer apparecer, debaixo da fôrma de uma fiança, o proprio objecto roubado, que no systema do nosso actual processo se esconde mui cauteloosamente, como o unico meio de fornecer ao Reo algum lenitivo nos trabalhos que o esperão no degredo.

[2] Nós suppomos que no Cathalogo de que trata o § 89 da Introd. se achão as penas enumeradas por sua ordem desde a mais pequena até á maior.

ção do Reo lhe for favoravel, e o mesmo Reo tiver estado preso, procederá o Juiz de Direito a respeito do quesito — se a autoridade administrativa, que mandou prender o Reo, é suspeita de dolo — (Art. 49) do mesmo modo que a respeito do primeiro quesito (§§ 91 e 92 da Introd.).

351. A investigação e discussão de cada um dos quesitos, de que se tem tratado, será simultanea para todos os Reos, quando haja mais que um; a votação porém será especial para cada um delles, fazendo nesse acto o Juiz de Direito retirar da audiencia todos os outros Reos, de modo que so fique aquelle a quem a votação diz respeito.

352. Na especie do Art. 344 condemnará o Juiz de Direito o Reo na indemnisação arbitrada pelo Jury, e na pena por este indicada nos termos do dito Art. 344 e seguintes até 348 inclusive. Na especie do Art. 349 absolverá o Reo, e condemnará o Estado na indemnisação, que tambem for arbitrada pelo Jury nos termos do dito Art. 349.

353. A Sentença do Juiz de Direito será por elle escrita na mesma audiencia do julgamento, e nella publicada pelo Secretario, com cuja publicação terminará o acto, do qual o mesmo Secretario lavrará a competente acta, que será assignada pelo Juiz e pelo referido Secretario depois deste a ler publicamente.

TITULO VII.

Dos recursos.

354. Havendo no processo criminal preterição ou alteração de formulas legais, tanto o Empregado do M. P. como o Reo, ou Defensor Publico, podem interpor da decisão do Juiz de Direito o recurso de revista para o Supremo Tribunal de Justiça.

355. O recurso de revista, nas causas crimes, interpõe-se e processa-se do mesmo modo que nas causas civis com as seguintes differenças; 1.^a suspende desde

logo a execução do julgado; 2.^a não é precisa a certidão do depósito ou fiança de que trata o Art. 220; 3.^a a decisão do Supremo Tribunal de Justiça versa sobre a nullidade do processo, ou d'algum acto d'elle, para effeito de mandar instaurar outro processo, ou proceder de novo ao acto ou actos annullados.

TITULO VIII.

Da execução do Julgado nas causas crimes.

356. As Sentenças proferidas no processo criminal serão executadas, na parte que impozer aos Reos penas pecuniarias, como as sentenças proferidas no processo civil.

357. Os Reos condemnados em penas corporaes serão entregues á principal autoridade administrativa do respectivo districto, para satisfazerem ao julgado debaixo da inspecção da mesma autoridade, a qual informará o Governo de todas as circumstancias, que possão influir no exercicio do Poder Moderador, pelo que respeita ao perdão ou minoração das penas (§ 90 da Introd.).

358. As Sentenças proferidas no processo criminal, quer sejam condemnatorias quer absolutorias, logo que passarem em julgado, serão por ordem da respectiva autoridade administrativa afixadas no logar do delicto. Nos delictos graves e nos atrozes serão tambem impressas as sentenças criminaes condemnatorias, para, no caso dos primeiros, serem distribuidas pelos Parochos das freguezias do respectivo districto administrativo, e no caso dos segundos, pelos de todo o reino, os quaes nas suas respectivas Igrejas, na occasião de maior concurso do povo para satisfazer os preceitos da religião, lerão aos freguezes as ditas sentenças criminaes, acompanhando esta leitura de convenientes explicações, e de uma pratica tendente a inspirar amor á virtude e o horror do vicio (§ 93 da Introd.).

TITULO IX.

Das epochas em que hão de ter logar os differentes actos do processo criminal.

359. O libello accusatorio, de que trata o Art. 328 pode ser apresentado em qualquer dia na secretaria da comarca pelo respectivo Empregado do M. P., a quem o Secretario dará o competente recibo (§ 94 da Introd.).

360. O Secretario da comarca entregará a copia, de que trata o Art. 330, dentro de 48 horas depois da apresentação do libello, ao Reo, se este estiver preso. Não estando preso o Reo, entregará a dita copia dentro do mesmo praso, ou no domicilio do mesmo Reo, se elle morar na cidade ou na villa cabeça da comarca, ou no domicilio do Procurador que elleahi tiver constituido.

361. Se o Reo não estiver preso, não morar na cidade ou villa cabeça da comarca, nemahi tiver constituido Procurador, entregará o Secretario da comarca a copia do libello accusatorio dentro do referido praso de 48 horas ao Defensor Publico, e officiará immediatamente ao Commissario do circulo do domicilio do Reo, a fim deste ser citado para deduzir a sua defesa, ou pelo dito Defensor Publico, ou por outro qualquer Advogado residente na cabeça da comarca, que o mesmo Reo constitua seu Procurador, o qual haverá do Defensor Publico a cópia que a este fôra entregue pelo Secretario da comarca.

362. A defesa do Reo será apresentada na Secretaria da comarca dentro de um mez depois da entrega da cópia do libello nos termos dos dous Art. antecedentes.

363. Os actos preparatorios do Jury, de que trata remissivamente o Art. 333, serão praticados logo depois do Reo apresentar a sua defesa, e sendo mais que um os Reos com differentes defesas, depois da apresentação da defesa de todos, ou passado o praso estabelecido para a sua apresentação.

364. O julgamento das causas crimes nas comarcas do reino, á excepção das criminaes de Lisboa e Porto, effectuar-se-ha com os mesmos Jurados das causas civeis, não só na reunião delles para o julgamento das ditas causas civeis, mas também em outra reunião de Jurados 2 mezes depois, para o que os Jurados de cada uma das Pautas comparecerão novamente na cabeça da comarca 6 mezes depois da sua primeira reunião.

365. Nas comarcas criminaes de Lisboa e Porto as Pautas dos Jurados para o serviço criminal serão differentes das do serviço civil, e extrahidas como estas do quadro geral dos Jurados, assistindo á extracção um dos Juizes Criminaes por turno, cujo Secretario avisará os Jurados por intervenção dos Commissarios dos respectivos circulos, para comparecerem no dia competente.

366. No primeiro dia de cada mez se reunirão em as ditas Cidades os Jurados da respectiva Pauta, para julgarem com cada um dos Juizes das comarcas criminaes as causas que se tiverem apromptado até o dia 15 do mez antecedente, segundo uma Tabella feita pelos mesmos Juizes, na qual serão collocadas por sua antiguidade, primeiramente as causas pertencentes ao Juiz que assistio á extracção da Pauta dos Jurados, e depois as pertencentes aos outros Juizes por sua ordem.

367. Não se podendo dar expediente a todas as causas da Tabella dentro de um mez, continuarão os Jurados da Pauta do dito mez, findo elle, a julgar as causas que restarem, sem que por isso se retarde a reunião dos Jurados, e o julgamento das causas pertencentes ao mez seguinte, para o que haverá duas casas em que estes processos se julguem.

TITULO X.

Do processo nos delictos de pouca gravidade.

368. Se á Junta mencionada no Art. 314 parecer que o delicto de que se trata, attenta a sua pouca gravidade, ficará sufficientemente punido com as penas que aos Reos podem ser impostas pelo Tribunal de Policia

Correccional, segundo o Art. 376, e ordenar que o negocio seja levado perante o dito Tribunal, proceder-se-ia da maneira seguinte (§ 98 da Introd.).

369. O Empregado do M. P. da respectiva comarca exporá por escrito o facto praticado pelo Reo, indicando o Art. do Codigo Penal que constitue delicto o dito facto. Outro sim ajuntará a esta exposição quaesquer documentos que lhe possam servir de prova, e nomeará até 4 testemunhas que sobre a mesma exposição hajão de depor.

370. A exposição de que trata o Art. antecedente será entregue em duplicado pelo dito Empregado do M. P. ao Secretario da comarca, que indicando o dia em que ha de ter logar o julgamento da causa, segundo o disposto no Art. 372, entregará, sem demora, um dos duplicados ao Reo, se este estiver preso, e se o não estiver, lho fará entregar pelo Commissario do respectivo circulo, o qual citará para comparecerem no dia designado, não so o Reo, mas tambem as testemunhas da accusação, e as que o Reo lhe indicar para depõem em sua defesa.

371. O Tribunal de Policia Correccional compõe-se em cada uma das comarcas do reino (excepto as eriminaes de Lisboa e Porto nas quaes o não ha) do respectivo Juiz de Direito, do Juiz Electivo e qualquer dos seus Adjuntos. Este Tribunal funcionará somente nos domingos depois das 10 horas da manhã (1).

372. Para o julgamento da causa designará o Secretario da comarca o domingo immediato áquelle que se seguir ao dia da apresentação da exposição de que trata o Art. 369 na Secretaria da comarca.

373. Em o referido domingo, presente o Empregado do M. P. — o Reo e seu Advogado, e na falta deste, ou d'ambos, o Defensor Publico, lerá o Juiz de Direito em publica audiencia a exposição de que trata o referido Art. 369. Depois do que o mesmo Juiz interrogará o Reo, as testemunhas, e fará todas as mais a-

(1) Temos em vista, alem da economia de tempo, o dar, neste dia de descanso, aos povos [principalmente nas Provincias] uma especie de divertimento que ao mesmo tempo lhes sirva de instrucção.

veriguações necessárias para elle e demais Membros do Tribunal formarem o seu juizo a respeito de cada um dos pontos, sobre que os Jurados deliberão nas causas crimes, segundo o Art. 49.

374. Terminadas as investigações, conferenciarão entre si (mas publicamente) os Membros do Tribunal, e o que por elles for acordado, ou se vencer por maioria de votos, formará a decisão da causa ou sentença, que o Juiz de Direito reduzirá a escripto, e assignará juntamente com o Juiz Electivo e Adjunto, para ser naquella mesmo acto publicada pelo Secretario.

375. De tudo o que se passar na audiencia lavrará o Secretario da comarca a competente acta, que igualmente será assignada pelos Membros do Tribunal depois de publicamente lida pelo dito Secretario.

376. O Tribunal de Policia Correccional não poderá impor ao Reo maior pena corporal que 15 dias de prisão, nem maior pena pecuniária que a multa de 50000 rs. incluindo-se nella a indemnisação da parte offendida quando deva ter logar. Se porem o Empregado do M. P. mostrar por documento authenticico que o Reo paga maior contribuição directa, poderá a dita multa subir á quantia da contribuição, com tanto que não exceda a 50000 rs. (1).

377. Das Sentenças absolutórias proferidas pelo Tribunal de Policia Correccional não haverá recurso algum. Das condemnatorias poderá o Reo apellar para o Jury, aonde o negocio será tratado com as solemnidades regulares do processo criminal, e onde se poderá impor ao Reo qualquer pena que pareça proporcionada ao delicto (2).

378. As Sentenças do Tribunal de Policia Correccional, logo que passem em julgado, serão executadas como as proferidas no processo criminal ordinario, segundo o disposto no Titulo VIII do presente Livro.

(1) Assim se mantém a igualdade da multa, que, fixada n'uma quantia certa, seria tão desigual como a fortuna dos individuos a quem fosse applicada.

(2) Vid. a Nota ao § 89 da Introd.

TITULO XI.

Do processo nos delictos commettidos pelos Empregados de Justiça, ou contra os Empregados de Justiça, no exercicio de suas attribuições.

379. Todos os Empregados de Justiça podem servir-se da força publica, para remover qualquer obstaculo que se oponha ao livre exercicio de suas attribuições legaes; e bem assim para prender e fazer entregar á competente autoridade administrativa, como apprehendido em flagrante delicto, todo o individuo que os insultar ou desacatar. Os delictos porem commettidos pelos Empregados de Justiça no exercicio de suas funções legaes serão processados da maneira seguinte (§ 96 da Intr.).

380. Nesta especie de delictos serão as participações, de que trata o Titulo II do presente Livro, feitas pelas pessoas ahi mencionadas, e pelos Empregados de Justiça contra quem se tiver commettido o delicto, ou directamente ao Procurador Geral da Coroa, ou a qualquer dos Procuradores Regio ou Delegados do districto administrativo do domicilio do delinquente, os quaes as remetterão pelo primeiro Correio ao dito Procurador Geral da Coroa.

381. Logo que o Procurador Geral da Coroa receber alguma das ditas participações, envia-la-ha a qualquer Empregado do M. P. do respectivo districto administrativo, que for mais da sua confiança, a fim d'este proceder ás averiguações de que trata o Titulo III do presente Livro, e lhe remetter o resultado das mesmas averiguações. O Procurador Geral da Coroa, á vista destas averiguações, poderá mandar proceder a novas investigações, e nesse caso incumbi-las-ha ao mesmo Empregado do M. P., ou a outro, como melhor lhe parecer (§ 78 da Introd.).

382. Obtidas as informações do delicto, submeterá o Procurador Geral da Coroa o negocio ao Supremo Tribunal de Justiça, para este deliberar se o Reo deve ou não ser accusado. Esta deliberação será proferida

mediante o processo estabelecido no Art. 221 e seguintes com a so differença de que a distribuição de que trata o dito Art. 221 poderá ter logar em qualquer sessão do Tribunal.

283. Deliberando o Supremo Tribunal de Justiça que o Reo seja accusado, formará o Procurador Geral da Coroa o libello acusatorio, e envia-lo-ha ao Empregado do M. P. que obteve as informações do delicto, e o dito Empregado do M. P. fará entregar immediatamente uma copia do mesmo libello ao Reo, a fim deste poder deduzir a sua defesa.

384. Tanto as provas da accusação, como as da defesa, serão obtidas pelo modo indicado no Titulo VIII do Livro Segundo; e depois de juntas aos autos, haverá vista delles o Advogado do Reo para dizer, tanto de facto como de direito, o que se lhe offerecer; com a qual resposta, o sobredito Empregado do M. P. enviará os autos ao Procurador geral da Coroa, que, dando tambem nelles a sua resposta, submeterá novamente o negocio ao Supremo Tribunal de Justiça.

385. O Supremo Tribunal de Justiça, mediante então o mesmo processo indicado no Art. 382, absolverá o Reo ou lhe imporá a pena que lhe parecer mais proporcionada ao delicto. Esta decisão será executada pelos meios ordinarios sob a inspecção do Procurador Geral da Coroa, que dará conta da effectividade da mesma execução ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

386. Os delictos commettidos pelos Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, ou contra os Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, no exercicio de suas funções, serão processados nos termos do presente Titulo perante um Tribunal composto de tantos Membros como os do Supremo Tribunal de Justiça, extraídos, na conformidade do Art. 46, da camara dos Pares e da dos Deputados, os quaes Membros elegerão Presidente, e este designará a pessoa que hade servir de Secretario (§ 97 da Introd.).

LIVRO QUARTO.

.....
.....
.....

O Livro Quarto ha de conter, como se diz no E-
lenco, as formulas e instrucções para os differentes actos
do processo, tanto civil como criminal; as quaes são ab-
solutamente necessarias para completar o nosso Plano, que
foi — estabelecer os principios na Introducção — desenvol-
ve-los nos 3 primeiros Livros — e mostrar o modo pra-
tico da sua execução no 4.^o Mas a occasião opportuna
de trabalhar neste importante assumpto é, sem duvida,
a indicada a pag. 48, no methodo que temos por mais
efficaz (senão *único*) de conseguir em poucos annos uma
verdadeira Reforma Judicial, sobre o qual chamâmos a
attenção do Leitor.

Appendix

CONTENDO AS BASES D'UMA

NOVA

ORGANISAÇÃO DO SERVIÇO PUBLICO,

**EM A QUAL O INTERESSE PESSOAL DOS EMPREGADOS FICA
DE TAL FORMA LIGADO AO INTERESSE PUBLICO, QUE
PARA ELLES OBTEREM AQUELLE, FORÇOSO LHE
HA DE SER OBRAR DA MANEIRA MAIS
CONFORME A ESTE.**

Les déclamations continuelles des moralistes contre la méchanceté des hommes prouvent le peu de connaissance qu'ils en ont. Les hommes ne sont point méchants, mais soumis à leurs intérêts. Les cris des moralistes ne changeront certainement pas ce ressort de l'univers moral. Ce n'est donc point de la méchanceté des hommes, dont il faut se plaindre, mais de l'ignorance des législateurs, qui ont toujours mis l'intérêt particulier en opposition avec l'intérêt général.

HELVETIUS.

§ 1. O Serviço Publico será dividido nos diferentes ramos, em que elle naturalmente se divide; e estes serão sub-divididos por tal forma que os respectivos Empregados tenham no exercicio de suas attribuições uma occupação continuada, mas que razoavelmente possam desempenhar (1).

(1) Queremos que os Empregados Publicos tenham no exercicio de suas funções uma occupação continuada; porque nos parece que não deve haver estes Meio-Empregados, que exercem as funções do seu emprego de envolta com as do seu mister, officio, ou profissão particular. Um Empregado Publico deve ser so Empregado Publico, para que no exercicio de suas attribuições nenhum objecto o distraja de sua missão.

§ 2. Haverá em cada ramo do serviço publico diferentes logares, os quaes, desde os mais inferiores até os mais elevados tanto em ordenado como em preeminencia dos Empregados, formarão uma escala com o conveniente numero de graos (1).

§ 3. Cada ramo do serviço publico terá uma classe especial de Empregados, que, começando sempre a sua carreira pelos logares mais inferiores do respectivo ramo, terão direito a ser promovidos aos logares superiores do mesmo ramo, segundo sua antiguidade e bons serviços. O Governo não os poderá demittir, e so poderão perder o seu emprego por decisão do Poder Judicial, sendo contrencidos de haver tido desleixos ou commettido erros, a que a lei tenha imposto essa pena (2).

social, para bem desempenhar a qual todas as suas faculdades são ainda poucas.

Dirão que em tal caso cumpre augmentar o ordenado a alguns dos Empregados actuaes. Sim, cumpre, dizemos nós; mas não se adduza isso como argumento contra o nosso systema de organização do serviço publico; porque podendo nelle um Empregado fazer o serviço de dous Meio-Empregados no systema actual, vem o menor numero de ordenados a contrabalançar o respectivo augmento de cada um.

Dirão tambem que é necessario estabelecer ordenados áquelles que os não tem, como são os Regedores de Parochia e os Juizes Eleitos. A isso respondemos nós, que, havendo sido a ignorancia, a incapacidade (e não sabemos se a ruindade) da maior parte desses Empregados que estão em contacto com o povo e formão o ultimo, mas muito interessante, elo da cadeia da autoridade publica, uma das principaes causas por que tão atrasados nos achámos nos diferentes ramos da publica administração, convém muitissimo o deixar-mo-nos de freguezias como divisão politica, para estabelecermos Circulos de diferentes grandezas segundo as circumstancias locais, de modo que formem a sua competente escala, e introduzirmos uma nova classe de Empregados, que, sobre terem as necessarias habilitações litterarias, seja o seu bom serviço garantido pelas demais providencias de que trata o nosso plano de organização do serviço publico; os quaes poderão denominar-se *Commissarios geraes*, pelo serem effectivamente de todas as autoridades superiores, cujas ordens devem executar, nos seus respectivos circulos. Ora a estes Empregados verdade é que se lhes ha de estabelecer ordenado, mas bem merecido ordenado, se attendermos aos muitos e valiosos serviços que hão de prestar á nação.

(1) Quanto maior for o numero de graos da escala, tanto mais frequentes serão as promoções que a lei em nome do Estado offerece aos Empregados em premio de seus bons serviços, e por consequencia tanto maior será a influencia desse premio na conducta dos mesmos Empregados.

(2) De haver uma classe especial de Empregados para cada ramo

§ 4. O Governo nomeará para os logares de 1.^a entrancia os pertendentes, que durante o competente concurso se tiverem apresentado com melhores habilitações litterarias, e demais qualidades, que a lei exigir para o exercicio das funcções do respectivo ramo. As promoções para os logares superiores serão feitas pelo Governo sob Proposta ou Consulta do Supremo Tribunal de Justiça (1).

§ 5. Todos os Empregados Publicos da nomeação do Governo estarão sujeitos no exercicio de suas funcções, não só á fiscalisação do mesmo Governo, mas também á *residencia popular*; que consistirá no voto d'approvação ou reprovação, dado por escrutinio secreto, dos actos praticados pelo respectivo Empregado no exercicio de suas funcções, tomados collectivamente. Aquella fiscalisação terá logar todos os annos na conformidade d'uma

do serviço publico resultará o serem elles mais peritos no ramo a que se dedicarem. De começarem pelos logares inferiores, com accesso para os superiores, alem de se proporcionar o augmento do trabalho á capacidade presumida dos Empregados pelo exercicio que já tem tido em outros logares de menor affluencia de negocios, resultará um grande fundo de esperanças, que os fará servir gostosos, não só pelo ordenado que recebem, mas pelo que hão de vir a receber. De não poderem ser demittidos arbitrariamente pelo Governo resultará o tornarem-se os empregos publicos, de pomo de discordia que estão sendo, um novo genero de propriedade, tão sólida como brilhante, que fornecerá meios de subsistencia permanentes a milhares de familias.

(1) Uma lei d'Habilitações é tão politica e tão necessaria ao paiz que não atinamos com os motivos d'ella se não ter feito. Acaso ignorará o Governo que as revoluções são obra dos descontentes, e que a falta daquella lei augmenta consideravelmente o numero destes, por deixar a porta aberta a milhares de pertençaes, que não devem, nem mesmo podem, ser attendidas?

Ora, nós supponmos a existencia da referida lei, para o Governo fazer na conformidade della a nomeação dos individuos que vão entrar em qualquer dos ramos do serviço publico. Quanto porem ás promoções em o respectivo ramo, ficão ellas dependentes de Proposta ou Consulta do Supremo Tribunal de Justiça, para que entendão todos que não é este um negocio de *graça*, mas sim de *rigorosa justiça*, em que o Supremo Tribunal, á face dos documentos de que trata o § 6, ha de decidir qual dos concorrentes deve ser proposto, do mesmo modo que um Juiz recto e imparcial decide, no concurso creditorio, qual dos credores deve ser graduado em primeiro logar á face dos seus respectivos titulos. E note-se que o Supremo Tribunal de Justiça ha de fazer isto debaixo da salvaguarda da publicidade; porque a Proposta ou Consulta, de que se trata ha de ser publicada pela imprensa segundo o disposto no referido § 6.

lei regulamentar; e a residencia popular dar-se-ha logo que o Empregado tenha sahido de um para outro logar, tambem na conformidade de uma lei regulamentar, a qual com tudo tenha por base o concorrerem á votação todos os individuos do districto do respectivo Empregado recenseados para votar nas eleições municipaes, e o proceder-se nella por tal forma, que, conseguindo-se o perfeito segredo da votação individual, se assegure aos votantes o poderem exprimir livremente a sua opinião (1).

§ 6. Os resultados da dita fiscalisação do Governo e residencia popular formarão a base da Proposta ou Consulta, de que trata o § 4.º para a promoção dos Empregados na sua respectiva carreira. Na dita Proposta mencionar-se-hão os nomes de todos os concorrentes, e indicar-se-hão as razões da preferencia dada ao proposto. Esta Proposta será publicada pela imprensa (2).

(1) Dever geral é de todo o Empregado Publico obrar no exercicio de suas attribuições da maneira mais conveniente aos interesses do Estado; e o Povo [para cuja felicidade as Leis, o Governo, os Empregos e os Empregados, devem constantemente tender] é, sem duvida, a quem principalmente toca avaliar a conducta dos Empregados Publicos.

Eis aqui a razão, porque introduzimos no nosso plano de organização do serviço publico o que chamámos *residencia popular*; e nem nós podiamos achar um meio mais adequado e effizaz de ligar o interesse individual dos Empregados ao interesse publico, que o de fazer depender o adiantamento dos ditos Empregados na carreira a que se dedicarão, da boa opinião que o Povo houver a respeito delles formado pela série de seus actos durante o tempo em que exercerão suas funções.

Mas para que os Empregados Publicos, em vez de verdadeiros amigos do Povo senão tornem seus aduladores, cumpre tambem sujeitar os seus actos á fiscalisação do Governo, e marcar as epochas dessa fiscalisação para que jamais deixe de ter logar. Porque, emfim, nós não queremos tolher a acção do Governo sobre a conducta dos Empregados. O que queremos é que elle somente a exerça para lhes fazer cumprir suas respectivas obrigações.

[2] Taes são pois as bases d'uma organização do serviço publico que nos parece ligar o interesse individual dos Empregados ao interesse publico por tal forma, que não poderão jamais obter aquelle sem obremem d'uma maneira conforme a este, como acima dissemos; e note-se que dizemos *bases*; porque não tratámos aqui das modificações que porventura ellas devão sofrer n'um ou n'outro caso, quando se tratar da sua applicação e desenvolvimento na confecção d'uma Lei sobre este importante assumpto. E' o nosso Plano uma combinação de dous systemas oppostos — o de Empregados perpetuos — e o de Empregados amoviveis instituidos e destituidos por eleição popular — cujas vantagens, tanto d'um como do outro nos parece haver conseguido, bem como evitado os

seus principaes inconvenientes. Etambem o presente escrito se poderia considerar como bases d'uma Lei Regulamentar do Art. 145 § 13 da Carta Constitucional, a fim de que *para o futuro* seja uma verdade o disposto no dito § ; a saber, que — Todo o Cidadão pode ser admittido aos Cargos publicos, civis, politicos, ou militares, sem outra differença que não seja a dos seus *talentos e virtudes*. —

De qualquer maneira pois, que o Leitor considere o nosso trabalho, não poderá deixar de reconhecer que elle versa sobre objecto de summa transcendencia : e como em taes casos todas as opiniões devem ser examinadas, nós lhe offerecemos este imperfeitissimo ensaio, para que se digne de o corrigir e emendar, se entender que, depois disso, pode ser de alguma utilidade.

FIM.